

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

BEIBEI SANG

Geoestratégia da China e a Nova Rota da Seda: uma análise a partir dos
documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o brasil

São Paulo
2019

BEIBEI SANG

Geoestratégia da China e a Nova Rota da Seda: uma análise a partir dos documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille.

São Paulo

2019

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

S225 Sang, Beibei.
Geoestratégia da China e a nova rota da seda : uma análise a partir dos documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o Brasil / Beibei Sang. – São Paulo, 2019.
96 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2019.

1. China – Relações econômicas exteriores. 2. China – Comércio exterior. 3. China – Relações econômicas exteriores – Brasil. I. Título.

CDD 337.51

BEIBEI SANG

Geoestratégia da China e a Nova Rota da Seda: Uma análise a partir dos documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille
(Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Giuliano Contento de Oliveira
(Universidade Estadual de Campinas)

Prof. Dr. Gabriel Cepaluni
(Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 28 de agosto de 2019.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigada por me permitir aprender e crescer, por sua eterna compreensão e tolerância, por seu infinito amor que não me permitiu desistir. Obrigada por tudo.

À minha mãe, Liu Xinling, e ao meu pai, Sang Zhongrui, minha gratidão infinita por sempre acreditarem em minha capacidade e por me acharem a melhor de todas, mesmo não sendo. Agradeço por todas as lições de amor, dedicação, encorajamento, compreensão e perdão que vocês me dão a cada novo dia. Sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter pais tão especiais que amo muito do fundo do meu coração. E, à minha irmã mais nova e mais querida, Sang Wenyue, sempre pronta a me apoiar em tudo nesta vida. As suas existências são o reflexo mais perfeito da existência de Deus.

Ao professor Dr. Luís Alexandre Fuccille, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Orientar uma aluna estrangeira é mais difícil, ou seja, trabalhoso, dada a dificuldade de compreensão da linguagem, seja pela diferença cultural ou forma de expressão. Certa vez, cheguei a pensar que não conseguiria concluir a pesquisa, mas obrigada por sempre me encorajar a seguir em frente. Tenho certeza de que não chegaria a este ponto sem o seu apoio. O senhor foi e será muito mais que um orientador: para mim, será sempre mestre e amigo.

Em tempo, agradeço aos membros da banca examinadora: os professores: Dr. Giuliano Contento de Oliveira, Dr. Gabriel Cepaluni, Dra. Esther Solano Callego, e ao professor Dr. Marcelo Passino Mariano, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar em minha dissertação.

Ao Prof. Samuel Alves Soares e Prof. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, agradeço profundo por ter sido o primeiro a acreditar em mim, e abriram o caminho para eu vir ao Brasil da China.

Ao Prof. Giuliano Contento de Oliveira, agradeço muito pelos conselhos, sugestões, encorajamentos desde início até neste momento, foi importantíssimo para mim.

Ao Prof. Marco Aurélio Nogueira, Prof. Reginaldo Mattar Nasser, Prof. Carlos Gustavo Poggio, Prof.^a Flávia de Campos Mello e os professores citados diante, agradeço pelas dedicações, competências, apoio e todos conhecimentos compartilhados.

À Dra. Giovana Vieira e Dra. Isabela Silvestre, mais que secretárias, verdadeiros anjos da guarda. Obrigada por sua simpatia e gentileza, e à Dra. Graziela da biblioteca: agradeço por todo carinho, ajuda e treinamento.

Ao Dr. Deltonio Aires Pereira, um eterno amigo e incentivador, nos dias sombrios e difíceis com a pesquisa, com seu encorajamento, eu estive até hoje.

Aos meus colegas de turma do mestrado, pelos momentos divididos juntos, angústias e alegrias, sugestões e amizade, os que me ajudaram neste projeto. Vocês também foram referenciais para mim. A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento. Muito obrigada a todos!

Finalmente, gostaria de agradecer ao programa San Tiago Dantas por me abrirem as portas para que eu pudesse realizar este sonho que era a minha dissertação de mestrado. Proporcionaram-me mais que a busca de conhecimento técnico e científico, uma lição de vida.

Beibei Sang

RESUMO

Este estudo apresenta uma reflexão sobre a política chinesa de estado denominada *One Belt, One Road* (OBOR), que visa reconstruir uma Nova Rota da Seda por meio de grandes investimentos para criar uma rede de rotas terrestres e marítimas que conectarão corredores econômicos que foram planejados para integrar e desenvolver economias locais e regionais de países estratégicos da Ásia, Europa e África. A Iniciativa OBOR constitui atualmente a principal plataforma de política externa do governo Xi Jinping, um plano de cooperação entre os países que projetará a China como superpotência da economia global, permitindo que a China continue seu processo de crescimento econômico, garantindo estabilidade política ao país. Foi possível identificar e evidenciar a importância da Nova Rota da Seda chinesa como estratégia geopolítica e geoeconômica, que contribuirá para a China pacificar as regiões ao seu redor, bem como ampliar sua capacidade produtiva e de escoamento, e ter acesso facilitado aos recursos produtivos, tendo como contrapartida o investimento no crescimento e no desenvolvimento da economia dos países participantes dessa Iniciativa. O objeto da presente dissertação consiste de uma análise sobre as possibilidades de integrar o Brasil neste programa da China, a partir de um estudo sobre as relações internacionais entre a China e o Brasil, especialmente discorrendo sobre as relações econômicas de exportação e importação, e sobre as relações diplomáticas entre estes países, a fim de construir um cenário para o debate sobre as perspectivas da China e do Brasil para o futuro do comércio globalizado. Neste contexto, focaliza-se os conflitos entre a China e os Estados Unidos e as consequências da guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo. Esta pesquisa foi orientada pela hipótese que é possível a inclusão do Brasil neste plano chinês. O trabalho pretende contribuir para o debate sobre o tema da Nova Rota Chinesa no campo das relações internacionais da China. Para tanto, foram selecionadas fontes que debatem amplamente as questões relacionadas aos atores China e Brasil, e que possibilitam a construção do referencial teórico explorar o tema sob a perspectiva das relações comerciais entre os dois países, de modo que a análise trata das relações econômicas de exportação e importação, buscando entender os impactos da mudança estrutural que se desenha com os projetos OBOR, num comércio cada vez mais globalizado.

Palavras-chave: Rota da Seda. Iniciativa One Belt, One Road. Relações Internacionais. Relações Econômicas China-Brasil.

ABSTRACT

This study presents a reflection on a Chinese state policy called One Belt, One Road (OBOR), which aims to rebuild a New Silk Road through major investments to create a network of land and sea routes that connect planned economic corridors to integrate and develop local and regional strategic countries in Asia, Europe and Africa. The OBOR Initiative currently offers the government's main foreign policy platform Xi Jinping, a cross-country cooperation plan that has designed China as the global economy's superpower, allowing China to continue its economic growth process by using the policy of use from the country. It was possible to identify and evidence the importance of the Chinese New Silk Road as a geopolitical and geo-economic strategy, which helped China to pacify as surrounding regions, as well as expand its production and outflow capacity, and have easy access to productive resources, counterpart or investment without growth and development of the economy of the countries participating in this Initiative. The purpose of this dissertation is to analyze the possibilities of integrating Brazil in this program of China, based on a study on international relations between China and Brazil, especially on the economic relations of export and import, and on as diplomatic relations between these countries, an end to build a scenario for the debate on the prospects of China and Brazil for the future of globalized trade. In this context, we focus on the conflicts between China and the United States and the consequences of trade war between the two largest economies in the world. This research was guided by the hypothesis that it is possible to include Brazil in this Chinese plan. The paper aims to contribute to the debate on the theme of the New Chinese Route in the field of China's international relations. For this, sources were selected that discuss widely as issues related to the China and Brazil actors, and that allow the construction of theoretical reference to explore the theme from the perspective of trade relations between the two countries, so that the analysis deals with the economic relations of export and import, seeking to understand the impacts of structural change that draws with OBOR projects, in an increasingly globalized trade.

Keywords: Silk Road. Belt and Road Initiative. International Relations. China-Brazil Economic Relations.

RESUMEN

Este estudio presenta una reflexión sobre la política estatal de China One Belt, One Road (OBOR), cuyo objetivo es reconstruir una Nueva Ruta de la Seda a través de grandes inversiones para crear una red de rutas terrestres y marítimas que conectarán los corredores económicos que se planificaron. integrar y desarrollar economías locales y regionales de países estratégicos en Asia, Europa y África. La Iniciativa OBOR es actualmente la principal plataforma de política exterior del gobierno de Xi Jinping, un plan de cooperación entre países que proyectará a China como la superpotencia de la economía global, permitiendo a China continuar su proceso de crecimiento económico, asegurando la estabilidad política del país. Fue posible identificar y resaltar la importancia de la Nueva Ruta de la Seda de China como una estrategia geopolítica y geoeconómica, que ayudará a China a pacificar las regiones circundantes, así como a expandir su capacidad de producción y flujo, y tener fácil acceso a recursos productivos. a cambio, la inversión en el crecimiento y desarrollo de la economía de los países que participan en esta Iniciativa. El objetivo de esta disertación es analizar las posibilidades de integrar a Brasil en este programa de China, basado en un estudio sobre las relaciones internacionales entre China y Brasil, especialmente sobre las relaciones económicas de exportación e importación, y sobre relaciones diplomáticas entre estos países para preparar el escenario para el debate sobre las perspectivas de China y Brasil para el futuro del comercio globalizado. En este contexto, nos centramos en los conflictos entre China y Estados Unidos y las consecuencias de la guerra comercial entre las dos economías más grandes del mundo. Esta investigación fue guiada por la hipótesis de que es posible incluir a Brasil en este plan chino. El documento tiene como objetivo contribuir al debate sobre el tema de la Nueva Ruta China en el campo de las relaciones internacionales de China. Para este fin, se seleccionaron fuentes que discuten ampliamente los temas relacionados con los actores de China y Brasil, y que permiten la construcción del marco teórico para explorar el tema desde la perspectiva de las relaciones comerciales entre los dos países, de modo que el análisis aborde las relaciones económicas de exportar e importar, buscando comprender los impactos del cambio estructural que está teniendo lugar con los proyectos OBOR, en un comercio cada vez más globalizado.

Palabras clave: Ruta de la Seda. One Belt, One Road Initiative. Relaciones Internacionales. Relaciones económicas entre China y Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução dos valores (US\$) e da participação (%) da China nas exportações globais (1995-2015) [excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan].....	27
Gráfico 2 - Evolução dos valores (US\$) e da participação (%) da China nas exportações globais (1995-2015) [excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan].....	27
Gráfico 3 - População em estado de pobreza na China no meio rural, 1978-2017 (%).....	34
Gráfico 4 - Comércio Corrente Brasil-China: 2006-2018 (US\$ bilhões).....	62
Gráfico 5 - Composição setorial das exportações brasileiras, 1997-2016.....	64
Gráfico 6 - Percentual das exportações brasileiras para a China por estágios de processamento (2009-2014).....	66
Gráfico 7 - Dez principais destinos das exportações de produtos industrializados do Brasil (US\$/milhões): valores correntes FOB (2001 a 2016).....	68
Gráfico 8 - Porcentagem dos produtos exportados do Brasil para a China (2009-2012).....	69
Gráfico 9 - Setores de Investimentos da China no Brasil, 2016 (US\$ bilhões).....	70
Quadro 1 - Projetos da Iniciativa <i>One Belt, One Board</i> em andamento.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 12 - Volume de vendas das cinco principais companhias de <i>smartphones</i> do mundo, no 1o. Trimestre de 2018/2019.....	74
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACR	Arranjo Contingente de Reservas
AIIB	Asian Infrastructure Investment Bank
ALC	Acordo de Livre Comércio
APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations = Associação das Nações do Sudeste Asiático
BC	Bank of China
BCIMEC	Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brazil, Russia, India, China, South Africa
CAST	China Academy of Space Technology
CBERS	China-Brazil Earth-Resources Satellite
CCB	China Construction Bank.
CCWAEC	China-Central Asia-West Asia Economic Corridor
CDB	China Development Bank
CEB	China Exim Bank
CEEC	Central and Eastern European Countries & China (16+1)
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CPEC	China-Pakistan Economic Corridor
CIPEC	China-Indochina Peninsula Economic Corridor,
CMREC	China-Mongolia-Russia Economic Corridor
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CNPC	China National Petroleum Corporation
COSBAN	Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DEG	Diálogo Estratégico Global
EEU	Eurasian Economic Union
EU	European Union = União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICBC	Industrial and Commercial Bank of China
IDC	International Data Corporation

IEA	International Energy Agency = Agência Internacional de Energia
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NDB	New Development Bank = Novo Banco de Desenvolvimento
NELB	New Eurasian Land Bridge
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OBOR	One Belt, One Road
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development = OCDE
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista da China
PEB	Política Econômica Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
RCEP	Regional Comprehensive Economic Partnership
SADC	Southern African Development Community
UEE	União Econômica Euroasiática
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A NOVA ROTA DA SEDA E A PERSPECTIVA CHINESA PARA O BRASIL.....	23
2.1	A ascensão da economia chinesa do século XXI.....	23
2.2	A trama das relações internacionais da China do Século XXI e o BRICS	34
2.3	A Iniciativa OBOR no contexto da economia chinesa e o novo tabuleiro global das relações internacionais no século XXI	44
3	As relações entre os ATORES BRASIL E CHINA	55
3.1	O ator Brasil no contexto das relações internacionais.....	55
3.2	As relações sino-brasileiras e os impactos da expansão chinesa sobre o Brasil	59
3.3	O ator Brasil no cenário atual dos conflitos comerciais entre os Estados unidos e a China.....	67
4	O Brasil no plano da Iniciativa OBOR: uma geoestratégica transoceânica entre China e Brasil.....	78
5	Considerações Finais	86
	REFERÊNCIAS.....	89
	ANEXO - MAPA DOS CORREDORES ECONÔMICOS DA INICIATIVA OBOR	96

1 INTRODUÇÃO

Marco da história das relações entre o Oriente e o Ocidente, a experiência da antiga Rota da Seda, que durou aproximadamente do II a.C. a meados do século XVI, resultou de decisões político-econômicas de diferentes dinastias chinesas que possibilitaram a construção de uma variedade de rotas terrestres e de rotas marítimas destinadas a conectar regiões da Ásia, Europa e África, para intensificar os fluxos comerciais que envolviam a seda chinesa e muitos outros produtos como porcelana, ouro, prata, joias, alimentos, chás e especiarias. Percorrendo rotas terrestres abertas ao norte da Ásia, caravanas de mercadores, missionários, peregrinos e conquistadores chegavam à Europa; pelas rotas marítimas, embarcações atravessavam os Oceanos Pacífico e Índico chegavam ao sul da Ásia e alcançavam o norte da África, o Mar Mediterrâneo e a Península Ibérica.

Os intercâmbios comerciais e culturais que foram sendo constituídos ao longo dos séculos trouxeram grande desenvolvimento econômico para as regiões das rotas, cidades cresceram com a construção de infraestrutura para comportar atividades agrícolas, militares e comerciais que fomentaram a produção e a circulação de mercadorias, e incentivaram trocas estratégicas de comunicação e cultura, com a difusão de conhecimento, tecnologia, medicina, artes, filosofia e religião. (FRANKOPAN, 2018; LIU, 2010)

A China do século XXI remete simbolicamente à histórica Rota da Seda para apresentar a Iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR), também denominado *Belt and Road Initiative* (BRI), um plano que envolve mais de 100 países e organizações da Ásia, Europa e África, em vários projetos de desenvolvimento local e regional.¹ De acordo com Wang (2015, p. 97), o governo chinês não foi o único a lançar propostas nessa direção: em 1998, o Japão propôs *Silk Road Diplomacy*; em 2011, os Estados Unidos propôs *New Silk Road*; em 2014, a Índia propôs *Mausam Project*; além de

¹ Até o momento, o governo chinês ainda não divulgou uma lista oficial com os membros da Iniciativa OBOR, contudo, no *Belt and Road Portal* consta a informação de que, desde 2013, o governo chinês assinou documentos de cooperação e integração na OBOR com mais de 100 países e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (EU) e a *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC). Entre os países que assinaram acordos destacam-se os membros da *Central and Eastern European Countries & China* (CEEC-China 16+1): Hungria, Polônia, Sérvia, República Tcheca, Bulgária, Eslováquia; os membros da *Eurasian Economic Union* (EEU): Rússia, Mongólia, Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirquístão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Azerbaijão e Turcomenistão; Paquistão, Bangladesh, Índia, Indonésia, na Ásia; Omã, Turquia e Egito, na região do Oriente Médio e África. (STATE INFORMATION CENTER, 2019; KOTIZ, 2018)

vários outros projetos similares propostos pelo Cazaquistão, pela Coreia do Sul e outros países da região. Contudo, somente a iniciativa da China se firmou com possibilidades reais de desenvolvimento, pois no atual contexto das crises no mercado globalizado e dos conflitos político-econômicos que ameaçam a paz mundial, a ideia de que todos podem ganhar com parcerias estratégicas vem conquistando, sobretudo, países da Ásia e da Europa, interessados em cooperar pela oportunidade de alcançarem desenvolvimento econômico e expansão das economias locais e regionais.

O reconhecimento da relação de mútua interdependência entre países com sistemas políticos e níveis de desenvolvimento diferentes é um conceito chave para afirmação da diplomacia da “comunidade de destino comum”, discussão presente desde as reuniões do XVIII Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), realizado em 2012, compreensão essa que Xi Jinping tem reiterado nos seus discursos desde a posse do seu primeiro mandato na presidência do país, em 2012.

A ascensão de Xi Jinping trouxe à política chinesa uma postura mais propositiva no âmbito regional, que corresponde ao ideal o “rejuvenescimento da nação chinesa” e sinaliza a transformação da política externa do país. Em 2013, Xi Jinping apresentou formalmente a estratégia de *fenfa youwei* (“*striving for achievements*”) definindo uma política externa mais assertiva e proativa, e defendendo em parcerias de cooperação de benefício mútuo e *win-win* (“ganha-ganha”) entre a China e o mundo. (ZHANG, 2015; RIBEIRO; HIRAIWA, 2018)

A Iniciativa OBOR foi anunciada em 2013, e, de acordo com o o discurso oficial foi projetada para recuperar o “espírito” da histórica Rota da Seda, tendo como marcos os ideais de paz e cooperação, abertura e inclusão, aprendizado e referência recíprocos, benefício mútuo e *win-win*, fundamentos aliados aos conceitos de comunidade de destino, comunidade de interesses e comunidade de responsabilidades, que buscam promover e aprofundar a confiança política mútua, a integração econômica e a inclusão cultural. O plano envolve quatro Rotas da Seda: a Rota da Seda Verde, para promoção do desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental; a Rota da Seda para a Saúde, para promover e elevar o nível geral de saúde dos países parceiros; a Rota da Seda Inteligente, para promover a formação de profissionais qualificados e o intercâmbio intelectual dos países; a Rota da Seda para a Paz, voltada à promoção da paz e da segurança. (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Concretamente, a Iniciativa OBOR corresponde a um conjunto projetos relacionados, denominado *Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road*. Os projetos da *Silk Road Economic Belt* visam conectar por via terrestre a China e a Europa atravessando a Ásia Central e a Rússia, conectar a China ao Oriente Médio atravessando a Ásia central e conectar a China ao Sudeste e Sul Asiático; e os projetos da *21st Century Maritime Silk Road* visam conectar por via marítima a China até a Europa e até o Oceano Pacífico, saindo de portos do Mar do Sul da China. Em 2016, esses projetos foram incluídos no *3th Five-Year Plan for Economic and Social Development (2016-2020)*, plano que prevê metas e direções para o planejamento economia do país no quinquênio, aprovado pelo PCC. (STATE INFORMATION CENTER, 2019). O desenvolvimento desses projetos conta com o financiamento do *Silk Road Fund* e do *Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)*.²

Assim, a Iniciativa OBOR retoma a ideia de aproximar os continentes por vias terrestres e marítimas, criando uma rede de transporte que garantirá acesso a rotas comerciais e energéticas voltadas aos propósitos de expansão da circulação global de mercadorias e pessoas. Sua realização permitirá à China e a seus parceiros a viabilização e a ampliação da entrada e do escoamento de produtos de importações e exportações. Os eixos prioritários desses projetos correspondem a construção de infraestrutura, instalações de comunicação e fluxo comercial aberto para seis corredores econômicos que irão conectar territórios do interior e do litoral:

- 1) *China-Pakistan Economic Corridor (CPEC)*, eixo que ligará a província ocidental de Xinjiang da China ao porto paquistanês de Gwadar, no Mar Árábico;
- 2) *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor (BCIMEC)*, eixo que vai conectar regiões do sudoeste da China até a Baía de Bengala e o

² O Governo da China disponibilizou, em 2013, 40 bilhões de dólares para a criação do Fundo da Rota da Seda e adicionou mais 100 bilhões de yuan em 2017. (STATE INFORMATION CENTER, 2019) Fazem parte do conjunto de instituições financeiras multilaterais que participam do financiamento dos projetos da Nova Rota da Seda: *The Silk Road Fund; Asian Infrastructure Investment Bank; World Bank; Asian Development Bank; (BRICS) New Development Bank; European Bank For Re-Construction & Developmen; Silk Road Gold Fund; China, Central & Eastern Europe Investment Co-Operation Fund; Eurasian Development Bank; Investment Facility for Central Asia*; e, além de outras fontes de investimento locais, envolve os seguintes fundos bilaterais: *China-Russia RMB Co-Operation Fund; Russia-China Development Fund; China-India Development Fund; China-Africa Development Fund; Russia-India Investment Fund*. (DEVONSHIRE-ELLIS, 2019)

Oceano Índico, investindo em ferrovias, rodovias, portos, oleodutos e canais;

- 3) *China-Indochina Peninsula Economic Corridor* (CIPEC), eixo que vai conectar o sudeste da Ásia ao sul da China por meio de investimentos em portos e trens de alta velocidade;
- 4) *China-Mongolia-Russia Economic Corridor* (CMREC), eixo que vai conectar o nordeste da China à Mongólia e à Sibéria russa, por meio de rede ferroviária modernizada com outros projetos nas áreas de energia, turismo, agricultura, indústria, segurança alimentar, ciência e tecnologia;
- 5) *China-Central Asia-West Asia Economic Corridor* (CCWAEC), eixo que percorrerá a Ásia Central, o Irã e a Turquia, perpassando o Oriente Médio até Europa;
- 6) *New Eurasian Land Bridge* (NELB), eixo que vai percorrer da China à Europa Oriental, passando pela Rússia e chegando à Europa Ocidental, por meio de linhas ferroviárias³ e abrirá o acesso aos Balcãs pelo Mar Negro.

Segundo Benvenuto (2018), a rota marítima destinada a alcançar à Europa por meio do Canal de Suez e Mediterrâneo, ramifica seu percurso para diversos países da África Oriental, tais como: Djibuti, Quênia, Madagascar, Moçambique e Tanzânia, regiões com forte potencial para o desenvolvimento de projetos de construção de infraestrutura nas áreas civil-militar, transporte e aeroportos, pontes, oleodutos, usinas de energia, ferrovias e estradas.

Embora seja uma estratégia de longo prazo, a OBOR rapidamente passou a figurar como prioridade na política interna e, principalmente, na política externa da China, tendo em vista a necessidade de construção de uma rede de infraestruturas especialmente voltada ao livre fluxo de produtos e capitais, com investimentos em projetos regionais de cooperação aberta, inclusiva, que resultem no desenvolvimento conjunto dos países parceiros.

³ Os trens de carga da *China-Europe Railway Express*, lançado em 2011, a partir da integração à iniciativa OBOR, chegaram a mais de 14.000 trens de carga na rede, em 2019, conectando 60 cidades chinesas a 50 cidades em 15 países europeus, incluindo Londres. (SHU, 2019)

Conforme ressalta Benvenuto (2018), os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica da China, que pautam as relações internacionais entre China, Índia e Mianmar: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial de cada país, de não-agressão, não-interferência nos assuntos internos, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica, alinhados com os princípios da Carta da ONU de igualdade soberana, orientam a iniciativa OBOR.

Nesta direção, a política externa chinesa de atuação na Iniciativa OBOR defende a coordenação de medidas conjuntas para que a cooperação transnacional ou regional alcance a construção de infraestrutura por meio de projetos desenvolvam formas de comunicação e conectividade nas instalações de ferrovias, rodovias, rotas aéreas, oleodutos, portos e gasodutos, buscando ampliar e liberar o comércio e os investimentos, objetivando a integração financeira e o vínculo pessoa-pessoa, através de medidas de redução das barreiras comerciais, custos de comércio e investimento, bem como desenvolver a cooperação na indústria com todos os países envolvidos, além de medidas que aumentem os fluxos monetários e deem estabilidade ao câmbio entre os países ao longo da rota, gerenciando os riscos financeiros dos acordos através de cooperação financeira multilateral e bilateral, contribuindo para integração financeira e reunindo esforços para o fluxo migratório promover diálogos entre as diferentes culturas, e a paz entre os povos. (STATE INFORMATION CENTER, 2019; BENVENUTO, 2018)

Em princípio, analisando as informações sobre a Iniciativa OBOR, pode-se concluir fora dos territórios da Ásia-Europa-África não há condições para que países não-pertencentes a esses continentes sejam incluídos nos propósitos dessa iniciativa. Contudo, dada a conjuntura internacional, as contínuas crises do Capital e a tendência de globalização das economias e dos mercados, é possível imaginar um cenário de convergência de interesses político-econômicos e traçar um possível caminho para a aproximação entre a China e os países que se encontram fora dos eixos prioritários da OBOR.

Ao pensarmos a política externa chinesa enquanto estratégia para a expansão de sua área de influência, a partir do incentivo a projetos de desenvolvimento econômico, cabe perguntar sobre as repercussões dessa Iniciativa OBOR no Brasil, considerando a importância da China enquanto parceiro comercial do Brasil. (NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019; BENVENUTO, 2018)

À luz dessas considerações, o objetivo principal desta dissertação é analisar quais seriam os impactos da Nova Rota da Seda para o Brasil – caso este se tornasse um integrante da OBOR –, dentro da configuração do novo cenário do comércio global. A este ponto, ressalta-se que a China pode ser observada por duas perspectivas: a de ator mundial – quanto ao comércio – e a de maior parceiro comercial do Brasil.

Benvenuto (2018) observa que a América do Sul, em especial, poderia ser naturalmente considerada numa provável expansão dos projetos da *21st Century Maritime Silk Road*, tendo em vista que são grandes os investimentos chineses em infraestrutura existentes atualmente nesta região. E ainda há a questão da estratégia BRICS⁴, cujo banco, *BRICS New Development Bank*, está relacionado como instituição de investimento na Nova Rota da Seda chinesa, o que reforçaria o potencial para o estabelecimento de parcerias estratégicas com o Brasil.

Portanto, há que se investigar, refletir e projetar os possíveis impactos e as consequências de tal grandioso projeto de infraestrutura e geopolítica de comércio exterior para o Brasil. Diante da complexidade da problemática aqui analisada, supõe-se que esses impactos abrangeriam as mais variadas áreas e setores do país.

Com este estudo, pretende-se pensar sobre o posicionamento do governo brasileiro frente a hipótese de haver acordos econômicos e geoestratégicos cooperação entre o Brasil e a China, notadamente por meio da Iniciativa OBOR. Questionando sobre o interesse do Brasil em participar dos projetos coordenados pela China para a abertura do comércio internacional, ampliando os fluxos de importação e exportação, a pergunta que se coloca é: Por que o Brasil ainda não está na OBOR? Por que o Brasil, sendo um país emergente com baixo ritmo de desenvolvimento, que mantém forte relação econômica com a China, ainda não se apresentou como possível parceiro nesta Iniciativa? Por outro lado, do ponto de vista dos chineses, por que não há nenhum parceiro sul-americano incluído nesta Iniciativa?

A justificativa para este trabalho deve-se ao entendimento de que as pesquisas sobre o tema da Nova Rota da Seda ainda são incipientes no Brasil. Há muitas

⁴ Um estudo feito por Jim O'Neil, economista-chefe da Goldman Sachs, publicado em 2001, afirmou que Brasil, China, Índia e Rússia – os BRIC –, até 2050 estariam entre as economias mais importantes do planeta. Em 2006, esse entendimento deu origem a uma plataforma conjunta de política externa do Brasil, Rússia, Índia e China. Por ocasião da III Cúpula BRIC, realizada em Sanya, na China, a África do Sul passou a fazer dessa estratégia e foi adotada a sigla BRICS. Em 2014, foi criado o *New Development Bank* (NDB), banco dos BRICS, durante VI Cúpula dos BRICS, realizada no Ceará, Brasil, com o objetivo de mobilizar recursos para “projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outros países em desenvolvimento”. (BRICS POLICY CENTER, 2018)

questões que podem ser exploradas, pois o assunto é relevante para traçar os rumos das relações internacionais, tendo em vista que as implicações político-econômicas decorrentes dos desenvolvimento dos projetos da Iniciativa OBOR para o cenário mundial.

Abdenur e Muggah (2017, p. 1) entendem que, sendo a China o principal parceiro comercial do Brasil, o que se espera do Brasil é “um engajamento mais institucionalizado e estratégico que daria mais peso a essa participação”, que atores brasileiros acompanhem e participem mais das discussões sobre os projetos da Nova Rota da Seda:

Uma comissão interministerial, com representantes de diversos órgãos que lidam com planejamento econômico e de política externa, ajudaria a garantir a presença brasileira e a fortalecer a participação substantiva nos principais debates acerca do OBOR. Por meio do Novo Banco do BRICS ou se vier a tornar-se sócio do AIIB, o Brasil também deve participar dos debates normativos acerca da iniciativa e do modelo de desenvolvimento que ela busca promover. Da mesma forma, a sociedade civil deve engajar-se nas discussões, fomentando pesquisas e debates sobre o assunto através do setor privado, de centros de pesquisa e de ONGs. Em um mundo cada vez mais multipolar, o Brasil não pode se dar ao luxo de ficar de fora das principais discussões e iniciativas geopolíticas. (ABDENUR; MUGGAH, 2017, p. 1).

Neves (2018) aponta que a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é uma plataforma importante de cooperação com a China. Em 2015, durante o I Fórum China-CELAC, realizado em Pequim, foi lançado o Plano de Cooperação China-CELAC 2015-2019, com destaque aos investimentos em infraestrutura, energia e transporte, por meio de medidas da cooperação coletiva promovidas bilateralmente. Em 2018, no II Fórum China-CELAC, realizado em Santiago do Chile, ficou claro que a OBOR é percebida pelos países latino-americanos como uma oportunidade para ampliação de infraestrutura e incremento nas áreas de tecnologia, contudo, faz-se a crítica de que a adesão dos países poderá reforçar uma relação bilateral desigual com a China, ao invés de levar ao equilíbrio do multilateralismo. Outra crítica diz respeito ao tipo de desenvolvimento implementado nas políticas de cooperação China-CELAC, pois tem havido somente investimentos para as *commodities* primárias, como soja, ferro e petróleo, mas não para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, mais coerentes com os ideais de cooperação com benefício mútuo e *win-win*.

No entanto, pode-se concluir que essas críticas respondem à problemática aqui colocada? Um contraponto a essa argumentação passa pelo entendimento de que existem problemas locais que devem considerados, os quais retraem a confiabilidade

do governo chinês para ampliar seus investimentos no Brasil e iniciar um processo de abertura para a participação brasileira na Nova Rota da Seda. Pretende-se introduzir esses problemas no debate aqui apresentado, e argumentar quais seriam as opções dadas em termos das conexões globais e internas configuradas pela Iniciativa OBOR.

Morosini e Xavier Junior (2015, p. 420) ressaltam que a relação entre as economias do Brasil e da China está “processo consolidação e fortalecimento de estrutura”, entretanto, ainda que ambas economias sejam importantes uma para a outra, não se pode dizer que dependentes uma da outra, pois embora o Brasil tenha a China como maior parceiro em exportações, segue mantendo seus acordos econômicos com países de todos os continentes. E a China, por sua vez, não tem o Brasil como maior parceiro investidor ou importador.

Neste sentido, cabe a esta investigação analisar para onde vão os caminhos desenhados por essa nova geoeconomia que emerge com a construção das rotas transcontinentais pela China e seus parceiros, e que estão transformando o sistema econômico internacional, para entender qual a posição do Brasil nesse contexto. Destacam-se como pontos fundamentais para este debate, a análise dos investimentos internacionais e do comportamento do comércio internacional.

Para desenvolver este trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema OBOR, buscando compor um referencial teórico e analítico a partir de informações sobre a política e a economia atuais e sobre outras épocas das relações sino-brasileiras, em especial, focalizando o problema cooperação internacional e comércio internacional entre o Brasil e a China. Selecionou-se dados publicados em - documentos oficiais dos governos e localizados em publicações como artigos, teses, dissertações, pesquisas e ensaios de especialistas sobre o tema. Também, pesquisou-se dados em notícias, entrevistas e editoriais de jornais. O maior desafio deste levantamento foi a atualidade do tema e necessária atualização dos dados econômicos cujos números são modificados continuamente, respondendo à dinâmica da velocidade de transformação do mundo globalizado.

Como resultado desta pesquisa, apresenta-se um estudo sobre os conflitos econômicos, diplomáticos e situacionais envolvidos nas relações internacionais entre Brasil e China. Discorre-se, particularmente, sobre as interações entre o Brasil e a China no campo diplomático, a partir do Governo Lula, momento de crescimento econômico brasileiro, passando pelas crises políticas que desestabilizaram o país desde 2014, e culminaram com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em

2016, o que trouxe insegurança às relações com os outros países, incluindo a China, fator importante para o debate aqui colocado.

Os resultados deste trabalho foram apresentados em três partes. Na primeira, tem-se um levantamento histórico sobre o processo de ascensão econômica da China, compondo um quadro sobre as relações internacionais da China, destacando as plataformas de diálogo e cooperação internacional como o BRICS. Apresenta ainda um análise do processo de aceleração econômica a partir das reformas de modernização iniciadas pelo governo de Deng Xiaoping e que seguem até os dias atuais, agora no governo de Xi Jinping, quando é formulado o programa de projetos da Iniciativa OBOR.

Na segunda parte, aborda-se a perspectiva das relações atores China e Brasil, construindo um retrato sobre a atuação do Brasil no campo das relações internacionais bilaterais e multilaterais, especialmente na relação sino-brasileira, apontando as questões do comércio internacional no mundo globalizado, e esboçando um quadro sobre as disputas comerciais entre Estados Unidos da América e China e seus impactos para o Brasil e América Latina, a partir da questão da explosão do comércio de eletrônicos produzidos na China, com o crescimento de empresas como a Huawei e a Xiaomi. Evidencia-se o papel que a China tem para a economia dos países latino-americanos, e, mais especificamente para o Brasil.

A terceira parte, traz uma reflexão sobre as possibilidades da expansão da Iniciativa OBOR até à América Latina, mostrando que a relação entre o Brasil e a China segue em dinâmica ascensão, porém as questões conjunturais que afetam ambos os países traz muitas dificuldades para que ocorra essa integração geoestratégica para a China.

Conclui-se, assim, que a Iniciativa OBOR, conforme se encontra descrita anteriormente, visa atingir a maior parte do planeta, construindo novos laços econômicos e políticos, que levarão ao reordenamento político e econômico global, com novos protagonistas. Sabe-se que a resposta dada pelos países que já aceitaram a participação será definitiva para isso, e os dados indicam que essa resposta tem sido positiva.

Não se trata aqui de uma análise conclusiva, pois o processo político-econômico segue curso não determinado ainda que se conheçam as propostas, os interesses e as disputas que dominam esse cenário, porque novos elementos podem ser introduzidos neste jogo e mudarem os rumos antes previstos. Contudo, é forçoso

admitir que a Iniciativa OBOR inaugura um processo muito importante para a economia mundial, pois terá forte influência no jogo do poder ditado pelas grandes potências econômicas, e o Brasil, como o todo o mundo, será afetado pelas mudanças que se anunciam. Cabe destacar que a parceria entre o Brasil e a China poderia ir além dos limites do comércio existente se houvesse interesse dos atores brasileiros em conhecer os projetos, participar dos debates e refletir sobre sua participação nesse processo de transformação das relações internacionais.

2 A NOVA ROTA DA SEDA E A PERSPECTIVA CHINESA PARA O BRASIL

2.1 A ascensão da economia chinesa do século XXI

A história e cultura de civilização com mais de cinco mil anos tem relação com tudo que possa ser dito e analisado sobre a China, o que faz com os números chineses sejam sempre impressionantes, dado que correspondem ao país mais populoso do mundo – com estimativa de mais de 1,38 bilhão de habitantes, sendo o terceiro maior país em extensão territorial. O passado grandioso deixou como herança inventos imprescindíveis como o papel, a bússola, a escrita, a imprensa e outros, que transformaram os rumos da humanidade, e na sua longa história, a China viveu períodos de grandes avanços econômicos e períodos de profunda decadência, sofrendo com presença da fome e das guerras. (BODDE, 1986)

Do ponto de vista da teoria econômica, a China começa a sentir o peso do atraso no desenvolvimento com a Era Moderna, a partir das modificações estruturais que se seguiram com o domínio dos impérios coloniais mercantilistas do Ocidente, e depois com as grandes revoluções sociais e políticas na Europa e nos Estados Unidos, durante o período do Iluminismo, que impulsionaram as Revoluções Tecnológica e Industrial que resultaram na expansão e no desenvolvimento da economia capitalista ocidental.

Do século XIX em diante, a expansão das economias ocidentais conduziu os países que viveram essas revoluções a superarem suas restrições de desenvolvimento, levando-os à sua fase mais poderosa e rica. (DAHLMAN; AUBERT, 2001) Neste momento, o Império Chinês da Dinastia Qing, o Império Mogol, que incluía a Índia, e o Japão de Tokugawa, governado por xogunato feudal, começam a ficar atrasados em termos de desenvolvimento, processo conhecido por teóricos da economia como “Grande Divergência”, conforme denominação de Samuel Huntington (2001), e outros denominam “Milagre Europeu”, termo cunhado por Eric Jones em 1981. (POMERANZ, 2000)

A China depois de viver duas revoluções que modificaram sua estrutura social e política, em 1911 e depois em 1949, vem paulatinamente construindo sua revolução econômica desde o final do século XX. De acordo com Pereira e Pereira (2018, p. 54), esse caminho em direção a um papel de liderança na economia global tem a ver com os fundamentos do grupo político denominado “grupo dos modernizadores

ecléticos”, que atualmente detém o poder na China e que defendem que “a China, pragmaticamente, deve buscar no exterior tudo que redundar em benefício para o desenvolvimento do país sem, entretanto, abandonar os fundamentos básicos de seu sistema político e as tradições nacionais”. (PEREIRA; PEREIRA, 2018, p. 54)

Os modernizadores ecléticos adotam princípios capitalistas, porém, mantêm o sistema comunista em sua essência. Modernamente, os grandes ideólogos da corrente foram Zhou Enlai e, principalmente, Deng Xiaoping, cujo desejo, afirma o sinólogo Michael E. Marti, “foi criar um sistema econômico que permitisse à China tornar-se uma nação rica e poderosa pelos meados do século XXI”.⁵ Xiaoping sabia que o sucesso do seu plano estava diretamente subordinado à conquista da estabilidade político-econômica. (PEREIRA; PEREIRA, 2018, p. 55)

Em 1978, o XI Comitê Central do PCC lançou oficialmente um programa de reformas econômicas para a modernização econômica e desenvolvimento da China, com o qual o governo de Deng Xiaoping (1978-1989) impulsionou o crescimento da economia chinesa a partir da década de 1980, com destaque à criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's), destinadas a estruturar a dinâmica exportadora nos setores determinados pelo governo chinês para receber investimento externo. Em 1993, o XIV Congresso do PCC deliberou que as empresas estatais iriam operar numa base mais comercial, reformando as políticas financeira e fiscal visando adequação aos mercados financeiros. (SILVEIRA, 2001, p. 1148) Com essa abertura, grandes corporações como a Intel, Motorola, General Electric e Microsoft, entre outras, estabeleceram pequenos laboratórios de pesquisa nos anos 90 que foram sendo ampliados e transformados em centros de pesquisa e desenvolvimento regionais ou globais. Hoje, só em Xangai há mais de 40 multinacionais, incluindo a IBM, a Microsoft, a Alcatel e a Bayer. (MEDEIROS, 2016)

A partir de meados do século XX, a maioria dos fluxos comerciais passou a ser de bens industrializados, em detrimento de bens primários. Enquanto a maioria das economias primário-exportadoras perdiam participação no comércio internacional, as novas economias industrializadas (da Argentina à Coreia do Sul) ganhavam, exportando aquilo que era mais comercializado no mundo. No século XXI, a China consagrou-se como “oficina do mundo” e maior exportador de manufaturados do mundo, posto que já ocupara antes do século XVIII e da Revolução Industrial. (MAGALHÃES, 2016)

Outro marco nessa direção foi a adesão da China à Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2001, um momento decisivo para a inserção da China no

⁵ MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. xiii.

mercado internacional, bem como sinalizar um novo capítulo nas relações internacionais chinesas, agora mais pautadas pela estratégia de busca pela cooperação internacional, com destaque ao papel do então presidente Hu Jintao neste processo. Isso possibilitou que a China não somente recebesse considerável volume de investimentos estrangeiros nas últimas três décadas, como impulsionou os grandes investimentos internacionais feitos pela China com parceiros econômicos e políticos oriundos de todos os continentes, destacando-se a cooperação com a Rússia, a Índia e países africanos. Assim, a China atual tornou-se o maior exportador e o segundo maior importador do mundo. (LIMA et al., 2016)

Por não ter participação tão importante no comércio exterior de outros continentes, a China não atuava como um globalizador. Essa configuração mudou drasticamente até 2015. Neste ano, os EUA tiveram participação significativa como destino das exportações africanas (6%), asiáticas (14%), europeias (7%) e da Oceania (6%); a China tornou-se destino relevante das exportações na África (11%), na América (8%) e na Oceania (6%); a França, na África (6%); o Japão, na Oceania (15%); enquanto a Alemanha e o Reino Unido destacaram-se apenas na Europa. Assim, este par de países geram um impulso maior à regionalização do que à globalização do comércio. Por esse indicador, a China claramente se junta ao grupo de países globalizadores, já que é um grande parceiro comercial de países de outras regiões. (MAGALHÃES, 2016)

Xi Jinping, eleito em 2018 para seu segundo mandato na presidência da China, é o atual líder do “grupo dos modernizadores ecléticos”, segue as linhas mestras antes traçadas por Deng Xiaoping a partir de 1978, e atua para transformar a China na nação mais desenvolvida e poderosa do século do século XXI. Hoje a economia chinesa é classificada como a segunda maior do mundo e a China continua seu esforço no sentido de ampliar o seu poder econômico. (PEREIRA; PEREIRA, 2018, p. 56)

Nunca antes uma nação cresceu tão rápido em termos econômicos e em tão pouco tempo, alcançando em menos de quatro décadas a posição de segunda economia do planeta. Alargando o horizonte histórico, porém, percebe-se que o reposicionamento da China no topo do ranking econômico internacional não é uma novidade, e sim uma “normalidade” histórica. Durante a maior parte dos últimos dois mil anos, a China representou entre 22% e 33% do produto interno bruto (PIB) global.⁶ O período que cobre os 100 anos entre 1850-1950, marcado por numerosas intervenções estrangeiras e pelo declínio econômico - e visto por nacionalistas chineses como uma humilhação histórica-, não enquadra a China no seu verdadeiro lugar entre as grandes potências.

⁶ LAMPTON, David M. **The three faces of chinese power: might, money and minds**. Berkley: University of California Press, 2008.

De acordo com Xi Jinping (2014, p. 37), a China do mundo moderno é a mesma China sempre prezou por seus valores e cultura. Os chineses desde os tempos antigos lidam sempre estiveram envolvidos com as atividades de larga escala do comércio ultramarino, de modo que o crescimento chinês pode ser visto como mérito do empenho do seu povo: “Nós travamos [batalhas] indomáveis, lutamos e conseguimos nos tornar senhores de nosso próprio destino”.

Xi Jinping (2014) retoma a expressão estadunidense *American Dream* para conclamar o povo chinês a construir o seu *Chinese Dream*, com a intenção fortalecer a identidade chinesa, sem abandonar a direção da competição econômica.

To realize the Chinese Dream, we must take our own path, which is the path of building socialism with Chinese characteristics. It is not an easy path. We are able to embark on this path thanks to the great endeavors of reform and opening up made in the past 30 years and more, the continuous quest made in the 60-plus years of People's Republic of China, a through review of the evolution of the Chinese nation in its 170-plus of modern history, and carrying forward the 5,000-plus years of Chinese civilization. (Xi, 2014, p. 41-42)

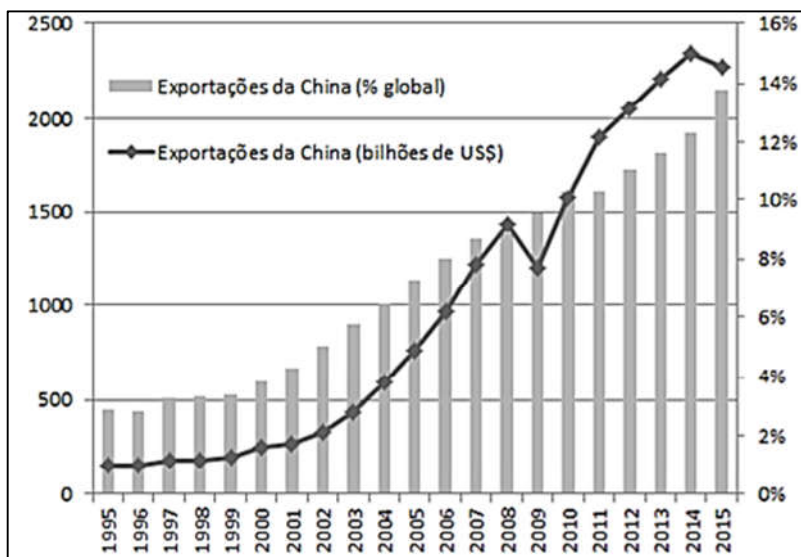
Nesta perspectiva, Xi Jinping defende rejuvenescer a nação chinesa para gerar conquistas e o caminho que propõe é o da reformulação de estímulos e investimentos na juventude chinesa. E os jovens chineses da atualidade têm sido submetidos a pressões para que correspondam à expectativas desse projeto de retomada da liderança chinesa no mundo.

Essa política resultou no desenvolvimento econômico que permite a China do século XXI a promessa de prosperidade e acesso à cultura desejados pelos jovens. Contudo, entende-se que esse processo leva também a conflitos de ordem interna: o sacrifício e a pressão sobre os jovens chineses poderá trazer danos psicológicos à sua geração; os chineses mais tradicionais de Xangai veem a essência cultural chinesa ameaçada, se perdendo em meio ao universo dos dados informatizados e das rotinas aceleradas, que vieram com a globalização, se desmanchando frente a oportunidade dos jovens viajarem para outros países, e vivenciarem outras experiências culturais.

A rápida transformação vivida pela China transparece nas suas estatísticas econômicas, sendo reconhecida cada vez mais pelos analistas econômicos. Conforme se observa nos dados dos Gráficos 1 e 2, a participação chinesa nas exportações globais que era relativamente alta já nos anos 1990, ganhou o ritmo acelerado nos anos 2000, tendo dobrado entre 2001 e 2007, ano em que atingiu 9%,

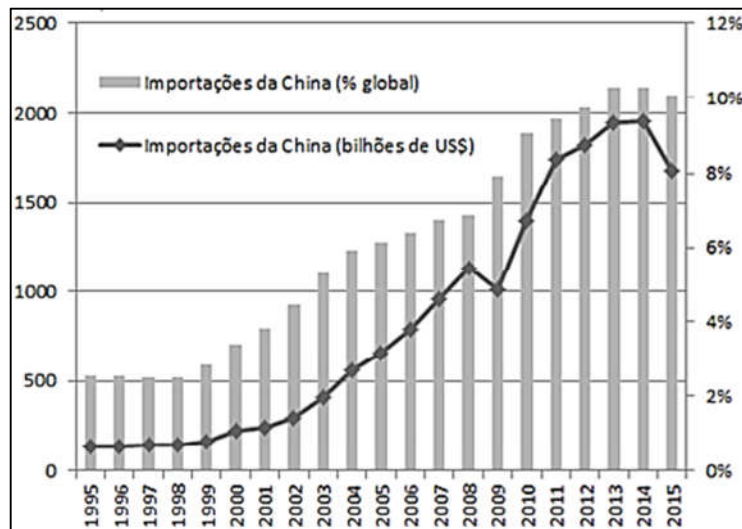
o que mostra o crescimento do peso da China no comércio mundial. (MAGALHÃES, 2016)

Gráfico 1 - Evolução dos valores (US\$) e da participação (%) da China nas exportações globais (1995-2015) [excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan]



Fonte: Elaboração de Magalhães (2016) com base UNCTAD, 2016.

Gráfico 2 - Evolução dos valores (US\$) e da participação (%) da China nas importações globais (1995-2015) [excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan]



Fonte: Elaboração de Magalhães (2016) com base UNCTAD, 2016.

O Gráfico 1 mostra o crescimento da participação da China no comércio mundial deu uma guinada no início dos anos 2000, tendo dobrado entre 2001 e 2007, ano em que atingiu 9%. Em 2009 a China ultrapassou a Alemanha como o maior exportador do mundo. As exportações chinesas responderam por 14% das exportações mundiais, atingindo US\$ 2,2 trilhões em 2015, superando a soma das exportações britânicas, francesas, italianas e japonesas. O Gráfico 2 mostra que a China se torna o segundo maior importador do mundo no ano de 2009, quando ultrapassou a Alemanha. A participação aumentou a partir dos anos 2000, tendo dobrado entre 2001 e 2009, ano em que atingiu 8% (Gráfico 2). Em 2015 a China absorveu 10% (US\$ 1,6 trilhão) das importações do mundo, sendo superada apenas pelos EUA, com 12% das importações. (MAGALHÃES, 2016)

De acordo com informações oficiais, os Acordos de Livre Comércio (ALC) feitos pela China na última década refletem a intenção de maior abertura da economia chinesa para o exterior, bem como é uma plataforma para acelerar as reformas domésticas, integrando o país à economia global e fortalecendo a cooperação econômica com outras economias, favorecendo um sistema comercial multilateral. Atualmente, a China possui 24 Acordos de Livre Comércio em negociação, dentre os quais 16 acordos já foram assinados e implementados. Acordos de Livre Comércio (ALC) em vigor: ASEAN em 2005; Chile em 2006; Paquistão em 2007; Cingapura e Nova Zelândia em 2008; Peru em 2009; Costa Rica em 2011; Suíça e Islândia em 2014; Austrália e Coreia do Sul em 2015; Geórgia em 2016. Também há processos de Acordos sob negociação para parcerias regionais ou para aprimoramento do ALC com: Sri Lanka; *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP); Maldivas; Japão e Coreia; Israel; Noruega; Singapura; Nova Zelândia; Chile (MINISTRY OF COMMERCE, 2019).

Estrategicamente, mesmo obtendo as maiores taxas de crescimento anual do mundo nos últimos trinta anos, cuja média chega próximo a dois dígitos, os chineses têm aproveitado a oportunidade colocada pelo momento atual, em que a política econômica norte-americana expressa pelo slogan *America First*, de cunho protecionista, tem tido um efeito de fechamento da economia norte-americana, ao contrário da China que tem se esforçado de abertura e de cooperação. E o mercado global, depois de mais de uma década de crise global, não tem conseguido se recuperar a contento, contexto que parece ser vantajoso para quem apostar no

mercado da China – o maior mercado consumidor do mundo, que contribui com mais de 30% da expansão anual do mercado global na atualidade, (LIN, 2017)

O não isolamento comercial é um princípio fundamental do processo de globalização. Para a China o caminho da globalização não tem volta.

A globalização é um processo essencialmente moldado por forças de caráter político e tecnológico. É multidimensional, por não se restringir à esfera econômica. E é dinâmica, porque não aponta para um caminho inevitável. O processo é definido e redefinido ao longo do tempo pela ação de alguns atores centrais, pelos resultados das interações entre esses atores, pela redistribuição dos fluxos e das redes sociais de alcance global, pelos impactos das inovações tecnológicas e pelo modo como os atores internacionais exercem poder e institucionalizam a ordem internacional. (MAGALHÃES, 2016)

Na cadeia global das economias, uma decisão tomada por uma potência econômica influencia a ordem global do comércio, afetando jogo das relações comerciais das economias interdependentes, e levando ao que ficou conhecido como “guerra comercial”. Exemplo disso são as medidas que se traduzem em sobretaxas que geram o aumento do protecionismo.

De acordo com Gary Hufbauer, especialista em comércio do *Peterson Institute for International Economics*, a guerra comercial iniciada por Trump poderá mudar os rumos da globalização, pois provoca insegurança para “empresas investirem em outros países”, cuja consequência pode ser um retorno ao passado: “[...] voltar a um sistema de comércio semelhante ao que tínhamos antes da 2ª Guerra, sem uma instituição para solução de conflitos, o que não beneficia ninguém”. Isso porque, em 2018, Trump decidiu impor tarifas sobre aço e alumínio fora do âmbito das decisões da Organização Mundial do Comércio, sob a justificativa de “ameaça à segurança nacional”. Em resposta, os países atingidos também agiram de maneira unilateral, protegendo seus mercados. Essa estratégia vem sendo adotada pelo governo de Donald Trump como forma de reação à expansão da economia chinesa. (*Apud* TREVISAN, 2018)

O que virá pela frente a partir do conflito comercial entre os Estados Unidos e a China pode reordenar economia global. A China tem respondido aos Estados Unidos de forma cautelosa, mas também buscando preservar os negócios das grandes empresas chinesas. A incursão da China em busca de acordos e tratados com países-chaves indica haver um planejamento sofisticado atento às dinâmicas da economia global, cada passo bem calculado, e este é seu diferencial. Observa-se o interesse

em estabelecer vínculos comerciais com diferentes países do mundo, independentemente do grau de desenvolvimento, tendo em vista que a produção chinesa domina o mercado mundial de comércio a preços baixos, além de ser o segundo maior importador do mundo.

Segundo Ma Ying (2011)⁷, do Instituto de Estudos Internacionais de Xangai, a dependência da RPC do comércio exterior é superior a 80% e, por sua vez, este é cerca de 90% dependente das vias marítimas. Ou seja, a via marítima não é apenas importante para a segurança energética, mas para o funcionamento da economia chinesa que depende, em boa parte, das exportações e importações de produtos manufaturados. (BARRANTES, 2015)

O processo de inclusão na sociedade de consumo tem grande impacto tanto na organização da sociedade chinesa e tem levado ao questionamento sobre a continuidade do modelo de produção e consumo característico da economia global desde a primeira metade do século XX. (CASSIOLATO, 2013) Entretanto, além dos conflitos comerciais que a China tem que enfrentar, as consequências do seu crescimento acelerado são críticas no que diz respeito à poluição ambiental. Trata-se de problema reconhecido e o combate à poluição vem sendo debatido pela China, de modo que nos últimos anos cada vez mais o Governo chinês tem buscado soluções limpas que garantam a continuidade de seu crescimento e não prejudiquem mais a população e o meio ambiente. Isso fez com que a China hoje tenha metas ambiciosas de desenvolvimento sustentável, o que fez com que assumisse a liderança entre as indústrias no mundo que utilizam energias renováveis na produção, além do esforço em desenvolver novas tecnologias.

Essas mudanças têm sido mais sentidas desde 2014, quando o primeiro ministro chinês Li Keqiang declarou “guerra à poluição”, anunciando uma nova meta: tornar a China uma economia verde, no ano seguinte a China ratificou o Acordo de Paris.

Em 2017, Keqiang reafirmou o compromisso de “fazer o céu da China azul novamente”, tal como conta a reportagem de Lucas Amorim (2017):

Em dezembro de 2009, na COP-15, a Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, realizada na Dinamarca, a China melou um acordo global de redução de emissões de gás carbônico. [...] Em dezembro de 2015, a China ratificou seus objetivos ao assinar, juntamente com os Estados

⁷ MA, Ying. Maritime Security an important new arena for China-U.S. Cooperation. **China-U.S. Focus**, Jul 18, 2011.

Unidos, o Acordo de Paris, que estabelece obrigações para todas as nações — e não só para as ricas — para manter o aumento médio da temperatura global abaixo dos 2 graus. Em março deste ano, no encontro anual do Partido Comunista, Keqiang reafirmou o compromisso de “fazer o céu da China azul novamente”. No fatídico dia 10 de junho, quando o presidente Donald Trump anunciou que os Estados Unidos estavam fora do Acordo de Paris, Keqiang reuniu-se com a chanceler alemã, Angela Merkel, e reforçou seus compromissos com o acordo climático. No dia seguinte, divulgou, juntamente com a União Europeia, um pacote de 100 bilhões de dólares em investimentos para ajudar os países pobres a cumprir suas metas. (AMORIM, (2017)

Nesse cenário de conflitos comerciais e ambientais entende-se a emergência de um novo paradigma de crescimento e desenvolvimento da economia global, que resulta ao processo de reestruturação da indústria e do comércio pela lógica da estratégia tecnológica.

Pode-se dizer que, ao contrário do que ocorreu no passado, as estratégias de invasão e conquista de territórios para domínio dos povos que serviram à conquista de poder, não têm mais a mesma força que têm o poder estratégico da tecnologia e da inovação atualmente. Desde o século XIX, é sabido que a tecnologia produzida pela Revolução Industrial garantiu aos britânicos a liderança econômica e a hegemonia política global até à I Guerra Mundial. Os Estados Unidos seguiram essa lição e, após II Guerra, investindo em desenvolvimento tecnológico e inovação conquistaram a liderança global que têm até o presente momento.

Jonathan Freedland (2002) aponta a importância da estratégia da tecnologia para a hegemonia imperialista dos Estados Unidos, mostrando que a inovação militar pode ter sido o seu grande diferencial. Os norte-americanos teriam seguido o exemplo da política do Império Romano, que ensina que o que nasce com os militares pode ser incorporado pela sociedade para impulsionar a economia.

Desde as últimas três décadas, a China tem desenvolvido projetos nas área de Ciência, Tecnologia e Inovação, em atividades de pesquisa e desenvolvimento, propostas que ocupam destaque nos Planos Quinquenais do governo chinês. A partir do X Plano Quinquenal, coerente com esses objetivos e com a tradição de replicar tecnologias, a China lançou a estratégia *Going Out, Bringing In* para “apoiar o investimento das empresas no exterior e atrair grandes corporações, visando à construção de marcas nacionais e à internalização e à transferência de tecnologias”. (ARBIX et al., 2018, p. 151)

Em 2005, o Congresso do PCC aprovou um programa de “inovação autóctone”. (CASSIOLATO, 2013) Essa estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico

ganhou força na última década, com a ampliação do maior domínio tecnológico no país, especialmente em função da crise financeira global que exigiu novas respostas dos chineses quanto a adaptação e a imitação de tecnologias tradicionais presentes em outro países desenvolvidos. (TARTARUGA, 2017)

Nesse contexto de mudanças profundas, a China apostou, e segue apostando, em duas iniciativas no campo das políticas de desenvolvimento da C&T: o Plano Quinquenal (2011-15) e o Plano Nacional (2006-20). O Plano Quinquenal aportou um montante de US\$ 1,7 trilhão em vários setores estratégicos em termos tecnológicos, entre os quais energia renovável, biotecnologia, tecnologias eficientes e ecológicas, carros elétricos e nova geração de Tecnologia da Informação (TI). Já o Plano Nacional, de médio e longo prazos, visa enfrentar o que talvez seja o maior desafio chinês, que é melhorar a capacidade de inovação do seu setor de negócios (empresarial). (TARTARUGA, 2017)

Assim, o país tem investido cada vez mais na construção de infraestruturas próprias de inovação para melhoria da competitividade de suas instituições de pesquisa, de modo que a inovação na China ganha um papel cada vez mais proeminente na economia chinesa. (TARTARUGA, 2017)

Atualmente, a China começa a disputar a liderança em tecnologias da informação e comunicação (as gigantes Huawei, Xiaomi e ZTE estão entre as maiores empresas do setor), trens de alta velocidade (China South Locomotive e Rolling Stock), energias renováveis (Trina Solar e Yingli Green Energy), energia solar e eólica (Goldwind, United Power e Ming Yang) e supercomputadores (com tecnologia 100% chinesa, o TaihuLight, da empresa Sunway Systems, está no topo da lista de computadores mais rápidos do mundo).

A formação desses grandes conglomerados acompanhou o surgimento de empresas em segmentos não tradicionais, como a Baidu (motor de busca na web, com forte investimento em inteligência artificial e veículos autônomos), a Tencent (criadora do WeChat), a Alibaba (e-commerce) e Didi (serviços tipo Uber). (ARBIX et al., 2018, p. 146)

A opção pela alta tecnologia na economia chinesa tem deixado as demais potências econômicas ameaçadas, particularmente os Estados Unidos, a Coreia do Sul e o Japão, com a tendência de ampliação das importações de *commodities* e exportações tecnológicas da China. Por exemplo, a *Huawei* e *Xiaomi* são marcas que em pouco tempo passaram a competir com marcas japonesas, coreanas ou norte-americanas que antes eram preferidas pelos consumidores de *smartphones* de qualidade.

A China redirecionou o seu mercado para o desenvolvimento de produtos que fossem competitivos em preço e qualidade e para isso investiu no rejuvenescimento de sua economia. Nas grandes empresas de tecnologia chinesa essa mudança é

sentida inclusive no quadro de funcionários que passou a ter jovens que entendem e opinam com maior propriedade sobre a tecnologia da atualidade.

Nesse contexto, vale destaca-se que na China, a despeito do “papel primordial das grandes empresas chinesas, predominantemente estatais, que dominam as principais atividades produtivas daquele país”, as grandes empresas privadas, como *Huawei*, a *ZTE* e a *Lenovo* são “majoritariamente públicas e vinculadas direta ou indiretamente com o complexo produtivo militar chinês” (CASSOLATO, 2013, p. 77), tal como Freedland (2002) aponta a relação militar com o desenvolvimento tecnológico e a liderança econômica dos Estados Unidos. No caso da China,

De fato, o exército chinês tem se engajado em atividades econômicas desde os períodos pré-imperiais, tendo em vista a característica da cultura militar chinesa, que estabelece como essencial que o exército seja totalmente (ou pelo menos de forma substantiva) autossuficiente. Esta característica – que permanece até hoje – se afirma, por exemplo, na responsabilidade histórica, atribuída ao exército, pelo controle e desenvolvimento da agricultura chinesa. (CASSOLATO, 2013, p. 76)

Observa-se que esse caminho de desenvolvimento que a coloca a China na posição de *player* global, tem como base o esforço de planejamento estratégico que envolve planos quinquenais e uma visão comercial estratégica que carrega a junção do espírito passado – remetendo ao poder de quando era um império global importante – com uma postura pragmática para realização das ações que visam a conquista da liderança econômica e política. Mais ainda, cabe lembrar que:

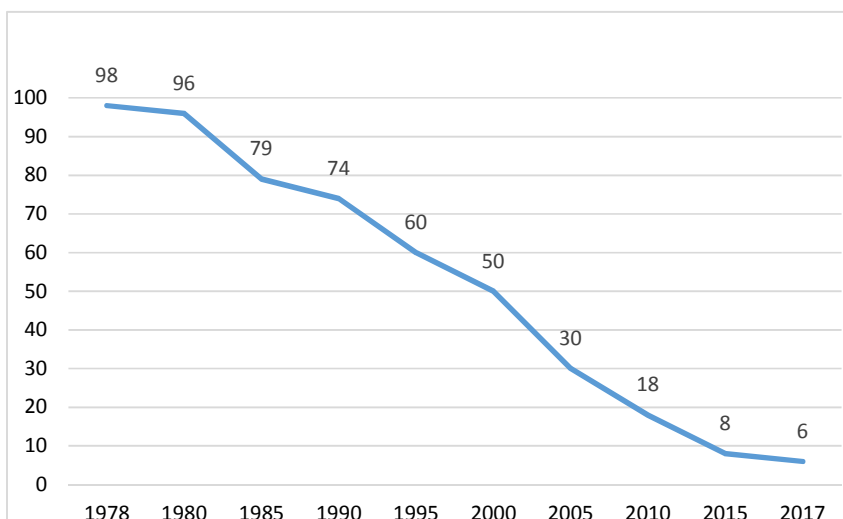
O papel do Estado – e do Partido Comunista Chinês (PCC) – nesse processo é de importância sem precedentes. Tudo que ocorre na China é, em grande medida, resultado da atuação do Estado. O poder político permanece fortemente concentrado, e a capacidade administrativa do aparelho estatal cresce e se adapta tão velozmente quanto as transformações econômicas ocorrem. (CASSIOLATTO, 2013, p. 66)

Desse modo, a China passou a integrar o grupo dos países, a exemplo de Coreia do Sul, Singapura e Taiwan, que expandiram seu investimento em conhecimento, favorecendo a educação superior e o desenvolvimento de pesquisa nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, dinamizando suas economias e, com isso, mantendo ou elevando o padrão de renda de suas populações (Liu et al., 2011⁸ apud (ARBIX et al., 2018, p. 144).

⁸ LIU, Feng-chao et al. China's innovation policies: evolution, institutional structure, and trajectory. *Research Policy*, v. 40, n. 7, p. 917-931, Sept 2011.

Em 40 anos, 740 milhões de chineses saíram da pobreza extrema. Segundo projeção do Fundo Monetário Internacional, a tendência de expansão da economia chinesa, irá colocar o país numa posição hegemônica em relação aos Estados Unidos, e a China poderá ser tornar a maior economia do mundo em 2030. (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2018)

Gráfico 3 - População em estado de pobreza na China no meio rural, 1978-2017 (%)



Fonte: Elaboração própria com base NBSC, 2018.

O Gráfico 3 mostra que a proporção de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza na China em áreas rurais, caiu 94% em 40 anos, o que está relacionado às políticas de inclusão econômica do governo chinês e também devido ao processo de intensa urbanização que vive a China. Nos últimos cinco anos, foram 68 milhões de pessoas que saíram da pobreza, sendo que o país pretende erradicar a pobreza em 2020. Na China, as pessoas que têm renda anual inferior a 2.300 *yuan*s (US\$ 337,30) são definidas como vivendo abaixo da linha da pobreza. (CHINA HOJE, 2018).

2.2 A trama das relações internacionais da China do Século XXI e o BRICS

Reconhece-se que o projeto de consolidação da posição de liderança da China no cenário do comércio mundial remete ao seu protagonismo no passado, à sua experiência de hegemonia durante a existência de diversas dinastias e impérios que

se sucederam em sua longa história, que com o tempo reverteu-se em diplomacia e na constituição de um Estado atrelado a uma economia política própria.

É válido lembrar que a concepção do Estado chinês se deu muito antes e de forma diferente do que no Ocidente. Desse modo, o país asiático desenvolveu de maneira muito particular a ideia de relações internacionais, que por mais de dois milênios pôs o país como centro de uma ordem internacional, ou *Zhongguo*, que significa “império do meio”, ou “império do centro”, e o imperador como “filho do céu”. Colocava, assim, a China numa posição de superioridade em relação aos seus vizinhos. Como afirma Abi-Sad (1996, p. 13-14)⁹ “A China dinástica tradicionalmente representou, assim, um ‘império sem vizinhos’, bastando-se em um espaço geopolítico e geoestratégico onde sua preponderância foi incontestável”. Assim, “o relacionamento que desenvolveu com os estrangeiros, que ela chamava de ‘bárbaros’, foi perpassado pela noção de superioridade de sua cultura e pelas normas sociais distintas que o país desenvolveu”. (SOUSA. 2016, p. 50)¹⁰. (LIMA et al., 2016, p. 65)

Contudo, conforme aponta Duqing (2010, p. 2), a política externa promovida pela China compõem-se de interesses a longo prazo e interesses fundamentais do seu povo, que visam o combate ao desequilíbrio da unilateralidade hegemônica, propondo desenvolver a cooperação amistosa com todos os países e promover a prosperidade econômica conjunta como forma de defesa da paz mundial. Neste aspecto ressalta a defesa da China pela não intervenção nos assuntos internos das nações, considerando que estes devem ser solucionados pelo seu povo e os assuntos do mundo devem ser resolvidos pelos países interessados mediante negociações e consultas e não devem ser decididos por uma ou duas superpotências, defendendo assim a independência e autonomia dos países e não alinhamento a nenhuma das superpotências, afirmando que não serão estabelecidas relações estratégicas com nenhuma delas. Desse modo,

A China respeita estritamente os cinco princípios de coexistência de respeito mútuo a soberania e a integridade territorial; não agressão; não intervenção nos assuntos internos de um pelo outro; igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica e, procura estabelecer ou restaurar e desenvolver as relações normais com base nestes princípios com os diversos países do mundo, conviver harmoniosamente e cooperar amistosamente com todos eles, mantendo que identidade ou diferença de sistemas sociais e de ideologias não seja motivo de aproximação ou afastamento. A China opõe-se resolutamente que, a pretexto da identidade ou da diferença de sistemas sociais e de ideologia, qualquer país justifique a ocupação de territórios

⁹ ABI-SAD, Sérgio C. M. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

¹⁰ SOUSA, Ana T. L. Marra de. **Relações Brasil-China: interesses, questões e resultados**. 2016. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

alheios e a intervenção nos assuntos de outros países e, repudia categoricamente as atividades terroristas sob qualquer forma, considerando que, somente após serem eliminadas as causas sociais e políticas, este tipo de ações poderá vir a ser resolvidas definitivamente. (DUQING, 2010, p.2-3).

Duqing (2010, p. 4) ressalta ainda que, em toda a sua história, o Estado da República Popular da China, opôs ao imperialismo, ao colonialismo e ao racismo, apoiando especialmente os países do terceiro mundo na conquista e salvaguarda de suas independências nacionais, e nos seus esforços para desenvolverem suas economias nacionais e melhorarem as relações Norte-Sul e expandir a cooperação Sul-Sul. Deixando clara a sua oposição contra a corrida armamentista da Guerra Fria, a ponto de apresentar proposta sobre a proibição total e o completo desarmamento nuclear das forças militares dos países, e a proibição total e destruição completa de armas químicas, além de redução considerável do potencial bélico convencional. Na prática, nos últimos anos, a China reduziu cerca de um milhão dos efetivos das suas forças armadas.

O Governo de Xi Jinping tem reiterado publicamente que o interesse da China é disseminar a amizade com os demais países, principalmente os vizinhos, sendo esta a filosofia que o povo chinês é ensinado a seguir, o que configura a imagem que o discurso oficial almeja que o mundo tenha da China: não a de mais uma potência lutando pelo poder, mas sim, a de uma próspera nação que contribua para a paz mundial.

No entanto, a confluência entre o protagonismo do passado e o projeto de liderança do futuro, contraditoriamente, evidencia as correntes filosóficas que sedimentaram caráter sinocêntrico das políticas doméstica e externa dos chineses, conforme análise de Lima e outros:

A base para o sinocentrismo¹¹ vinha do confucionismo que, segundo Zhimin (2005)¹², dominou as mentes dos chineses por quase 2000 anos. No pensamento confucionista, a harmonia se destacava como elemento central, sendo a harmonia social um fator de extrema importância. Assim, o Estado era visto como um agente cuja finalidade era de estabelecer e de restaurar a harmonia coletiva, tendo ainda o papel de harmonizar as relações entre os indivíduos (YAQING, 2010)¹³ e tentar manter afastada a sociedade de

¹¹ “Perspectiva etnocêntrica que considera a China como o centro, e põe em relação a esse centro qualquer outra zona, que será considerada periferia.” (SOUZA, 2016, p. 65)

¹² ZHIMIN, Chen. Nationalism, Internationalism and Chinese Foreign Policy. **Journal of Contemporary China**, v. 14, n. 42, p. 35-53, 2005.

¹³ YAQING; Qin. international society as a process: institutions, identities, and China's peaceful rise. **Chinese Journal of International Politics**, v. 3, p. 129-153, May 2010.

influências corruptoras. Também a ênfase confuciana no familismo, na família estendida, que é frequentemente o agente prático da moral. É uma incumbência do governo intervir na ajuda ao coletivo social em sua busca de realização, para gerar o desenvolvimento macro social. E para consegui-lo o Estado precisa ser forte, eficiente e amigo do cidadão. Só um governo assim pode transcender qualquer interesse particular e afastá-los. (LIMA; SILVA, 2016, p. 6-7)¹⁴. Existia um forte propósito moral no Estado Chinês e a visão de Confúcio segundo a qual a harmonia era válida tanto para a política doméstica, quanto para a externa era predominante; conseqüentemente, as relações externas da China nada mais eram do que uma extensão da própria ordem doméstica. (SOUZA, 2016; MONTENEGRO, 2015)¹⁵. (LIMA et al., 2016, p. 65)

Neste aspecto, cabe destacar que não como uma potência assumir o posto de maior economia mundial sem conseqüências políticas no jogo das economias globalizadas. Obviamente será difícil não haver nenhum tipo de conflito, pois o líder hegemônico prezarão por permanecer em sua posição. Logo, caso a China ultrapasse os EUA em posição econômica, é de se esperar que haja conflitos. O futuro responderá para onde a guerra comercial entre essas duas potências, iniciada em meados de 2017, poderá levar.

O processo de abertura e expansão de sua economia é uma estratégia comercial e política que poderá garantir a sua consolidação como potência. Assim, o governo chinês segue apregoando a paz como sua filosofia e prometendo que todas as nações prosperarão com seus negócios juntos à China, pois a expansão chinesa não prejudicará o crescimento de nenhum outro país, não havendo justificativa para a guerra comercial.

Os chineses acreditam que todos os governantes desejam o desenvolvimento de seus países, e os que tentarem prejudicá-los, terão problemas. A ressalva que observam aos seus propósitos tem a ver com a questão da ideologia econômica, por ser oficialmente um país socialista, cujo viés pode deixar as nações alinhadas ao domínio capitalista, receosos das razões chinesas, o que pode mostra que o país que ainda não perdeu seu estigma da Guerra Fria, mas por isso mesmo mantém fortes as relações diplomáticas com a Rússia.

A China sabe que precisa de aliados fortes. Isso vale como estratégia política e comercial, logo, não convém parceiros econômicos e políticos sem poder de

¹⁴ LIMA, MARCOS C.; SILVA, Joyce H. F. As relações da América Latina com a China em um novo contexto mundial. **Densidades**, n. 19, ago. 2016.

¹⁵ SOUZA (2016), obra citada nas Referências. MONTENEGRO, Renan H. Teoria das Relações Internacionais na China: origem, evolução e debates recentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: ANPOCS, 2015.

barganha. Do ponto de vista comercial, o que se espera de um investimento é o retorno. Pelo um investimento financeiro se busca movimentar o dinheiro para tornar grande a economia, tendo certa previsibilidade de retorno. Assim, a China busca suas parcerias com países que tenham posição geoestratégica e geopolítica importante que deem o retorno que busca para construir a sua riqueza.

Considerado o quadro complexo da interdependência na política internacional, observa-se a presença da atuação chinesa em múltiplos canais de negociação, formais e informais, buscando construir uma agenda internacional com diferentes atores dos Estado. Nesse jogo,

É preciso destacar sobretudo que a interdependência, como afirmam Keohane e Nye (2011, p.11)¹⁶, não significa ganhos e perdas simétricas para todos, uma vez que nem sempre distribui igualmente os custos e os benefícios decorrentes da situação de mútua dependência, criando uma situação de interdependência assimétrica, que acontece quando um dos lados consegue controlar mais recursos de poder e ganhar mais do que o outro. (SOUZA, 2016, p, 26-27)

Desde a revolução de 1949, a relações entre a China e países do chamado Terceiro Mundo, países periféricos do hemisfério Sul, pode ser entendidas como cooperação, inclusive com acordos formais ou não, que se construíam em estratégia para China “conquistar a confiança no seu entorno imediato”. Após a ruptura com a ex-União Soviética, em 1994, os chineses “participaram da construção de uma imbricada rede de cooperação na região asiática, que foi ganhando adeptos ao longo dos anos”, que configurou a sua “estratégia alternativa de não alinhamento”, ação comandada por Zhou Enlai, ministro do exterior, que teve apoio de países como Índia, Birmânia (Mianmar), Paquistão e Ceilão (Sri Lanka) e outros 23 países, incluindo África. Desse esforço de Zhou Enlai surgiram os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” [1) respeito mútuo à soberania; 2) integridade territorial; 3) não agressão; 4) não intervenção em assuntos internos; e 5) igualdade e benefícios recíprocos] que norteiam as diretrizes da política externa chinesa até o momento. Zhou Enlai, já na condição de primeiro ministro, seria também responsável por lançar os “Oito Princípios para Ajuda Econômica e Assistência Técnica a Terceiros Países”. Em 1971 veio o reconhecimento da República Popular da China como membro oficial da ONU. (PEDROZO, 2016, p. 102-104)

¹⁶ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. Boston: Scott, Foresman and Company, 2001.

A partir das reformas iniciadas por Deng Xiaoping, as bases da política externa chinesa tem sido a busca pela construção de um mundo mais multipolar, com o claro objetivo de tornar o ambiente internacional mais favorável para a realização dos seus interesses, visto que a pluralização das estruturas de decisão contribui para o fortalecimento da posição chinesa, promovendo gradualmente mudanças na ordem global. (DENG, 2008)

Nos anos 1970 a China estabeleceu relações diplomáticas e acordos de cooperação com os Estados Unidos, Japão e alguns países da Europa. Em 1979, Deng Xiaoping lançou a “Política das Portas Abertas” e a China e os Estados Unidos assinaram um acordo comum concedendo ambas as partes o status de parceiro comercial. Nesse período, a China aumenta sua participação em instituições internacionais, regionais e multilaterais voltadas à Cooperação Sul-Sul, buscando espaços de negociação multilaterais, regionais e acordos bilaterais. (PEDROZO, 2016; KOTZ, 2018)

Deng Xiaoping cunhou o conceito de manutenção de um baixo perfil (*low profile*) na atuação externa do país no período de 1990-1991 de modo a demonstrar a sua voluntariedade de contribuir para a ordem existente e não de substituí-la. Uma postura branda e incremental em relação ao ordenamento global visa mitigar tensões que poderiam surgir com o aumento da projeção da China na política internacional. (KOTZ, 2018, p. 59)

Em 1999 a China passa a integrar o G20¹⁷, grupo formado por ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais o representante dos países da União Europeia com o objetivo de colaborar para resolver as crises financeiras da época que afetava diretamente os países em desenvolvimento. A partir da crise financeira de 2008,

[...] o G20 se tornou a principal instituição para a regulamentação da política econômica internacional. Este grupo não deve ser confundido com o G20 dos países em desenvolvimento que surgiu, em 2003, durante a 5ª Reunião Ministerial da OMC. O grupo se originou a partir do IBAS, opondo-se aos subsídios agrícolas na União Europeia e nos Estados Unidos. Em 2008, o Grupo foi ampliado para 23 países-membros na América Latina, África, Ásia e Turquia. (KENNKPAM, 2012, p. 165).

Do fim da bipolaridade da Guerra Fria nos anos 1990 aos anos 2000 houve um nítido deslocamento do eixo do crescimento da economia mundial para as chamadas

¹⁷ Os membros do G20 são: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia e Estados Unidos.

economias emergentes, em especial os países asiáticos, a ordem política global sofreu impactos decisivos que impulsionaram uma série de iniciativas de coalizão fora do eixo tradicional das potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos, porém, não em busca de confrontação mas em busca para buscar mais igualdade entre os países e criar formas de cooperação num mundo multipolar. (OLIVEIRA, 2012)

Em 2000, foi realizada em Havana a I Cúpula Sul-Sul, sob a égide do sistema das Nações Unidas, da qual participaram os países do G77 e China. A declaração final enfatizou a importância da CSS [Cooperação Sul-Sul] no novo milênio, a importância em se trabalhar, no contexto da globalização, por um sistema econômico internacional democrático e justo, promovendo a participação dos países semiperiféricos e periféricos nas decisões. A par disso, enfatizou-se a importância do compartilhamento de tecnologia e conhecimento entre os países do Sul, bem como a manutenção das relações entre Norte e Sul. (ULLRICH; MARTINS; CARRION, 2013)

A partir do governo de Hu Jintao (2002-2012) dois conceitos nortearam a atuação chinesa nas relações exteriores: “ascensão pacífica” e “desenvolvimento pacífico”, o que corroborou com o processo de expansão da economia chinesa apoiado por uma “agenda econômica e diplomática de cooperação”. Nas últimas décadas, a nítida ascensão chinesa tem causado desconfiança quanto “as futuras intenções do país conforme suas capacidades econômicas e militares se desenvolvem”. Para consolidar a posição de liderança chinesa e preservar suas iniciativas econômica para integração regional da Ásia, sobretudo, o governo de Xi Jinping introduziu o conceito de “empenhar-se por realizações”, ao mesmo tempo em que se protege das interferências da política norte-americana. (RIBEIRO; HIRAIWA, 2018, p. 32-33)

O objetivo da China tem sido garantir seus interesses vitais ao passo que evita uma confrontação direta com os Estados Unidos. Tal estratégia assume feições mais visíveis através do conceito de Novo Tipo de Relações entre Grandes Potências, elucidado em 2013 por Xi Jinping logo em seu primeiro encontro com o então presidente Barack Obama. O Novo Tipo é baseado em três pontos chave: a negação do conflito ou da confrontação, o respeito mútuo aos interesses vitais e a cooperação ganha-ganha. Expressa, pois, essa tentativa chinesa de se ajustar à hegemonia global estadunidense sem recuar em seus principais interesses regionais e internacionais. Durante os anos de Xi Jinping, o “novo tipo” se tornou a base da política externa chinesa em relação aos Estados Unidos. (RIBEIRO; HIRAIWA, 2018, p. 34)

Estrategicamente, as relações internacionais chinesas se afirmam numa diplomacia mais ampla a fim de influenciar as agendas nas instituições internacionais, para que o país possa agir coordenadamente com outros atores, especialmente com potências que surgiram das economias emergentes, o que torna sua participação mais

representativa, tendo em vista que “todas as potências emergentes, por sua vez, são líderes regionais em suas respectivas regiões ou sub-regiões”. (NIU, 2013, p. 209)

Relações econômicas mais próximas entre potências emergentes serão úteis na construção de uma economia mundial robusta e equilibrada. Nesse sentido, a China é o maior parceiro comercial de todas as potências emergentes, havendo ainda grande espaço para desenvolvimentos futuros, dado que o volume de trocas comerciais ainda é baixo. A proposta de ampliar o uso de suas moedas nacionais dentro de países-membros em transações comerciais permitiria, ademais, acelerar a internacionalização do *renminbi* [moeda oficial da República Popular Chinesa]. Após Hong Kong, Londres e Taiwan, a China busca novos centros para transações em *renminbi* nas potências emergentes. Da mesma forma, estas poderiam se apoiar mutuamente nos seus esforços de construir seus próprios centros financeiros regionais. (NIU, 2013, p. 208)

Neste contexto emerge a relevância do papel do BRICS seja nas relações político-econômicas internacionais, visto que Brasil, Rússia, Índia e África do Sul são economias emergentes com grande fluxo de importações e exportações de *commodities* agrícolas, minerais e fontes de energia, produtos químicos, máquinas, equipamentos e tecnologias, produtos têxteis, vestuário e outros, sendo potências em suas respectivas regiões, e membros influentes da Organização Mundial do Comércio; seja, sobretudo, como plataforma diplomática estratégica pois os países BRICS, China e Rússia são membros-chaves permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e outros, Índia, Brasil e África do Sul são países que também um assento permanente no CSNU para decisões conjuntas sobre questões de segurança internacional e operações para manutenção da paz, combatendo conflitos interestatais e domésticas, ameaças de guerra, terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, genocídios e crimes contra a humanidade. (NIU, 2013, p. 216)

Objetivamente, a China confere grande relevância à Cooperação de Xangai (OCX), à Associação das Nações do Sudeste Asiático + China (ASEAN+1) e demais agendas regionais, incluindo a delicada questão securitária referente às disputas territoriais no mar do Sul da China. A Rússia busca relançar um bloco, a União Econômica Euroasiática (UEE), em parte devido à inoperância da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), lançada logo após o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A África do Sul dá forte ênfase à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). E, por fim, o Brasil tem historicamente um papel de liderança na América do Sul, dando prioridade ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), combinado com a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na última década (situação essa que muda, no caso, a partir do governo Temer). (RAMOS et al., 2018, p. 15)

De 2016 a 2009, o BRICS expandiu significativamente suas atividades no âmbito da coordenação política e da cooperação econômico-financeira, além da multissetorial, atuando em duas esferas: a de governança econômico-financeira e a de governança política. A primeira faz menção à agenda do agrupamento que confere prioridade à coordenação no âmbito do G-20, incluindo a reforma do FMI, e na segunda esfera, o grupo defende a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, visando a democratização da governança internacional. De acordo com Ramos e outros (2018, p. 7), o BRICS “vem passando por um processo de adensamento institucional, cuja maior expressão foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR)”, cada um com capital autorizado de US\$ 100 bilhões para a ajudar contra as pressões por liquidez e aumentar as oportunidades comerciais nos mercados BRICS.

No encontro da Cúpula de Sanya, na China, realizado em 2011, quando o BRICS formalizou a inclusão da África do Sul no grupo, os países reafirmaram a intenção de constituir o BRICS como plataforma de diálogo e cooperação, propondo que as relações do sistema internacional sejam cada vez mais multilaterais, estabelecendo um plano de ação que institui as bases para a cooperação no âmbito do BRICS, que tem como objetivo de fortalecer a cooperação BRICS para o benefício de suas nações.

Neste sentido, observa-se, que o BRICS constitui uma plataforma importante dentro do quadro estratégico das relações político-diplomáticas e comerciais chinesas mais particularmente, tendo em vista os conflitos transnacionais de toda ordem que poderão se intensificar nos próximos anos, pois além da guerra comercial com os Estados Unidos, estão entre as preocupações chinesas os problemas de segurança que envolve o as regiões do eixo euroasiático e do entorno do Mar do Sul da China, Japão e Coreia do Norte.

Neste contexto, o que virá pela frente depende do novo arranjo global, e as potências emergentes se preparam para a emergência de um novo cenário. Dentre os inúmeros questionamentos que podem ser feitos, imagina-se, por exemplo o problema do alimento, que para a China é primordial. Quais as consequências de uma ruptura comercial com os Estados Unidos? Como ficam as rotas dos alimentos no mundo? China não comprando soja americana, leva ao aumento do subsídio da soja nos EUA forçando a Europa a comprar sua soja, em detrimento de os EUA cancelarem as taxações do aço europeu. Como se comportam e quais reflexos nas demais

economias globais, vide Brasil, grande produtor mundial de soja? Um cenário complexo que pode vir a torna-se real em pouco tempo.

Para se compreender a especificidade da experiência chinesa é preciso ir além das teorias e dos paradigmas ocidentais que prevalecem no terreno das Relações Internacionais. A cultura política da China não se apresenta como excludente e se enxerga a si mesma como inclusiva e harmoniosa, tal como discutiremos mais adiante. Nessa perspectiva, a construção de uma nova ordem internacional não passa pela destruição ou pela “soma-zero”, tal como faz supor as reflexões de Samuel Huntington (1997) de um inevitável “choque de civilizações”. A China é uma nação multiétnica e possui uma histórica cultura inclusiva que mostra que os invasores do país ao longo dos séculos acabaram sendo incorporados.

A China tampouco se acomoda em esquemas teóricos excludentes, tal como o da hipótese da “Armadilha de Tucídides”, conforme pressupõe Graham Allison (2017), acerca da inevitabilidade de um conflito entre a potência estabelecida e a potência em ascensão. A assertiva do autor se baseia na análise do contexto histórico mundial desde o século XVI, quando identificou a ocorrência de experiências de disputas hegemônicas entre grandes potências, as quais acabaram em guerra.

Por analogia, Allison postula que o relacionamento entre Estados Unidos e China também poderá desaguar num confronto militar, tese que os chineses refutam. Por conta disso, é preciso compreender a estratégia chinesa dentro de seus termos, e não pela extrapolação de modelos ou pela aplicação mecânica da experiência de outros países.

Nesta perspectiva, a consolidação da liderança da China implica ampliar acordos e alianças que envolvam plataformas de cooperação comercial e desenvolvimento com os países, em todos os continentes, pois é conveniente aos chineses e ao mundo estimular e gerar crescimento nas diversas economias internacionais. A este ponto, evidencia-se o papel que terá a Nova Rota da Seda da China. Pode-se dizer além dos benefícios mútuos advindos do desenvolvimento dos projetos da Iniciativa OBOR, é previsível que haja ganho geopolíticos para a China.

Assim, confluindo estratégias geoeconômica e geopolítica, a Iniciativa OBOR pode contribuir decisivamente para que a China continue crescendo e expandindo sua economia, garantindo o alto desempenho do seu comércio por meio da integração de infraestrutura local e regional, o que favorece também a expansão do seu padrão tecnológico. Constata-se que o projeto da Nova Rota da Seda é coerente com as

linhas de ampla abertura da economia chinesa, visto ampliar as possibilidades de negócios para os produtos chineses e resolver problemas que surgem com a tendência de desaceleração de setores importantes, como siderurgia e cimento, que conjuntamente produzem aquém da capacidade ou demanda.

2.3 A Iniciativa OBOR no contexto da economia chinesa e o novo tabuleiro global das relações internacionais no século XXI

“Deixem a China dormir, porque quando acordar fará o mundo tremer”, disse Napoleão Bonaparte¹⁸, que já conhecia as grandezas da China demográfica, geográfica, militar e economicamente, mas pouco via a projeção chinesa no mundo.

(MAGALHÃES, 2016)

Sabe-se que a antiga Rota da Seda chinesa foi muito além de um corredor de produtos, constituindo-se em elo entre o Ocidente e o Oriente, sua história contradiz o enfoque eurocêntrico ainda presente nos estudos sobre o passado da humanidade.

Antes da Europa ter sido considerada o pivô geográfico da humanidade, o eixo eurasiático já representava uma rica fonte de cultura, inovações e diferentes formas de organização da vida social e econômica. Estabelecida durante a dinastia *Han*, no antigo Império chinês, a Rota da Seda é o exemplo mais emblemático dos intercâmbios materiais e ideológico-culturais que marcaram a história da Eurásia na antiguidade. Não obstante, cabe mencionar que o notório nome desse sistema foi atribuído pelo Barão Ferdinando von Richthofen em 1877, designando esta rica variedade de rotas comerciais que foram estabelecidas pelos diferentes povos da região, e que duraram aproximadamente de 130 a.C. até 1453 d.C., momento no qual o Império Otomano fechou as rotas comerciais terrestres que ligavam a Europa até o extremo Oriente (FRANKOPAN, 2015 apud KOTZ, 2018, p. 80)

O passado espelha o ideal do futuro grandioso desejado pelos chineses. A literatura sobre a antiga Rota da Seda oferece muitos indícios para se compreender os motivos e as razões para os chineses apostarem no retorno dessa ideia como a Nova Rota Chinesa do século XXI.

Abu-Lughod (1989) afirma que a China atuava como o ponto de conexão entre as rotas comerciais terrestres que cruzavam pelo norte da Ásia e chegavam até a Europa e igualmente no que diz respeito ao comércio marítimo entre o Oceano Pacífico, o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo. Mais especificamente do que isto, enquanto Império territorialmente

¹⁸ Apud ZAKARIA, Fareed. **O Mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

unificado, a China fazia a ligação entre os bens provenientes da Ásia Oriental, da Ásia Austral (passando pelo Oceano Índico), do Oriente Médio, do Norte da África e da Europa. Perpassando cinco grandes nodos geográficos do comércio mundial de então: a Europa, os povos islâmicos e persas, os povos nômades das estepes (o que inclui o Império Mongol), a civilização hindu e a civilização sênica. Este sistema comercial teve o seu ápice no século XIII e entra em decadência na metade do século XIV.

A Iniciativa *One Belt One Road*, inspirada na antiga Rota da Seda, que foi lançada em 2013 pelo atual presidente da China, Xi Jinping, confirma o entendimento de que Xangai admite que a economia global é instável e presume que com a Iniciativa OBOR o mundo encontrará os caminhos para a estabilidade esperada por todos, estratégia que resultará em benefícios a todos participantes que serão interconectados por vias terrestres e marítimas. A via marítima é a principal rota comercial que mais interessa à China, diferencial importante que remete à sua antiga história. As vias abertas por novas rotas permitirão à China continuar seu crescimento estabelecendo um maior fluxo de entrada e saída de recursos para ampliação do seu Capital. A previsão é que além os investimentos chineses para importação e exportação chinesa, serão ampliados os investimentos em países europeus, países asiáticos fronteiriços, e incluindo países das américas.

De 2013 a 2018, Xi Jinping fez uma série de declarações em fóruns e eventos de Estado que reiteram a importância desta iniciativa. As primeiras revelações sobre a proposta da Nova Rota da Seda foram apresentadas em visitas oficiais à Ásia Central e ao Sudeste Asiático, em setembro e outubro de 2013. No Cazaquistão, revelou a construção do Cinturão Econômico terrestre, e na Indonésia, a Rota Marítima do Século XXI. (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Em sete de setembro de 2013, Xi Jinping fez um discurso intitulado "Promover a Amizade Interpessoal e Criar um Futuro Melhor" na Universidade de Nazarbayev, no Cazaquistão, propondo o projeto *Silk Economic Road*. A escolha do Cazaquistão para o anúncio desse projeto foi estratégica, pois os dois países são cofundadores da Organização de Cooperação de Xangai, plataforma diplomática que dá à China um possível equilíbrio na sua influência geopolítica e econômica com a Rússia, e também contrapõe possíveis laços separatistas vinculados entre o povo cazaque e os uigures da província chinesa de Xingjian. Também, estas relações fazem um contraponto à aproximação do Cazaquistão com os Estados Unidos, que pretendem instalar bases áreas militares no Cazaquistão. (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Em 3 de outubro de 2013, Xi Jinping fez um discurso no Parlamento da Indonésia, propondo o projeto *Maritime Silk Road*, reafirmando a importância do Sudeste Asiático desde os tempos antigos, defendendo que a Nova Rota Marítima fortalecerá as cooperações marítimas com os países da *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN) para utilizar adequadamente o Fundo de Cooperação Marítima China-ASEAN, de modo a aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios de forma conjunta, a fim dos países envolvidos obterem desenvolvimento e prosperidade. (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Desde então, tem sido feitas visitas de lideranças chinesas à Indonésia, buscando cooperação com este parceiro, que já desponta entre as dez maiores economias do mundo. Joko Widodo, presidente indonésio e o primeiro ministro chinês, Li Keqiang, comprometeram-se com maior cooperação bilateral para a construção de infraestrutura e para investimentos em setores de energia e indústria marítima, entre outros. A Indonésia é membro fundador do *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB). (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Em 21 de maio de 2014, na *4th Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia* (CICA), realizada em Shanghai, Xi Jinping reiterou os projetos da Iniciativa OBOR com os investimentos que virão do AIIB, com a promessa de aprofundamento do processo de cooperação regional, voltado a garantir que o desenvolvimento e a segurança da Ásia sejam mutuamente reforçados entre os países do continente. Nesta mesma cúpula selou-se, sob presidência da China, uma parceria vai promover o desenvolvimento do mecanismo e consolidar a paz e a segurança na Ásia. Ainda nesta cúpula, o presidente Vladimir Putin, a Rússia reforçou a importância das suas relações com a China e o entendimento de que a CICA constitui uma plataforma útil para os países asiáticos consolidarem as cooperações nas áreas de política, economia, cultura, ambiente etc., como também tem um papel importante para enfrentar as ameaças e os desafios futuros. (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Em 10 de setembro de 2014, Xi Jinping publicou um artigo assinado nos meios de comunicação do Tadjiquistão dizendo que o desenvolvimento do o projeto *Silk Economic Road* havia entrado na fase da cooperação pragmática e contava com a parceria do Tadjiquistão. (STATE INFORMATION CENTER, 2019) As relações estratégicas entre a China e o Tadjiquistão justificam o envolvimento pessoal do presidente da China, pois o país é fronteira com a província muçulmana de Xingjian.

A estabilidade política dessa região é muito importante para a China, por isso o apoio na preservação da segurança nacional e a estabilidade, além do desenvolvimento econômico. O Tajiquistão obteve da China investimentos de quase US\$ 1 bilhão sob a forma de subvenções, assistência técnica e créditos em condições preferenciais. De forma inédita, esta cooperação caminha com ações importantes e históricas, como no caso em que a China e o Tajiquistão (2011) assinaram um acordo mútuo histórico decidindo uma disputa de fronteira centenária, com o Tadjiquistão cedendo mais de 1.000 quilômetros quadrados (386 milhas quadradas) de território à China.

Em 21 de outubro de 2015, Xi Jinping fez visita de Estado da China ao Reino Unido em dez anos, participando de Cúpula Comercial China-Reino Unido, em Londres, momento em que fez apresentação da Iniciativa OBOR e concluiu acordo comerciais em várias áreas. As relações da China com o Reino Unido, parceiro preferencial dos EUA e Europa, também são estratégicas para a China, especialmente agora em que deixa em aberto a possibilidade de um grande acordo com os chineses pós *Brexit*, caso se confirme a saída do Reino Unido da União Europeia e se fechem as portas fechadas da Zona do Euro para os britânicos, conforme declaração dada pelo governo chinês em 2018. (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Em 3 de setembro de 2016, na Cúpula do G20 realizada em Hangzhou, na China, que teve a presença do então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, o presidente da China, Xi Jinping, apresenta os princípios da Nova Rota da Seda chinesa no discurso de abertura intitulado *A New Starting Point for China's Development A New Blueprint for Global Growth*:

China's development has benefited from the international community, and we are ready to provide more public goods to the international community. I have proposed the initiative of building the Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road to share China's development opportunities with countries along the Belt and Road and achieve common prosperity. Major progress has been made in launching key projects and building the economic corridors of the Silk Road Economic Belt, and the building of the 21st Century Maritime Silk Road is well underway. The Asian Infrastructure Investment Bank initiated by China has already started its positive role in regional infrastructure development.

Here, I wish to stress that the new mechanisms and initiatives launched by China are not intended to reinvent the wheels or target any other country. Rather, they aim to complement and improve the current international mechanisms to achieve win-win cooperation and common development. China's opening drive is not a one-man show. Rather, it is an invitation open to all. It is a pursuit not to establish China's own sphere of influence, but to support common development of all countries. It is meant to build not China's own backyard garden, but a garden shared by all countries. (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Xi Jinping destaca que o G20 recebe grande atenção da China, e a Nova Rota da Seda é prioridade nesta relação. Nesse momento a China registra as linhas de uma nova ordem mundial e a diplomacia que o país pretende ter com o mundo, em especial com os países em desenvolvimento.

Em 17 janeiro de 2017, Xi Jinping defendeu a globalização e o livre comércio contra o protecionismo, reafirmou a defesa chinesa do multilateralismo, em seu discurso realizado em Davos, na Suíça, durante reunião do *World Economic Forum Annual Meeting 2017*, apresenta os também primeiros resultados da Iniciativa OBOR:

Over three years ago, I put forward the “Belt and Road” initiative. Since then, over 100 countries and international organizations have given warm responses and support to the initiative. More than 40 countries and international organizations have signed cooperation agreements with China, and our circle of friends along the “Belt and Road” is growing bigger. Chinese companies have made over \$50 billion of investment and launched a number of major projects in the countries along the routes, spurring the economic development of these countries and creating many local jobs. The “Belt and Road” initiative originated in China, but it has delivered benefits well beyond its borders.

In May this year, China will host in Beijing the Belt and Road Forum for International Cooperation, which aims to discuss ways to boost cooperation, build cooperation platforms and share cooperation outcomes. The forum will also explore ways to address problems facing global and regional economy, create fresh energy for pursuing inter-connected development and make the “Belt and Road” initiative deliver greater benefits to people of countries involved. (STATE INFORMATION CENTER, 2019)

Os discursos de Xi Jinping mostram a passagem de projeto para ação prática, reiterando os pressupostos das relações diplomáticas entre a China e seus parceiros econômicos e políticos, e apresentando as estruturas básicas da Iniciativa OBOR que já foram estabelecidas. Importantes resoluções aprovadas pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU incluem a Iniciativa como referência:

De acordo com informações oficiais do governo chinês, no período de 2014 a 2018, o comércio de mercadorias da China com os países participantes da Iniciativa OBOR ultrapassou US\$ 5,5 trilhões, e o investimento direto chinês nos setores não financeiros destes países atingiu US\$ 80 bilhões. Nos últimos cinco anos, a China instalou 82 zonas de cooperação econômica e comercial no exterior com os países OBOR, investindo US\$ 28,9 bilhões e criando cerca de 244 mil empregos locais. Até maio de 2018, a China assinou 16 acordos de livre comércio com 24 países e regiões, dos quais quase metade está ao longo das regiões OBOR.

Nesse contexto, observa-se que A Nova Rota da Seda chinesa já é uma realidade, e tal como destaca Seixas (2017), a OBOR é um instrumento de poder (*soft*

power) desta nova inserção mundial da China. Com benefícios econômicos, a China espera construir um novo mapa geopolítico:

A OBOR é um instrumento chinês de *soft power*, pensada com o intuito de extrair simpatia de uma vizinhança carente de recursos e de aplacar preocupações sobre a ascensão da China como grande potência, principalmente devido à maior assertividade chinesa em suas reivindicações territoriais, particularmente no mar da China Meridional. Simultaneamente, através dos benefícios econômicos que a China espera extrair do projeto, a OBOR visa a reconstruir o espaço geopolítico da Ásia-Pacífico, colocando a China como seu eixo gravitacional e fortalecendo seu *hard power*. Esse reordenamento geopolítico da Ásia-Pacífico, por sua vez, fortalecerá o reordenamento da ordem internacional. (SEIXAS, 2017, p. 50)

A China tem sua projeção de interação com o mundo todo a partir da perspectiva da Nova Rota da Seda, que propõe aproximá-la das demais nações, principalmente ocidentais, das quais é afastada por questões geográficas e por acordos econômicos com outros países. Sua maior promessa é manter paz com a sociedade internacional, diferente da guerra trazida por outros países economicamente fortes, que propaga inimizade e problemas em outras esferas sociais, como o preconceito entre grupos étnicos e estigmas atribuídos a eles. (BARBOSA et al., 2018)

A visão chinesa apresentada ao mundo é a de busca por uma relação econômica que beneficie a todos os países. O governo chinês tem clareza de que suas movimentações econômicas trazem mudanças no cenário mundial através da cooperação com outras nações, sem que isto freie seu crescimento, buscando acordos mutuamente benéficos aos países envolvidos.

Diante de projeções sobre o futuro da economia global que apontam um cenário de muita instabilidade e imprevisibilidade, o que obviamente é muito ruim para os negócios do Capital, a China apresenta a sua proposta, que segue a dinâmica capitalista no sistema internacional, reconhecendo os limites impostos pela conjuntura de crise global, e a necessidade de preservação dos mercados. Assim, demonstra-se a convergência entre o contexto em que a China vem se consolidando como liderança da economia global e o esforço de investimento que o país vem fazendo em projetos da Nova Rota Chinesa.

Observa-se, portanto, que há uma tendência de que a Nova Rota da Seda Chinesa leve a “uma reestruturação geoeconômica transcontinental que causará significativos impactos no comércio e nos investimentos internacionais”, visto que configura-se como ponte entre comércio e investimentos internacionais, repercutindo

no comércio global a partir iniciativas de cooperação no comércio internacional. (BRUNO; RIBEIRO, 2017, p. 208)

Neste sentido, a BRI [OBOR] não deve ser vista apenas como uma série de projetos de infraestrutura alinhados de acordo com determinados princípios. A iniciativa consiste em uma ampla visão estratégica para a integração da Eurásia, colocando a China como centro de articulação de influência no sistema regional. A BRI é a principal visão de política externa do governo Xi Jinping, implicando elementos de desenvolvimento econômico e de projeção estratégica. (PLOBERGER, 2017; ROLLAND, 2017)¹⁹. O espaço eurasiático deverá ser influenciado por alguma combinação do triângulo estratégico entre China, Rússia e Estados Unidos (KLIEMAN, 2015; BRZEZINSKI, 2016)²⁰. (KOTZ, 2018, p. 49)

O governo chinês prevê cerca de 30 a 40 anos para construção e funcionamento do conjunto das rotas já definidas na Iniciativa OBOR, que correspondem aos seis corredores econômicos: CPEC (China-Paquistão); BCIMEC (Bangladesh-China-Índia-Mianmar); CIPEC (Península China-Indochina), CMREC (China-Mongólia-Rússia), CCWAEC (China-Ásia Ocidental), NELB (Nova Ponte Terrestre Eurasiática). (ANEXO) Para esses projetos foram previstos investimentos da ordem de US\$ 5 trilhões no total, conforme anúncio feito em 2013. Estima-se ainda que serão adicionados mais de US\$ 1 trilhão em financiamento externo para durante o período de 10 anos, a partir de 2017, para estimular o crescimento dos países dos corredores.

Os chineses deverão financiar a maior parte dos projetos OBOR, sendo: *Silk Road Fund* atua em consórcios com investimento de US\$ 40 bilhões; o *China Development Bank* (CDB) apoia 400 principais projetos em 37 economias investindo US\$ 110 bilhões; *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC); apoia 212 projetos investindo US\$ 67 bilhões com estimativa de chegar a US\$ 159 bilhões; *Bank of China* (BC) US\$ 100 bilhões para o período 2016-2018; *China Exim Bank* (CEB) apoia 1000 projetos com investimentos em 49 economias com investimentos de US\$ 80 bilhões; *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) com investimentos de US\$ 2,3 bilhões em empréstimos; *New Development Bank* (NDB), dos BRICS, possui pequenos

¹⁹ PLOBERGER, Christian. One Belt, One Road - China's new grand strategy. **Journal of Chinese Economic and Business Studies**, v. 15, n. 3, 2017.

ROLLAND, Nadège. China's Eurasian Century? Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative. **National Bureau of Asian Research**, 2017.

²⁰ KLIEMAN, Aharon. **Great powers and geopolitics: international affairs in a rebalancing world**. United Kingdom: Springer, 2015. BRZEZINSKI, Zbigniew. Toward a Global Realignment. **The American Interest**, v. 11, n. 16, Apr 17, 2016.

investimentos até o momento, mas espera-se que um papel global maior no futuro e o *China Construction Bank* também apoia projetos OBOR. (OECD, 2018)

A proposta da Nova Rota chinesa tem implicações nas mais variadas áreas, como exemplo, no Direito Internacional de Investimentos. Conforme Bruno e Ribeiro (2017), o projeto chinês se insere em temas de estudos constantes, em função da flexibilidade e as movimentações do mercado global.

Em números de 2017, o volume de comércio entre países e regiões membros correspondia a 55,2%, que representava 13,4% do volume global de comércio e 65% do volume de comércio na União Europeia. Já aderiram à Iniciativa 127 países e 29 organizações internacionais, que já receberam investimentos de mais de US\$ 90 bilhões feitos somente pela China. (ZHANG, 2019)

Oficialmente, já foram gastos em obras e estudos cerca de US\$ 1 trilhão do conjunto dos países envolvidos com a construção de rotas ferroviárias que ligam a China ao Reino Unido ou ao Paquistão. Em 2017, os países e regiões membros da Iniciativa atraíram US\$ 155,4 bilhões em investimentos estrangeiros diretos e US\$ 323,7 bilhões em capital estrangeiro, aumentando 27,3% e 2,1% em relação ao ano anterior, representando 31,6% da entrada de capital estrangeiro no mundo, o que supera a entrada de capitais na Área Livre Comércio norte-americano com 23% e na União Europeia com 21,2%. (ZHANG, 2019)

Song Lihong, representante do *Ministry of Commerce's Comprehensive Department*, entre 2013 e 2018, afirma que o investimento bilateral entre a China e as economias relacionadas à Iniciativa ultrapassou US\$ 130 bilhões, sendo US\$ 90 bilhões de investimento direto da China. No mesmo período, a China recebeu um total de US\$ 40 bilhões em investimentos de entrada dos países da OBOR, à medida que o investimento bilateral se aprofundava. (REN; ZHONG, 2019)

De acordo com análise do Banco Mundial, os riscos econômicos relacionados aos projetos de infraestrutura OBOR seriam comuns aos grandes projetos: sustentabilidade da dívida dos países dos corredores; riscos ambientais e sociais; falta de transparência e risco de corrupção. Aponta ainda que caso sejam totalmente implementados os projetos de infraestrutura de transporte dos corredores econômicos OBOR, o comércio mundial deverá aumentar entre 1,7 e 6,2%, consequentemente aumentando a renda real global de 0,7 para 2,9%, sendo que a estimativa da renda real para as economias participantes dos corredores é aumentar de duas a quatro vezes. (WORLD BANK, 2019).

A seguir, no Quadro 1, encontra-se uma relação de alguns projetos em andamento pela Iniciativa OBOR.

Quadro 1 - Projetos da Iniciativa One Belt, One Road em andamento

País	Descrição do Projeto	Valor
Tailândia	Ferrovía (a ser construída pela CRCC)	US\$ 23 bilhões
Paquistão	Usina nuclear (a ser construída pela CNNC)	US\$ 9,6 bilhões
Guiné	Extração de alumínio (pela China Power Investments)	US\$ 6 bilhões
Uzbequistão e Quirguistão	Ferrovía (a ser construída pela CRBC)	US\$ 200 bilhões
Irã	Ferrovía (a ser construída pela NORINCO)	US\$ 7,8 bilhões
Rússia	Gasoduto (a ser construído pela CNPC)	US\$ 55 bilhões
Paquistão	Corredor (com rodovias, usinas geradoras de energia, fábrica, ferrovias)	US\$ 62 bilhões
Laos	Ferrovía (a ser construída pela China Railway)	US\$ 7,2 bilhões
Rússia	Porto em Zarubino (a ser construído pela China Railway)	US\$ 3 bilhões
Sri Lanka	Porto em Hambantota (a ser construído pela CCCC)	US\$ 800 milhões

Fonte: Elaborado por D'Atri (2017, p. 2) com base PWC, Dragonomica, imprensa, Bradesco.

Pode-se dizer que este é o momento de maior ambição do comércio exterior chinês dos últimos séculos. A China não comporta mais importar e exportar simplesmente, de modo que o governo de Xi Jinping pensa em estrategicamente o processo de expansão chinesa a partir da Iniciativa *One Belt, One Road*, na perspectiva de que a ampliação do comércio exterior seja consolidada em acordos multilaterais com todos os continentes.

Para quem questiona se a China conseguirá investir em países a mares de distância. A resposta é positiva, pois as fontes de investimentos atuais do mundo globalizado são muito mais diversificadas. Há grande possibilidade de que a Nova Rota da Seda possa incluir no futuro rotas que cheguem às Américas. Conforme análise de Pires e Paulino (2017),

Seus efeitos sobre a América Latina dependerão do quanto essa maior integração produtiva na Eurásia poderão resultar em desvio ou criação de comércio em relação a outras regiões do mundo. É preciso destacar que a Ásia já é o principal parceiro da América Latina e que o comércio entre as duas regiões apresenta elevado grau de complementaridade. É possível que essa maior integração produtiva ao nível da Eurásia torne a China menos dependente da importação de algumas commodities de regiões mais distantes, o que poderia afetar negativamente o comércio com a América Latina. É preciso considerar, contudo, que o crescimento sustentável da Ásia

a longo prazo representará igualmente novas oportunidades de exportações, sobretudo de alimentos. (PIRES; PAULINO, 2017)

Os retornos esperados pela China no futuro valem todo empenho na promoção e os gastos já realizados com a Iniciativa OBOR, tendo em vista o potencial de expansão de seus negócios em todos os continentes, o que torna os chineses os maiores aliados do processo de globalização econômica na atualidade. Coaduna-se a isso: a imagem de grande parceiro comercial construída pela China nas últimas décadas; os propósitos de estabilidade e o crescimento de sua economia planejada; o contexto dominado pelos meios de comunicação tecnologicamente avançados; a facilidade em viajar mais rápido ao redor do mundo e os milhões de intérpretes das mais variadas línguas tornaram as negociações muito mais acessíveis.

Para Seixas (2017, p. 118), com o desenvolvimento dos projeto da Iniciativa OBOR, a Eurásia se transformará em zona de influência, havendo uma “expansão gradual e cuidadosa do poder e da influência chinesa, por meio da economia política”.

A OBOR pode ser considerada a manifestação prática de uma estratégia de economia política internacional cujo objetivo é consolidar a China como a primeira potência econômica da Eurásia. A garantia de acesso a importações de commodities estratégicas, principalmente energéticas, e de escoamento de bens manufaturados e de excesso de capacidade industrial é de suma importância para o país sustentar seu desenvolvimento socioeconômico, principalmente enquanto o país faz sua transição para o novo normal. Mas a OBOR é, também, consequência natural do crescimento econômico chinês sem paralelos na história moderna, e que agora se manifesta em termos geopolíticos e na balança de poder internacional. (SEIXAS, 2017, p. 117)

Nesse sentido, dentro deste contexto histórico em que o comércio global dependerá cada vez mais das decisões estratégicas, e estas não decorrem de planos a curto prazo, ou de medidas protecionistas como as sobretaxas norte-americanas, a Nova Rota da Seda chinesa pode constituir-se em uma peça fundamental neste novo tabuleiro global, configurada como o maior programa da diplomacia atual, desde o Plano Marshall e cobrirá dezenas de países, alcançando uma população total de mais de três bilhões de pessoas, segundo análise de Seixas (2017).

Nesse tabuleiro onde se conquista o poder, valem as projeções e a conjuntura. E a China com a sua diplomacia única atua em frentes globais, para a mudança que virá nos próximos anos. Conforme Pires e Paulino (2017),

É possível que essa maior integração produtiva ao nível da Eurásia torne a China menos dependente da importação de algumas *commodities* de regiões

mais distantes, o que poderia afetar negativamente o comércio com a América Latina. É preciso considerar, contudo, que o crescimento sustentável da Ásia em longo prazo representará igualmente novas oportunidades de exportações, sobretudo de alimentos.

As reflexões aqui apresentadas demonstram a importância do debate sobre o tema da Nova Rota da Seda chinesa, compreendendo que não é mais possível tratar desse assunto como se fosse simplesmente um plano de intenções do Estado Chinês. É preciso reconhecer o papel das rotas comerciais e não ficar indiferentes ao que poderá transformar o cenário mundial nos próximos anos.

Entende-se que no meio acadêmico brasileiro essa discussão é ainda incipiente, por isso cabe às universidades e aos institutos de pesquisa estimularem estudos e abrirem canais voltados a compreender os desafios desse novo cenário projetado pela China, o qual trará impactos nas relações internacionais dos países integrantes da Nova Rota da Seda e para os demais países da ordem global.

Neste trabalho, de modo geral, buscou-se lançar hipóteses sobre os possíveis impactos dessa proposta chinesa para a economia, a geopolítica, o comércio exterior, pensando na problemática das relações internacionais, com a intenção também de suprir a lacuna de estudos acadêmicos brasileiros que foi observada durante o levantamento sobre o tema da Nova Rota da Seda. Pretendeu-se mostrar que a experiência chinesa deve ser compreendida de modo a incluir também o discurso e os estudos chineses, a fim de ir além do plano das ideias ocidentais da Relações Internacionais

No capítulo seguinte, será focalizado as relações entre China e Brasil na ordem global das economias emergentes, mais especificamente, imaginando um cenário em que a ampliação das relações comerciais entre esses dois atores, a partir da cooperação China-Brasil na Iniciativa OBOR, poderá levar a crescimento econômico expressivo com benefícios mútuos, conforme a disposição chinesa.

3 AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES BRASIL E CHINA

As relações internacionais entre os países não são determinadas pela história de cada nação, mas é importante uma incursão ao passado de cada país para que seja composto um quadro mais atento à complexidade dessas relações. Esse é o caso das relações China-Brasil. Tal como foi apresentado anteriormente, a cultura milenar chinesa constitui as bases e os princípios de sua diplomacia até hoje. Do mesmo modo, pode-se dizer que o ocorre com a diplomacia do Brasil também tem a ver com a história do país, o que não significa que a evidência dessa influência do passado seja definitiva para as decisões que são construídas no contexto presente do jogo de poder das relações internacionais, onde deve-se estar sempre atento às projeções de um cenário futuro.

3.1 O ator Brasil no contexto das relações internacionais

De acordo com os estudos de Lima (2005) e Souza (2016, p. 46), as relações do Brasil com o mundo trazem as marcas históricas da busca por “afirmar a vocação de grandeza do país associando-a a um contexto (ainda que futuro) de riqueza e desenvolvimento”, considerando suas dimensões continentais, o seu peso econômico regional e as riquezas naturais que possui. Um das razões para isso seria o fato de que a experiência do passado colonial constituiu a formação da nação brasileiro, influenciando as características da política externa do país até hoje.

Mesmo com a independência do país, no século XIX, não se rompeu com os fluxos políticos e econômicos que prejudicavam o desenvolvimento autônomo do país. Como resultado dessa experiência aflorou na PEB [Política Externa Brasileira] a partir do século XX a necessidade de afirmar a autonomia brasileira perante o mundo, permeada, por sua vez, por um sentimento de grandeza que levava em consideração os imensos potências de riqueza e desenvolvimento que o Brasil poderia ter. (SOUZA, 2016, p. 69)

Somado a isso, Lima (2005, p. 3) aponta que outro fator importante para a configuração das relações internacionais tanto passado quanto no presente do Brasil é a questão da sua inserção geopolítica no Ocidente, “para se entender a definição de seus interesses nacionais, entendidos os últimos como as orientações substantivas das políticas internacionais do país, bem como a visão da elite pertencente à comunidade de política externa”. Nesta perspectiva, Souza observa que

Um dos fatores que constituem importante condicionante da ação externa brasileira é sua localização no hemisfério ocidental e, especificamente, no continente americano, que é uma área reconhecidamente de projeção de poder dos EUA, embora receba pouca atenção relativa da política externa norte-americana (LIMA, 2005, p. 4)²¹. Em momentos anteriores foi área de influência de potências europeias como Espanha, Países Baixos, Reino Unido e Portugal. Levando isso em consideração, admite-se que os modelos de identidade da ação externa brasileira são essencialmente ocidentais, ainda que sofram variações. (SOUZA, 2016, p. 39)

A história da dependência brasileira dos atores globais, mostra que o país se situou na periferia do sistema internacional, e o seu “nascimento como Estado deu-se por meio do estabelecimento de relações assimétricas com o estrangeiro” (SOUZA, 2016, p. 72). Por outro lado, o contexto geopolítico regional da América Latina era relativamente estável entre o final do século XIX e início do XX, o Brasil havia resolvido a seu favor, visto que os conflitos territoriais com seus vizinhos, a ponto de se autodenominar um “país geopoliticamente satisfeito”. (LIMA, 2005, p. 4)

Neste aspecto, vale ressaltar que o comércio internacional teve destaque importante nessa história, tendo em vista que o passado extrativista, os ciclos econômicos da cana de açúcar, da mineração de ouro e pedras preciosas, da borracha e do café, e, mais recentemente, poderia a soja. Portanto, o Brasil dependeu e ainda depende de rotas comerciais que tornaram importantes em determinados períodos, e que moldaram suas políticas econômicas interna e externa devido ao peso na balança comercial ou à força da influência ostensiva ou velada que os detentores do capital no país tiveram. Assim, o Brasil sempre esteve atrelado às suas trocas comerciais internacionais por conta de seu potencial agroexportador, criando uma dependência nacional externa:

As relações do Brasil com outras nações sempre estiveram associadas ao potencial agroexportador do país, ou seja, as relações brasileiras com as nações estrangeiras se davam de acordo com os interesses do mercado externo com relação aos produtos agrícolas nacionais – açúcar, café, cacau, algodão, etc. – e, claro, a dependência nacional aos produtos industrializados das nações capitalistas. Somente após a II Guerra Mundial o Brasil passou a ter poder de decisão em suas medidas quanto ao mercado externo, porém, as relações diplomáticas brasileiras ficavam muito restritas aos países de capitalismo industrial adiantado. (FABER, 2013)

Nesse contexto, observa-se que parece haver uma dificuldade do Brasil em tomar decisões que contrastam com essa zona de influência em que se encontra. No

²¹ Citado nas referências bibliográficas.

entanto, Souza (2006, p. 43) aponta que ao longo da história da diplomacia brasileira houve diversos momentos em que o país buscou se afirmar sua autonomia e independência, especialmente quando, sendo a maior economia regional da América Latina desde a segunda metade do século XX, buscava afirmar-se como potência de liderança regional não querendo “ser visto como subordinado ou mero fantoche norte-americano”. Desse modo,

Ao longo da história da política exterior brasileira é perceptível que o exercício da autonomia se deu de várias formas, considerando a aproximação ou distância com a potência dominante e os interesses e contextos específicos a qual se reportava. Os meios distintos para se obter esse fim ao longo do tempo geraram, a grosso modo, duas estratégias: a de *bandwagoning* e a de equilíbrio. A primeira se expressa na busca de relações especiais com os EUA, tentando em aproveitar-se dessas interações para concretizar projetos domésticos e equilibrar possíveis rivalidades regionais. Já a segunda estratégia caracteriza-se pela busca de alianças regionais e extra-regionais como mecanismo equilibrador de poder, em uma tentativa de manter as opções abertas e suavizar o possível unilateralismo das grandes potências, principalmente dos EUA. A ideia aí é diversificar as dependências (LIMA, 2005). (Souza, 2016, p. 43-44)

Para Souza (2016), essas características da diplomacia brasileira estão relacionadas à intenção do país de se firmar como “potência média”, de forma que não seja confundido com os países pequenos, para que dentro sistema internacional e regional se destaque, sem estabelecer confrontos com as maiores potências que tragam prejuízos a essa posição de relativa importância.

Além disso, dado os baixos e médios índices de desenvolvimento, a escolha do país foi por não abdicar de estabelecer relações com Estados mais poderosos, sob pena de ficar relativamente isolado na cena internacional. A centralidade que as relações com os EUA tiveram durante todo o século XX para a PEB demonstram que o Brasil consegue arranjar-se nesse tipo de relação, embora o diferencial de poder tenha levado, por vezes, o país a aceitar acordos e relacionamento externos com os quais tinha mais a perder do que ganhar. (SOUZA, 2016, p. 72)

Por outro lado, a plataforma do multilateralismo sempre foi bastante usada na política externa brasileira porque “contribui com a noção de autonomia” e porque “garante uma melhor aplicação do princípio da igualdade jurídica entre os Estados”, de modo que é a partir da prática das relações multilaterais que “o Brasil enxerga que pode ter maiores ganhos nas negociações internacionais e contribuir para a alteração da injusta ordem internacional, embora o bilateralismo seja também relevante.” (SOUZA, 2016, p. 71)

Nessa direção, pode-se dizer que até o período de formação do Estado brasileiro, a partir de 1930, até o final da década de 1980, o Brasil seguiu uma plataforma de política externa que se relacionava com o modelo econômico desenvolvimentista defendido Estado brasileiro à época, na baseado no processo de urbanização e industrialização do país, como forma de ampliar o crescimento econômico do país e conquistar o desenvolvimento almejado. Desse modo, havia no país um forte apelo pela defesa do desenvolvimento da indústria doméstica brasileira, o que significava modelo fundamentado no protecionismo, que não favorecia o investimento externo e a cadeia de importações. Esse modelo, conforme afirmação de Souza (2016), pressupunha a

[...] figura de um Estado forte e empreendedor, que além de direcionar as atividades produtivas domésticas, atuava no mercado por meio de uma série de empresas estatais em setores estratégicos, como o de energia e nas indústrias de base, por exemplo. A base intelectual desse modelo de desenvolvimento foi estabelecida pelos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). (SOUZA, 2016, p. 87)

Na esfera das relações políticas, o Brasil foi consolidando ao longo do tempo uma posição de mediador, tornando-se presença constante em foros de organismos internacionais (MIYAMOTO, 2000), buscando afirmar seu papel na governança global, atuando em defesa da paz, do desenvolvimento dos países, do meio ambiente, da educação e da cultura, contra o genocídio, o terrorismo, as guerras.

A aspiração pelo reconhecimento internacional foi perseguida por via de uma presença ativa nos fóruns multilaterais desde a segunda metade do século XIX, quando surgiram os primeiros esforços de coordenação multilateral e, posteriormente, na constituição das Ligas das Nações, em que o Brasil empenhou-se em conseguir obter um assento permanente na organização (Garcia, 2000)²². Como ocorreu naquele momento e nos anos seguintes, o Brasil apresentou-se como mediador entre as grandes potências e as demais, posicionando-se na defesa dos direitos das potências menores e, simultaneamente, aspirando conquistar o status equivalente ao das grandes potências. (LIMA, 2005, p. 8)

A mudança do modelo econômico brasileiro ocorreu a partir dos anos 90, impulsionada pelas crises da economia tradicional frente à emergência do processo de globalização que se aprofundava. O país se viu diante de graves restrições econômicas, alta inflação e crise fiscal do Estado, meio a crises que atingiram também

²² GARCIA, Eugênio V. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre; Brasília: Ed. da UFRGS; FUNAG, 2000.

outras economias regionais importantes como a Argentina e o México. (LIMA, 2005) Com crescente perda de competitividade da indústria brasileira, o país torna-se mais dependente da exportação de *commodities* e da importação de manufaturados. O Brasil, mesmo com crescimento econômico muito baixo desde então, mantém presença em organismos de cooperação econômica internacional por meio de participação nos grupos de decisão do G20, BRICS, G24,²³ G4,²⁴ *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OCDE em português), *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e o MERCOSUL.

3.2 As relações sino-brasileiras e os impactos da expansão chinesa sobre o Brasil

No pós II Guerra Mundial e durante a maior parte do período da Guerra Fria, Brasil se posicionou ao lado dos Estados Unidos, e a China foi aliada da ex-URSS até à ruptura dessa relação ainda nos anos de 1960. China e Brasil começaram a se aproximar a partir dos anos de 1970, cujo marco ocorreu em 1974 quando o Brasil reconhece oficialmente a República Popular da China como legítima representante do governo chinês, considerando Taiwan parte de seu território, e o “Brasil concordou em tomar como base para a relação entre os dois países os 5 princípios de coexistência pacífica elaborados pela diplomacia chinesa”. Esse acordo resultou de uma época em que ambos os países buscavam construir “políticas externas mais independentes e criarem uma identidade própria nas relações internacionais, em conjunto com a existência espontânea de aspectos comuns no posicionamento internacional.” (SOUZA, 2016, p. 83) Ao governo chinês interessava fortalecer a sua indústria e construir relações diplomáticas bilaterais no continente sul-americano.

Com a crise política e econômica que se abateu durante o governo militar no Brasil essas relações ficaram congeladas até metade dos anos de 1980, quando o país volta ter um governo civil sob nova Constituição, há uma abertura maior do mercado brasileiro com o objetivo de conter a crise econômica do país, que começa a experiência de uma longa série de planos econômicos de curta duração que não

²³ Agrupamento de representante de 24 países emergentes da Ásia, América Latina e Caribe e África, criado em 1971 como parte do grupo dos 77 países.

²⁴ Grupo que tem Brasil, Índia, Alemanha e Japão.

resolverão os problemas da economia do país até aos anos de 1990. Durante esse período, o destaque da relação China-Brasil são os acordos para a construção do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), em 1988, “considerados ainda hoje exemplos de sucesso de cooperação sul-sul no campo de alta tecnologia”, que se mantêm até hoje na agenda bilateral entre os dois países. (SOUZA, 2016, p. 83). Nesta época,

Os grandiosos projetos de infraestrutura previstos no 7º Plano Quinquenal chinês (1986-1990) poderiam se constituir em grande oportunidade para o setor de engenharia e construção e de maquinário brasileiro. Interessava a China “a construção de estradas, aeroportos, usinas hidrelétricas e siderúrgicas e fábricas de papel e celulose” (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 49)²⁵. No entanto, a falta de capacidade brasileira para oferecer soluções financeiras para os projetos inviabilizou o aproveitamento das oportunidades. (SOUZA, 2016, p. 85)

Ao final dos anos de 1990, o comércio entre China e Brasil, que até 1993 era pautado por manufaturados e semimanufaturados brasileiros ocorre uma inversão que se acentua nos anos 2000, dada a crise econômica brasileira e o processo de aceleração e expansão da economia industrial chinesa para novos mercados.

Se, no início dos anos noventa, a Parceria foi encarada pelo Governo brasileiro como “linha auxiliar” de uma política asiática brasileira que ainda tinha no Japão o seu núcleo central e âncora da política asiática brasileira. Nesses anos, o relacionamento sino-brasileiro passou a “impactar” decisivamente a própria evolução da economia brasileira. Assim, o surgimento, a partir do final dos anos noventa, de um dinâmico e florescente mercado chinês para muitas commodities produzidas pelo Brasil, como o ferro e a soja, constituiu um elemento importante para o excepcional crescimento nos últimos anos dos setores primário e do agronegócio brasileiro. De forma semelhante, a crescente produtividade e eficiência do setor industrial chinês com suas enormes economias de escala e baixos custos de produção, vem tendo efeitos negativos sobre o setor industrial brasileiro, que enfrenta crescentes dificuldades para concorrer com a produção da indústria chinesa não só dentro do mercado brasileiro, como também em terceiros mercados onde o Brasil sempre teve forte presença, como a América Latina e os Estados Unidos. (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 18-19)

Cabe observar que esta perda de mercados de manufaturados que o Brasil vem sofrendo com a forte política exportadora chinesa, também está relacionada à falta de investimentos do Brasil nas áreas de ciência e tecnologia, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, visto que a indústria brasileira tem respostas inovadoras para este mercado, daí a perda de competitividade e o evidente

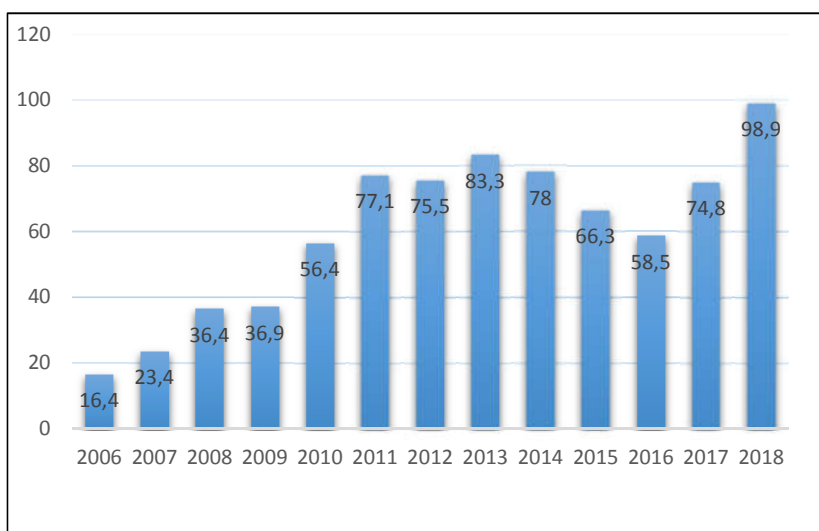
²⁵ BIATO JÚNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégia sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

descompasso entre as duas economias. A visão política econômica de curto prazo contrastante com a visão de longo prazo dos chineses, bem como a falta de planejamento estratégico nos negócios brasileiros e nas relações comerciais internacionais prejudicam as pretensões de crescimento da economia brasileira e diminui a força da parceria estratégica entre China e Brasil. (BIATO JÚNIOR, 2010)

Contudo, ainda é possível afirmar que as relações bilaterais entre China e Brasil permanecem fortes e mutuamente benéficas, não apenas na área econômica, mas nas parcerias diplomáticas também, sendo o Brasil “inevitavelmente um parceiro de expressão crescente para a China”. (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 22) Pois emerge dessa parceria um “modelo de complementariedade comercial” que torna cada vez mais vantajoso comercialmente a exportação de *commodities* do Brasil para China, devido ao aumento da demanda chinesa. (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 26) Por outro lado, o Brasil tem dificuldades para ampliar sua pauta exportadora. Conforme Jaguaribe (2018, p. 179), desde o início dos anos 2000, somente três produtos – minério de ferro, soja em grão e óleo bruto de petróleo – correspondem a mais da metade das exportações brasileiras para a China, uma dependência que tem crescido: 59% em 2005 para 73% em 2016. Um quadro muito distinto do período entre 1985 e 1989, quando 60% das exportações brasileiras para a China eram de manufaturas, em especial, produtos siderúrgicos; na década de 1990 caiu para 27%, no período 2000-2009 caiu para 16% e de 2010-2016 caiu para 5%.

As relações sino-brasileiras se fortaleceram e a participação da China nas exportações brasileiras 2000 a 2009 cresceu de 2% para 14%, quando a China tornou-se o principal destino das exportações brasileiras. E desde 2010, a maioria das importações brasileiras foram oriundas da China, em sua maioria, de produtos manufaturados. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2018)

O Gráfico 4 aponta a tendência de crescimento no fluxo de importações e exportações entre os dois países, atingindo número recorde de 98 bilhões de dólares.

Gráfico 4 - Comércio Corrente Brasil-China: 2006-2018 (US\$ bilhões)

Fonte: Elaboração própria com base em dados MDIC, 2019.

Entre 1999 e 2003, o comércio corrente entre China e o Brasil multiplicou-se por 3,4, em grande medida puxada pelas exportações brasileiras, que se incrementaram 5 vezes, contra um aumento de 2,1 vezes das importações provenientes da China. Houve uma expressiva elevação do saldo comercial brasileiro, que saiu de um déficit de US\$ 100 milhões em 1998 para um superávit comercial de US\$ 2,4 bilhões no ano de 2003. (BARBOSA, 2008)

Vale ressaltar que no período de 2003 a 2006, a China contribuiu com um terço da expansão da demanda mundial, contribuindo para atenuar os efeitos negativos da desaceleração da economia dos Estados Unidos ocorrida no período de 2000 a 2002. Isso fez com que os superávits comerciais chineses mantivessem a demanda mundial, o que estimulou a transferência de capitais para as economias emergentes, assegurando um alto nível de exportações para o Brasil durante esse período, como também outros países da América Latina se beneficiaram com a melhora no balanço de pagamentos. A participação da economia chinesa na região é decisiva. Segundo dados de 2006 da OMC, 17,3% das importações de produtos agrícolas e 11,5% das importações de produtos minerais para China, foram provenientes da América do Sul e Central, que participa com apenas 4% do total das importações chinesas. (BARBOSA, 2008)

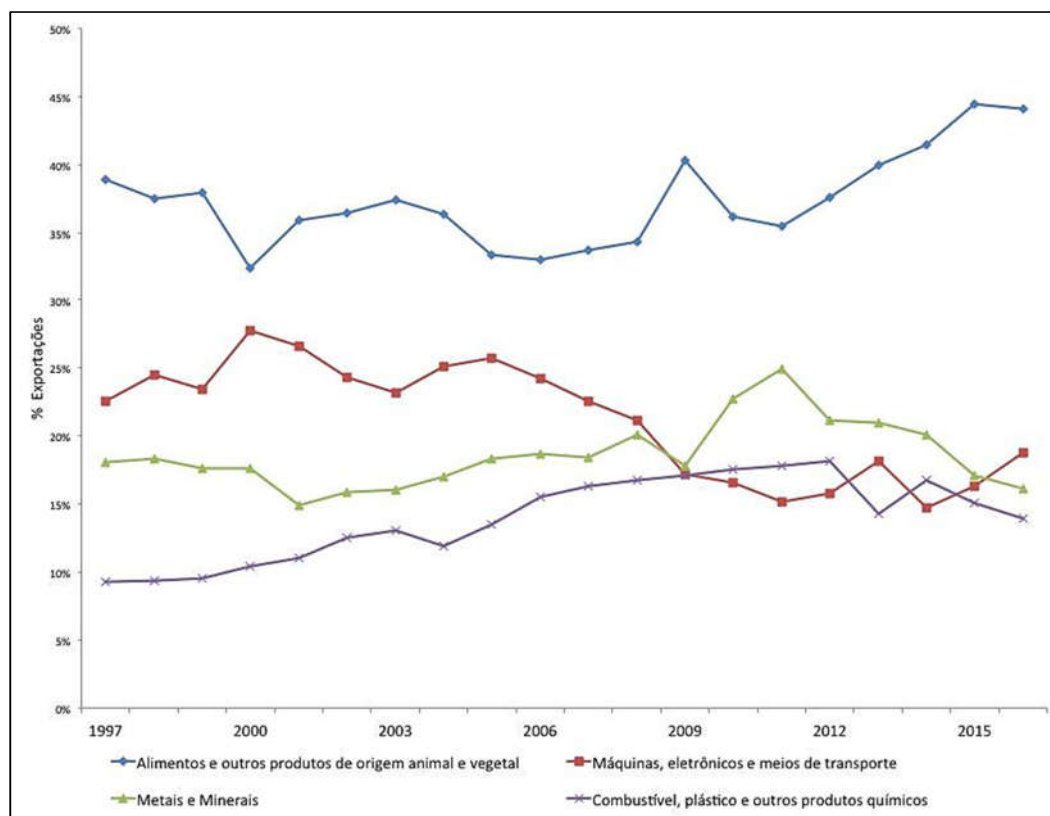
Entre 2004 e 2007, as exportações chinesas para o Brasil, ampliaram quase seis vezes, enquanto as exportações brasileiras continuavam em alta, mas em um

ritmo menor. As vendas brasileiras para a China crescem 24% ao ano (contra 38% no período 1999-2003), ao passo que as exportações chinesas evoluem a uma taxa de 56% (contra 16% no 1999-2003). A partir de 2004 o superávit comercial brasileiro encolhe e inverte para um déficit que chega a US\$ 2 bilhões em 2007. No período entre 2000 e 2007, a economia brasileira se recupera, e sua moeda valoriza, o que levou à ampliação importações, especialmente de bens de capital e matérias-primas industriais. A importações industriais brasileiras vindas da China se multiplicam por 11, havendo um déficit setorial US\$ 10 bilhões em 2007. (BARBOSA, 2008)

A participação dos produtos mais intensivos em tecnologia se eleva nas importações brasileiras se eleva entre 1998 e 2006, de 40% para mais de 60%, isso explica os grandes superávits setoriais da China com o Brasil, não se encontram nos setores mais intensivos em trabalho – têxtil, vestuário, calçados e brinquedos – e sim nos setores mais dinâmicos. Na cadeia eletroeletrônica, este déficit já chegava a US\$ 3 bilhões no ano de 2007. (BARBOSA, 2008)

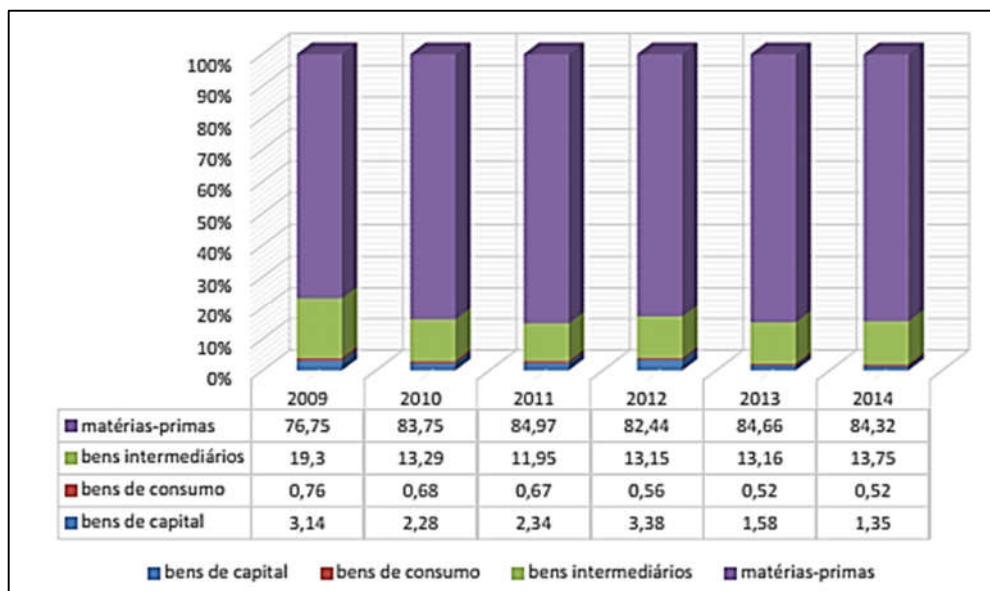
Os Gráficos 5 e 6 mostram essa restrição setorial das exportações do Brasil.

Gráfico 5 - Composição setorial das exportações brasileiras, 1997-2016



Fonte: Elaborado por Ferraz; Ornelas; Pessoa (2018) com base WITS/CONTRADE

Gráfico 6 - Percentual das exportações brasileiras para a China por estágios de processamento (2009-2014)



Fonte: Elaborado por Souza (2016) com base WITS.

Observa-se que a mudança no cenário das relações entre China e Brasil tem relação, sobretudo, com esforço diplomático dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), período da reaproximação e intensificação das relações estratégicas entre China e Brasil. No discurso de posse do primeiro mandato do presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, consta a afirmação de “alta prioridade” das relações do Brasil com a China. (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 146)

Nas relações exteriores, na arena da diplomacia internacional, nos anos 2000, a China tem sido um parceiro muito importante nas relações bilaterais, mas é no BRICS que estes atores se encontram em uma posição de mediadores e podem mostrar a sua força de potências emergentes. Estrategicamente o BRICS constitui-se em plataforma diplomática onde estes atores constroem vínculos políticos para além interesse comercial que permanece e se intensifica, pois forma com outras importantes economias emergentes importantes e geoestratégicas como a Rússia, a Índia e a África do Sul, uma “teia de alianças” que dá nova ênfase à Cooperação Sul-Sul, fortalecendo as iniciativas do G20 e do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

No plano das relações bilaterais a criação da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2004, que começou a funcionar efetivamente em 2006, uma iniciativa brasileira que foi abraçada pelos chineses e que teve resultados importantes para minimizar os impactos das exportações chinesas na indústria brasileira, em especial nos setores das áreas têxtil e de brinquedos, bem como se constituiu para dirimir divergências pontuais nas relações internacionais, especialmente quanto a reforma do Conselho de Segurança da ONU defendida pelo Brasil e não aceita pela China. (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 29)

O Brasil se tornou o primeiro país a constituir uma coparticipação estrategista com a China em 1993. A partir de 2012, juntos começaram a assumir uma estratégia de coparticipação global cooperação bilateral, sendo pioneiros de um processo de reforma no sistema de governança global, que contribuiu para a ampliação das relações sino-brasileira, cujos resultados econômicos mostraram ao mundo o vigor das duas economias.

Em 2014, embora tenha ocorrido medidas positivas como a criação em 2014 do banco dos BRICS, o Brasil inicia um período turbulento de crise política que afetou profundamente o segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, e terminou com o impeachment da presidenta do Brasil, em 2016. Assumiu a presidência brasileira o vice-presidente, Michel Temer, que governou de 2016 a 2018, continuando as relações econômicas e diplomáticas com o governo chinês. Contudo, permaneceram os conflitos comerciais por conta do problema das exportações brasileiras e do pequeno número de produtos das importações chinesas com o Brasil. Houve pressões do governo brasileiro contra o que considerava práticas abusivas da China, porém, por se tratar do seu maior parceiro comercial o Brasil temia retaliações e a China chegou a responder não era responsável pela falta de competitividade dos produtos brasileiros, reclamando do protecionismo da política comercial brasileira.

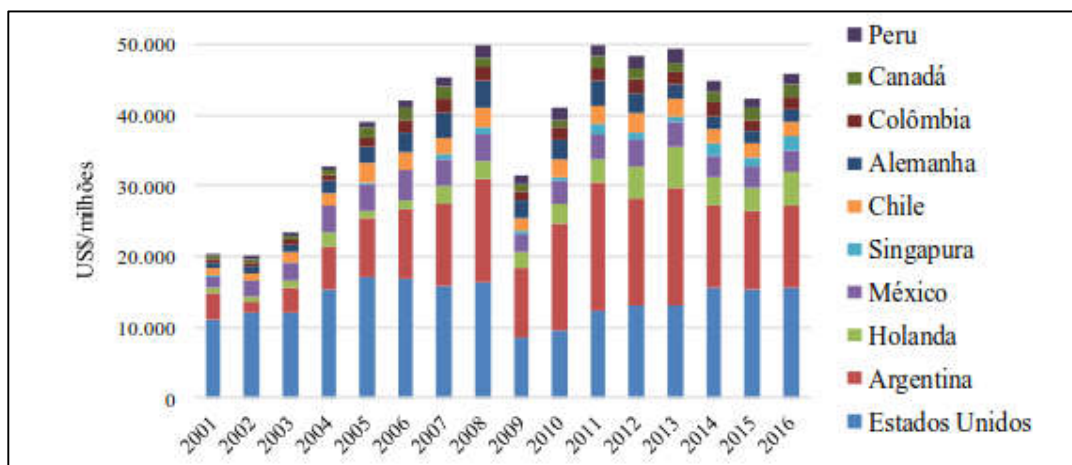
Brasil, até então, preferia abrir investigações para direitos antidumping. Cabe destacar que de todos os membros da OMC, até então, o Brasil era o 2º que mais abria esse tipo de investigações e a China era frequentemente o país que mais sofria com elas. Embora a China concordasse em certa medida que teria que contribuir para o aumento das exportações brasileiras de maior valor agregado para o país, até como forma de mostrar boa vontade, havia também um comportamento mais assertivo no sentido de responsabilizar o Brasil por suas próprias deficiências. (SOUZA, 2016, p. 293)

Observa-se que o problema da falta de diversificação dos produtos brasileiros não se reduz ao conflito com os chineses, pois mesmo sendo tendo uma economia

com exportações importantes para vários países, o Brasil ainda segue com o problema de exportar produtos primários básicos, e não produtos manufaturados, tecnologia ou demais produtos industrializados. O Gráfico 7 mostra que o mercado de exportação do Brasil de manufaturados do Brasil, basicamente, é dependente do volume de compra apenas de dois países: Estados Unidos e Argentina.

Neste sentido, pode-se dizer que o Brasil acabou se tornando um grande produtor do que as maiores potências não geram mais em larga escala, e em contrapartida, um grande importador de tecnologia. O complicador dessa situação é que, devido às altas taxas de impostos do país, as importações chegam a triplicar o valor real ou até mais, e quem mais perde com isto é o consumidor brasileiro.

Gráfico 7 - Dez principais destinos das exportações de produtos industrializados do Brasil (US\$/milhões): valores correntes FOB (2001 a 2016)



Fonte: Elaborado por Franke (2018) com base UN COMTRADE, 2017.

O Brasil é responsável por cerca de um terço das exportações latino-americanas para a China, beneficiando-se assim do crescente acesso ao mercado chinês. Porém, dada a estrutura diversificada de exportações brasileiras (Gráfico 7), a participação chinesa situa-se em torno de 6% do total das vendas externas brasileiras, abaixo do Chile e do Peru, por exemplo, onde este percentual supera a casa dos 10% e vem crescendo de forma consistente nos últimos anos. (BARBOSA, 2008)

O histórico de investimentos estrangeiros nos setores produtivos do Brasil corroboram com esse papel dos produtos básicos na economia brasileira, pois o estímulo ao crescimento concentra-se em minerais, água, biodiversidade e demais recursos naturais que só se encontram em solo brasileiro. No caso dos investimentos chineses, verifica-se que em 2018, 68% dos investimentos eram concentrados em quatro setores: extração de petróleo e gás, energia elétrica, extração de minerais metálicos e metalurgia; 72% dos investimentos liderados por empresas de capital público, sendo a maior parte em fusões e aquisições e não em novas plantas (*greenfield*). (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2018)

O atual contexto das relações comerciais entre China e Brasil aponta as economias desses países tem cada vez mais se tornando complementares, visto que o Brasil exporta mais *commodities* do que tecnologia, ao contrário de China, que produz e exporta muita tecnologia e importa também muitos *commodities*. Desse modo, verifica-se uma relação de interdependência assimétrica cada vez mais forte, que tem gerado saldos comerciais favoráveis para o Brasil na maior parte do tempo, sendo que as relações bilaterais com os chineses ajudaram a fortalecer o universalismo da política externa brasileira. (SOUZA, 2016, p. 124)

Do lado multilateral, as interações com a China contribuíram para acrescentar peso a demandas históricas da política externa brasileira de reforma em instituições e regras internacionais de forma a dar mais espaço para países em desenvolvimento e ao Brasil, em especial, e criar uma reciprocidade maior entre a ordem internacional e o país. Tais modificações eram consideradas essenciais para que o Brasil pudesse diminuir a vulnerabilidade de sua inserção externa, obtendo mais controle sobre como o sistema de organizações e normas internacionais interferia nos desígnios domésticos. A luta por essas modificações, a qual a China apoiou em sua maioria, ajudou para que o Brasil aumentasse sua participação em termos reais, como no caso do FMI e do Banco Mundial, e pelo aumento de influência que o país teve nas discussões sobre o comércio internacional na Rodada Doha. Se essas conquistas são ainda pequenas, considera-se que elas representam um avanço e que, pelo menos, o Brasil passou a ter mais condições de lutar contra a produção de ordenamentos contrários aos interesses brasileiros. (SOUZA, 2016, p. 317)

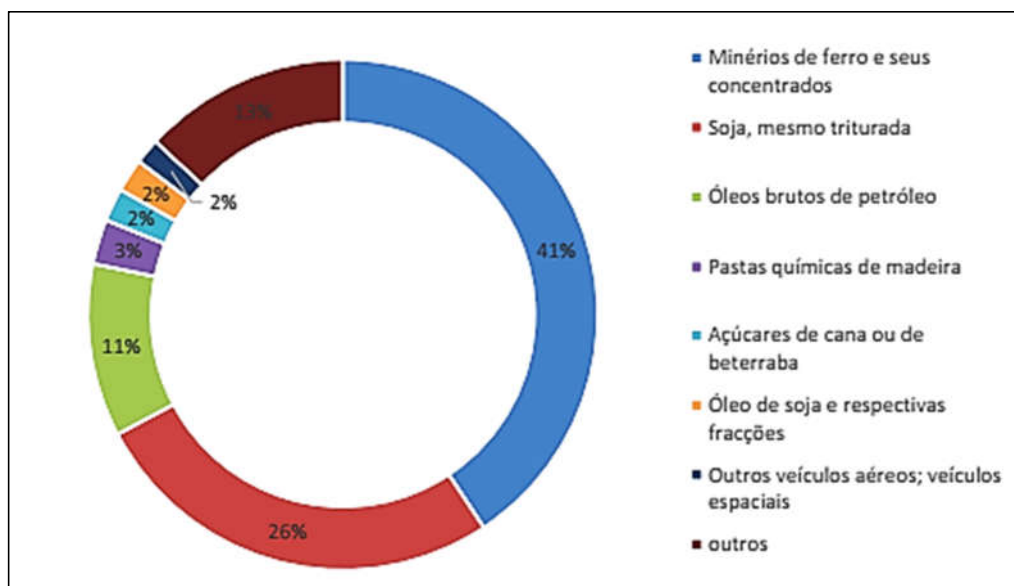
3.3 O ator Brasil no cenário atual dos conflitos comerciais entre os Estados unidos e a China

Conforme apresentado anteriormente, China e Brasil têm uma história de cooperação diplomática e comercial, com benefícios mútuos. As exportações

brasileiras são de extrema importância para o governo chinês, dado o seu valor e a produção em larga escala de produtos brasileiros como alimentos, minerais e energia. Assim, a relação sino-brasileira em comércio e investimentos é dinâmica e está em ascensão, conforme analisa o embaixador brasileiro em Pequim, Marcos Caramuru. O Brasil é um dos poucos países do mundo que mantém um superávit comercial com a China, devido a necessidade dos chineses que não tem como suprir a demanda de produtos primários pela produção interna e também pelo fato dos preços das *commodities* agrícolas e minerais crescerem em larga escala no mercado global. (CAMPOS, 2017)

Desse modo, o comércio brasileiro se beneficiou da maior gigante mercado consumidor de produtos primários que servem ao consumo da população chinesa e também ao setor produtor chinês. Com a tendência de expansão da economia chinesa, desde 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, importando proteína animal, grãos, minério de ferro, polpa e celulose. Em 2017, o Brasil exportou 80% de todo o frango importado pela China, e também é o seu maior exportador de carne bovina. O Gráfico 8 aponta uma lista com os produtos brasileiros mais exportados para a China.

Gráfico 8 - Porcentagem dos produtos exportados do Brasil para a China (2009-2012)



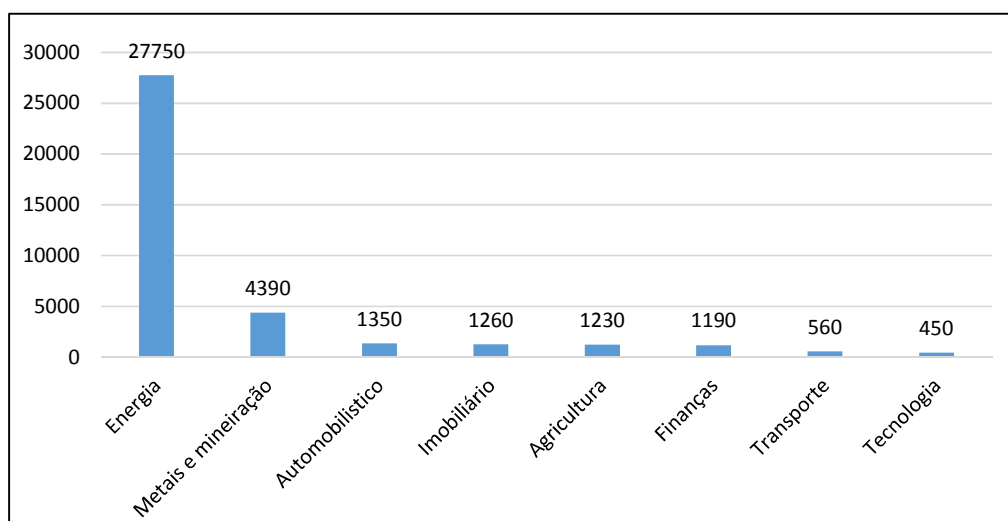
Fonte: Elaborado por Souza (2016) com base no Trademap.

Nesse contexto, empresas estatais chinesas estão se estabelecendo em território brasileiro, investindo nas oportunidades que se abriram com as privatizações

das empresas estatais brasileiras, incluindo investimentos para a exploração dos campos do pré-sal. Isso mostra que as relações entre a China e o Brasil tendem a fortalecerem mais ainda nos próximos anos.

Os chineses têm aproveitado também da expertise que possuem em investimentos em setores estratégicos como de infraestrutura, energia e transporte, conforme mostra o Gráfico 9. Isso indica uma relação de longo prazo, e o Brasil já conta com a presença das grandes empresas chinesas do setor energético como a *China Three Gorges* e *State Grid Brazil Holding S.A.* A primeira, em 2016, conseguiu a concessão das usinas hidrelétricas Jupiá e Ilha Solteira, no Rio Paraná; e a segunda, em 2017, tornou-se responsável pela construção de linhas de transmissão que levarão a energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, para a Região Sudeste. A *China Merchants Port* adquiriu do Terminal de Contêineres de Paranaguá (PR). A América Latina se tornou um dos principais destinos de investimentos da China, superado obviamente pela Ásia. Em 2017, os investimentos feitos no Brasil foram em torno de US\$ 10 bilhões, atingindo estoque acumulado de investimentos aproximou-se de US\$ 30 bilhões. (CAMPOS, 2017)

Gráfico 9 – Setores de Investimentos da China no Brasil, 2016 (US\$ bilhões)



Fonte: Adaptação com base em elaboração de Colombini Neto (2016).

O Brasil poderá se beneficiar do crescimento do consumo de produtos exportados na China, dada a as características da expansão econômica chinesa, e o

fato da China ser o maior importador de produtos brasileiros, parceria que deverá se fortalecer ainda mais nos próximos anos. O Produto Interno Bruto (PIB) do chinês avançou 6,9% em 2017, em relação a 2016, e permanece com tendência de alta, e isso tende a refletir no poder de compra dos chineses e incrementar o seu mercado de consumo, tendo em vista a previsão de que a China, na próxima década, torne-se um país com cerca de 70% da população vivendo em áreas urbanizadas, o que atualmente corresponde a 55%. (SALATI, 2018)

O professor de relações internacionais da ESPM, José Luiz Pimenta, analisa que embora as importações chinesas se concentrem em *commodities* básicos, visando seu suprimento interno, existem indicações de que os chineses estão interessados no mercado consumidor brasileiro. Depois de 2011, os chineses investiram em eletrônicos e automóveis; a partir de 2013, começaram a aportar recursos nos serviços financeiros e, de 2014 em diante, o foco chinês mudou e voltou-se para infraestrutura e geração de energia, “o que mostra uma preocupação com o desenvolvimento econômico do Brasil, com a produtividade nacional”. (SALATI, 2018)

Em 2019, as relações diplomáticas entre a República Popular da China e do Brasil completaram 45 anos, e o presidente da China, Xi Jinping, considera que “As duas partes têm de continuar a se considerarem mutuamente como uma oportunidade e como um parceiro do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento coletivo.”, de forma que “Os dois países servem também de modelo de desenvolvimento conjunto e de paz para o resto do mundo.” (ZHOU, 2019)

O vice-presidente brasileiro do governo atual, Hamilton Mourão, realizou uma visita oficial à China entre os dias 19 e 24 de maio de 2019, para acenar e reforçar as boas intenções do novo governo brasileiro de fortalecer sua cooperação com a China, o mais importante parceiro econômico e comercial do Brasil. Este foi o primeiro encontro de alto nível entre os dois países desde as últimas eleições brasileiras em 2018, cujas notícias geraram certo desconforto aos países do BRICS, que passaram a ver com cautela os representantes do governo brasileiro atual, tendo em vista a anunciada aproximação e alinhamento entre os presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro e dos Estados Unidos, Donald Trump.

Outros problemas surgiram ainda da falta postura de Jair Bolsonaro, durante a campanha à presidência do Brasil em 2018, que em seus discursos em palanques eleitorais aberto ao público, disse que a República Popular da China estaria comprando o Brasil. Isto causou um desconforto diplomático e desconfianças por

parte do governo chinês. A partir da reunião com o vice-presidente do Brasil, pretende que as relações entre os dois países volte a ter a estabilidade diplomática necessária para as importantes negociações bilaterais. O embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, tem sido mediador desse caminho de reaproximação com representantes do novo governo brasileiro. (ZHOU, 2019)

Ainda na reunião com o vice-presidente brasileiro do governo, houve a promessa de ampliação dos acordos bilaterais comerciais e futuros acordos de cooperação, para o aprofundamento das relações China-Brasil, a partir da reativação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), acordo instituído em 2004. Desde 2015, a COSBAN teve seu funcionamento temporariamente suspenso devido à instabilidade política vivida pelo Brasil. Essa comissão bilateral, teve suas atividades interrompidas de vez em 2016, durante o período da presidência do Brasil por Michel Temer. O governo chinês não aceitou que o Brasil fosse representado pelo Ministro das Relações Exteriores (MRE) da época, o então senador José Serra, que não possuía a posição de alta representação eleita.

Os vice-presidentes da China, Wang Qishan, e do Brasil – Hamilton Mourão, entenderam a necessidade de reativação deste fórum de negociação comercial entre seus países, pois trata-se de uma plataforma de cooperação bilateral eficaz para conduzir também discussões sobre as relações entre China e os demais países latino-americanos, tendo o Brasil como potência de liderança regional. Segundo Wang Qishan, as relações sino-brasileiras são “maduras e estáveis” e coordenação entre os dois países promove a unidade entre países e mercados emergentes – que é um dos fundamentos da filosofia da criação do BRICS e do G20. (ZHOU, 2019)

Hamilton Mourão, que declarou que “O Brasil não pode ser só uma loja onde a China compra itens”, demonstrou interesse quanto aos investimentos chineses do programa OBOR, e também em cooperar com a expansão da *Huawei* e da *Xiaomi* no setor da tecnologia 5G, uma questão posta no contexto dos conflitos comerciais entre a China e os Estados Unidos. Essas empresas chinesas já possuem lojas físicas em São Paulo e podem vir a ter maior participação na expansão do comércio brasileiro de importações da China.

O vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, de acordo com relatos da entrevista realizada em 21 de maio à TV estatal chinesa CGTN, afirmou que “A economia do século 21 é a economia do conhecimento”. Visitou instalações e locais de testes da *China Academy of Space Technology* (CAST) e depois foi à *China-Brazil*

Earth-Resources Satellite (CBERS), para o desenvolvimento e lançamento de satélites, acordo que completou 30 anos em 2018. Todavia, esta colocação do governo brasileiro mostra-se divergente quando comparada aos recentes cortes realizados no orçamento de instituições federais de ensino e pesquisa pelo atual governo brasileiro. Num sentido oposto a medidas brasileiras de corte nas áreas de ciência, tecnologia e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o governo chinês valoriza a formação acadêmica, sendo a ampliação da alta educação pode ser considerada um dos pilares fundamentais para o crescimento da China, defende o governo de Xi Jinping.

No atual contexto, há ainda das relações China-Brasil, há ainda as expectativas quanto aos impactos do anúncio de sobretaxa nas importações de produtos chineses, assim como nas exportações do país asiático dos vindouros dos estadunidenses. A guerra comercial entre EUA e China, que se iniciou em 2018, com os norte-americanos acusando a China de práticas comerciais injustas e tarifas abusivas, acirraram a disputa de poder entre as duas maiores economias do mundo. Os estadunidenses não só acusam chineses de apropriarem-se indevidamente de meios intelectuais, mas impõem a Pequim mudanças em suas políticas econômicas, pois para Washington, isto desfavorece injustamente suas as empresas nacionais por meio de subsídios. (PALUMBO; COSTA, 2019)

A explosão do déficit comercial USA-CHINA, que subiu 12,5% de 2017 para 2018 no comércio bilateral, chegando ao valor mais alto desde a crise econômica de 2008, US\$ 891,3 bilhões. Em entrevista à Rede Cultura de Televisão, do Brasil, Hamilton Mourão afirmou que isso poderá refletir positivamente para a economia brasileira. A disputa entre China e Estados Unidos poderá prejudicar as duas maiores economias importadoras e exportadoras, por isso é de se esperar que intermediários assumam o vazio deixado pela provável diminuição desse comércio.

Por outro lado, a investida dos EUA inclui a intenção de estimular os brasileiros a importar mais dos estadunidenses. O país norte-americano simplesmente isentou o Brasil (e a Austrália) das taxas de transações comerciais internacionais. É uma resposta e, ao mesmo tempo, uma mensagem ao comércio chinês de que eles estão (e permanecerão) em plena disputa pelo mercado internacional. Portanto, sendo a China o maior parceiro comercial do Brasil, o que a isenção de taxas por parte dos EUA representará? A migração (ou preferência) de exportação para os EUA ao invés da China?

Para o atual governo brasileiro, ainda que os Estados Unidos se mostrem menos confiáveis do que a China quanto à fidelidade comercial para com o Brasil, o governo brasileiro segue disseminando uma prerrogativa divergente das filosofias e ideologias chinesas, e mostra-se mais inclinado ao alinhamento com os Estados Unidos. Esta divergência pode prejudicar a confiabilidade chinesa na relação diplomática com o Brasil.

O governo Trump tem tentado colocar o mundo contra a *Huawei*, sugerindo que a empresa poderia ser usada para atividades de espionagem chinesa. Na América Latina, no Brasil, México e Argentina, economias dependentes das importações da China, existe boa aceitação da companhia chinesa de telecomunicações. Os governos latino-americanos desaprovaram a decisão de Washington de excluir a *Huawei* das redes 5G dos Estados Unidos. Entretanto, importa observar a incompatibilidade entre os discursos e posições diplomáticas do presidente Jair Bolsonaro e seu vice, Hamilton Mourão: ambos consideram a China um excelente parceiro econômico, mas o primeiro evidencia-se como um aliado dos EUA.

Nas tratativas do vice-presidente brasileiro, porém, o que foi enfatizado nas suas reuniões bilaterais foi que o Brasil, além de incentivar a diversificação da exportação de produtos de maior valor agregado, ambiciona pleitear mais investimentos de alta qualidade em projetos de infraestrutura para portos e em energias renováveis – algo que muito interessa ao governo chinês. Outra questão mencionada na entrevista que deu à TV Cultura, foi em relação à crise alimentar da China, devido à peste suína que tem dizimado rebanhos em todo o território chinês. E o Brasil tem ampla capacidade de produção de alimentos, mais uma maior oportunidade de aproximação com o mercado chinês, segundo Mourão.

Durante uma disputa bilateral, que sempre será tanto econômica quanto diplomática, declarar-se grande aliado a um destes países é, definitivamente, escolher um lado, como vem fazendo o atual presidente do Brasil, enquanto Mourão reitera que seu governo interessa-se pela *Huawei*, como relatou durante a visita à Pequim. Embora, mesmo com as contradições nestes discursos, o Brasil seja o país latino-americano que mais apresenta resistência à pressão dos Estados Unidos da América quanto à comercialização dos produtos eletrônicos chineses.

Seria apenas uma questão de receio de invasão de privacidade o motivo da rejeição estadunidense aos produtos chineses de telecomunicação? Esta pergunta pode ser respondida com a análise da economia chinesa recente. Segundo dados da

*International Data Corporation (IDC)*²⁶, em 2018, a *Huawei* ultrapassou o volume de produção da empresa norte-americana *Apple*, e se tornou a segunda maior empresa fabricante de smartphones do mundo, ficando atrás apenas da sul-coreana *Samsung*, como conforme dados da Tabela 1.

A análise dos dados do mercado de *smartphones* aponta que entre as cinco maiores fabricantes de smartphones do mundo, as duas chinesas estão dominando cada vez mais esse setor de mercado, o que confirma mais uma vez a enorme expansão e abrangência da economia chinesa. Esta competição é significativa e de grande risco, pois se trata de um dos mercados que atualmente mais movimentam a economia mundial, o que pode explicar o empenho pessoal de Donald Trump contra essas empresas chinesas. As empresas *Huawei* e *Xiaomi* tendem a crescer mais, pois outra estrutura tecnológica que preocupa os americanos é a de equipamentos para redes 5G.

Tabela 1 - Volume de vendas das cinco principais companhias de *smartphones* do mundo, no 1o. Trimestre de 2018/2019

Empresas	Volume de vendas 1T19	Participação no Mercado 1T19	Volume de vendas 1T18	Participação no Mercado 1T18	Resultados
1. Samsung	71.9	23.1%	78.2	23.5%	-8.1%
2. Huawei	59.1	19.0%	39.3	11.8%	50.3%
3. Apple	36.4	11.7%	52.2	15.7%	-30.2%
4. Xiaomi	25.0	8.0%	27.8	8.4%	-10.2%
5. vivo*	23.2	7.5%	18.7	5.6%	24.0%
5. OPPO*	23.1	7.4%	24.6	7.4%	-6.0%
Outras	72.1	23.2%	91.9	27.6%	-21.5%
Total	310.8	100.0%	332.7	100.0%	-6.6%

Fonte: Adaptação com base em elaboração de dados do IDC (Abril 30, 2019)

Analistas da área têm afirmado publicamente que a *Huawei* desenvolveu *hardwares* mais compatíveis e eficientes para as redes 5G, salientando que ainda não existe empresa norte-americana capaz de competir tanto tecnologicamente quanto em preço, com essa empresa chinesa, particularmente no mercado da América Latina. A *Huawei* tem melhor relação de custo-benefício dos valores de venda ao consumidor final dos aparelhos que a *Apple* ou *Samsung*. Logo, para a América Latina, que

²⁶ Empresa chinesa provedora de marketing de inteligência, uma das maiores empresas de análises de mercado internacional, junto à *Strategy Analytics* e *Canalys*.

enfrenta problemas em seu crescimento econômico, as parcerias com empresas chinesas que, para além da produção de smartphones de qualidade e com baixo custo, investem em seus países, é muito atraente e desestimula ceder à pressão norte-americana.

Ainda segundo informações publicadas por Duarte (2019), vários países da América Latina, como Cuba e Chile, também admitiram receptividade e interesse em negócios com a *Huawei*. No caso do Brasil, como discorrido anteriormente, a negação ao bloqueio contra a empresa chinesa contraria a afinidade política de Bolsonaro com Trump, mas a explicação a isto é a influência ideológica de parte do eleitorado que elegeu o atual presidente brasileiro, que, querendo ou não, depende da China, maior importador do Brasil, que mantém com isso a massiva exportação de *commodities* do Brasil. Por outro lado, como observa a diretora da consultoria Vallya, Larissa Wachholz, responsável por trazer muitos investidores chineses ao Brasil, declara que, sem comprovação de que a prática realmente ocorra, o Brasil não teria motivos para obstruir a participação da *Huawei* em sua economia. (DUARTE, 2019)

Depois de ter a inauguração de diversas lojas físicas da *Huawei* em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília, a *Xiaomi* oficializou sua chegada em território brasileiro com o anúncio da inauguração de sua primeira loja oficial. Inaugurada em primeiro de junho de 2019 no Shopping Ibirapuera, na zona Sul de São Paulo, a unidade recebeu um fluxo de aproximadamente sete mil clientes e movimentação intensa, com longas filas de espera durante todo o dia. Segundo o site da *emmcommerce-Brasil*, a inauguração da primeira loja da chinesa *Xiaomi* no Brasil foi a maior inauguração de uma loja de smartphones da América Latina.

Ultrapassando o universo das lojas físicas, a *Xiaomi* adaptou suas vendas para o Brasil, ambicionando rápida expansão, negociando previamente parcerias com empresas tradicionais no comércio eletrônico, brasileiro como as Lojas Americanas, a Pernambucanas e a Magazine Luiza. Trata-se de uma mudança de estratégia da empresa, pois em sua primeira tentativa de estabelecer-se no país, a fabricante chinesa encontrou a dificuldade distribuição dos seus produtos, exatamente por não ter apostado na venda direta, por intermédio de parceiros. E esta empresa, além dos celulares, chega a anunciar um novo produto por semana. Agora, alguns deles estarão disponíveis diretamente para vendas no Brasil, como os patinetes elétricos de curto aluguel, que têm sido muito usados e que foram de excelente receptividade pelos usuários em capitais como o Rio de Janeiro – como a empresa brasileira *Yellow* e a

mexicana *Grin*. Os produtos desta empresa vão de malas de viagem inteligentes a relógios inteligentes.

Recentemente, em julho de 2019, foi realizada em Brasília, a III Reunião do Diálogo Estratégico Global (DEG) Brasil-China, copresidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, e pelo Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi. Essa plataforma de diálogo entre a China e o Brasil, foi estabelecida em 2012, para promover a evolução da agenda bilateral, e discussão de questões relevantes no contexto internacional. Na ocasião foi saudado os 45 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, reforçando o propósito de estreitamento dessas relações na agenda bilateral dos países. O destaque desse encontro foi a maior corrente de comércio bilateral da história Brasil-China em 2018, de quase US\$ 100 bilhões, e a discussão sobre a diversificação e agregação de valor dos produtos vendidos pelo Brasil.

É necessário reconhecer que o cenário econômico tem enfrentado problemas nos indicadores financeiros das bolsas de valores, na variação na cotação do dólar ou do euro. Crise financeira mundial é real e atinge a todos os países conectados na rede da economia global. Assim, a guerra comercial entre Estados Unidos e China tem afetado fortemente os preços de diversos produtos que são importados e exportados. O Estados Unidos é o maior destino das exportações chinesas. Como vimos anteriormente, a proibição ou coibição de aceitar produtos e tecnologias chinesas de empresas como a *Huawei* e a *Xiaomi* são tentativas do governo dos Estados Unidos controlar o mercado internacional e limitar a ascensão chinesa para proteger o seu próprio mercado em detrimento das demais economias, o que poderá ampliar a crise internacional.

Portanto, devido às mudanças do cenário internacional, é válido acreditar que o governo chinês tem se agrado em manter seus negócios e investimentos no Brasil, mas como há problemas externos, a China pode não cooperar como antes, devido à conjuntura atual. De acordo com dados do Ministério da Economia, os investimentos diretos dos chineses no Brasil diminuiram 75% em 2018, de US\$ 11,3 bilhões em 2017 para US\$ 2,8 bilhões em 2018. (CAETANO, 2019). O que se explica pela conjuntura externa e pelas incertezas do cenário brasileiro pós eleição de Jair Bolsonaro, com as expectativas de mudanças em marcos regulatórios. Esse contexto negativo afetou também o volume das importações chinesas até abril deste ano, que em relação ao ano passado registrou tendência de queda.

Diante das consequências para a economia mundial, os presidentes Xi Jinping e Donald Trump primeiro fizeram um acordo de 90 dias, mantendo baixas as tarifas de importação e exportação entre ambos. Contudo, os países voltaram a se enfrentar, e não tem expectativa de acordo num curto prazo.

As dificuldades enfrentadas pela economia brasileira em 2019 passou a aparecer na preocupação de analistas que têm apontado a dependência comercial do Brasil em relação à China, leva o país a sentir mais fortemente as crises que podem se abater sobre a economia chinesa. Essa conjuntura de crise corrobora com os desejos do atual presidente de aproximar-se mais do governo norte-americano, o que pode colocar o Brasil numa situação cada mais difícil, pois a China é o maior parceiro importador do Brasil, mas a recíproca não é verdadeira. Para os chineses é importante manter o mercado brasileiro, mas também é fundamental manter sua economia estável e preservar aberto o fluxo com o mercado norte-americano, o que pode levar a China a comprar produtos primários, como a soja e o frango, dos Estados Unidos e não do Brasil, aprofundando mais ainda a crise econômica brasileira. (AGÊNCIA BRASIL, 2019; ARAGÃO, 2019)

É fato que muitos contratemplos e conflitos da conjuntura atual têm atrapalhado e confundido determinadas intenções, deixando incerto e nebuloso o futuro sino-brasileiro. Contudo, conforme as considerações feitas anteriormente, os chineses atuam com uma visão de longo prazo, o que significa que não colocariam a perder todo investimento que já fizeram no Brasil. Mais ainda num contexto complexo que exige dos países coragem e assertividade para o enfrentamento dos problemas políticos e econômicos, de modo que os investimentos e acordos entre Brasil e China deverão permanecer e se aprimorarem para as relações entre os dois países continuem trazendo benefícios mútuos aos seus povos.

Nesse sentido, apostar em projetos como os que têm sido desenvolvidos pelo governo chinês no contexto da Iniciativa OBOR poderá abrir mais oportunidades para a economia brasileira voltar a crescer e a se desenvolver.

4 O BRASIL NO PLANO DA INICIATIVA OBOR: UMA GEOESTRATÉGICA TRANSOCEÂNICA ENTRE CHINA E BRASIL

A Iniciativa OBOR, conforme já abordado no presente estudo, tem os seus maiores investimentos atrelado a projetos de infraestrutura terrestre, o que garantirá à China, alcançar povos de difícil acesso, dada a distância, atravessando por rotas terrestres que vão das terras chinesa, atravessando a Ásia Central até países localizados no coração Europa Ocidental, como é o caso dos trens que saem de cidades chinesa com destino à Londres. Com tudo, foi visto que o maior potencial da Iniciativa OBOR está nos projetos da Rota Marítima da Seda, tendo em vista que estes requerem menor investimento e são estratégicos para o objetivo maior de conectar portos de todos os continentes.

Em julho de 2014, Xi Jinping viajou ao Brasil, Argentina, Venezuela e Cuba, declarando que as relações entre China e América Latina e Caribe alcançariam “novos horizontes sem precedentes” (NUNES, 2018). Em 2015, Li Keqiang, primeiro-ministro chinês, visitou cinco Estados da América do Sul, onde foi recebido por líderes de governos daquele momento, a chilena Michelle Bachelet e brasileira Dilma Rousseff, e garantiu vários acordos de investimentos.

O *China Development Bank* (CDB) está financiando projetos de interconexão de pipelines de gás no sul e no norte do país para a Sinopec, uma empresa de energia chinesa. As estatais *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) respondem por 10% cada um dos consórcios formados para a exploração da área de Libra, além de demonstrarem interesse nas próximas rodadas de campos do pré-sal. (NUNES, 2018).

Uma das consequências diretas do desenvolvimento dos projetos de infraestrutura já em construção pela Iniciativa OBOR será o aumento da demanda por matérias-primas neles utilizadas, que significa que a aquisição de recursos energéticos pela China, ganha relevância na sua política externa, para os investimentos de Pequim. Já em 2016, o país foi considerado o maior consumidor de energia do mundo, respondendo por 23% do consumo global. (NUNES, 2018)

De acordo com Nunes (2018), os dados da Agência Internacional de Energia (IEA) mostram que o desenvolvimento em infraestrutura na China é dependente dos setores intensivos em energia, sendo que no período entre 2000 e 2014, a demanda energética chinesa cresceu mais de 150%, enquanto a alteração do PIB foi

equivalente a 250%. As projeções da IEA, para o período entre 2015 e 2035, são que a produção de energia na China aumentará em 38% e o consumo em 47%.

Assim, a ampliação da busca chinesa por mercados potenciais de energia coloca países da América Latina e o Caribe num papel chave para a política externa chinesa, em razão da alta disponibilidade de recursos naturais em seus territórios. Assim, o presidente Xi Jinping se comprometeu a investir US\$ 250 bilhões em projetos de abastecimento energético na região.

Dessa forma, as relações sino-latinoamericanas aumentaram significativamente na última década. Entre 2010 e 2013 o investimento agregado na região chegou a US\$ 42.716 milhões frente a US\$ 7.342 milhões nos dez anos anteriores. Em 2013, o volume total do comércio entre China e América Latina foi 24 vezes superior ao contabilizado em 2010. Em 2014, a China foi o principal destino das exportações de Brasil, Chile, Peru e Uruguai. O montante equivalente aos empréstimos chineses para a região também se expandiu. Em 2015, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação e Importação da China ofereceram um total de US\$ 29,1 bilhões em empréstimos para a América Latina, frente aos US\$ 4,8 bilhões oferecidos em 2007. Politicamente, a China estreitou mais os laços com os governos de esquerda da região e, além disso, tornou-se financiadora crucial da Venezuela, Equador e Bolívia, os quais rejeitaram as instituições ocidentais, tais como o Banco Mundial e o FMI (VALDERRAY, MONTOYA, 2016)²⁷. (Nunes, 2018)

As considerações feitas ao longo do presente trabalho, indicam haver um grande potencial para a inclusão e o desenvolvimento de projetos da Iniciativa OBOR que intensifiquem ainda mais as entre a China e o Brasil, principalmente, buscando a ampliação e a diversificação das relações comerciais entre os dois países, bem como o desenvolvimento de infraestrutura que seria benéfica às pretensões de crescimento e desenvolvimento da economia brasileira, caso o país se integrasse ao programa da Nova Rota da Seda chinesa. No curto prazo, entende-se a construção dessa possibilidade entre os dois países, se houvesse o ingresso voluntário do governo brasileiro no sentido de ampliar sua participação nas negociações com a China, estrategicamente, isto favoreceria o enfrentamento os problemas que a economia brasileira vem tendo para sair do processo de estagnação em que se encontra desde 2014.

A análise sobre as estratégias geopolíticas e geoeconômicas apontadas anteriormente no debate sobre os projetos da Nova Rota da Seda chinesa, deixa claro

²⁷ VALDERRAY, Francisco Javier; MONTOYA, Miguel Ángel. China to Finance Infrastructure. *Latin America. Network Industries Quarterly*, v. 18, 2, Jun 2016.

que existe a possibilidade de o governo chinês incluir no futuro o Brasil em seu plano de rota ultramarina, o que obviamente, favorecerá a ampliação comercial incrementando os fluxos de exportações e importações com os países da América Latina.

Nesse sentido, fica demonstrado a importância desse debate para o Brasil, que é uma potência na área de energia, o que indica que a sua integração no programa OBOR pode vir a se dar num futuro próximo, a convite dos próprios chineses, que já mostram que são favoráveis ao crescimento das relações econômicas sino-brasileiras, ampliando cada vez mais as importações de produtos brasileiros. Os primeiros passos nesta direção parecem já estar sendo dados.

No início de 2018, a cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, sediou um encontro entre os representantes dos estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso, com uma comitiva chinesa de 23 empresários, o qual teve como pauta dar os primeiros passos para retirar do papel o projeto da Ferrovia Transoceânica. No entanto, na ocasião, houve apenas a elaboração de uma declaração conjunta de interesse, em que o embaixador chinês no Brasil, Ji Jinzhang, deixou clara a disposição da China, Brasil e Peru - o qual, por sua vez, já havia revisto sua posição em relação ao projeto - em dar continuidade aos planos para a construção da Ferrovia. Não obstante, apesar das vantagens comerciais que se dariam a partir de tal projeto e das constantes declarações de interesse dos países envolvidos, tanto o Corredor Ferroviário Bioceânico de Integração, quanto a Ferrovia Transoceânica apresentam dificuldades na fase de construção de facto. (NUNES, 2018)

As rotas marítimas da Iniciativa OBOR são, portanto, geoestratégicas para a China, tendo em vista que havendo dificuldades nos caminhos terrestres, as grandes comercializações chinesas, tal como nos tempos do comércio ultramarino, poderão continuar a ser realizadas.

Ao propor desenvolvimento e crescimento conjunto aos países integrantes da Iniciativa OBOR, a China mostra que conhece o jogo da economia globalizada, no qual sem a concorrência da oferta e da demanda, o mercado não sobrevive a longo prazo. Haverá sempre um país disposto a vender mais cobrando menos, a competir para ganhar seu espaço no mercado, como é perceptível o caso dos Estados Unidos na sua crise econômica e na sua batalha comercial com a China.

Em 2017, na cidade chinesa de Beijing, foi realizado o *I Belt and Road Forum for International Cooperation*, que contou com a participação de mais 130 países e 70 organizações internacionais. Na mesma cidade, em abril de 2019, houve *II Belt and Road Forum for International Cooperation*, que atraiu a participação de líderes de Estado de quase 40 países e mais de 5 mil participantes estrangeiros de mais de 150

países e 90 organizações internacionais. Na ocasião se encontraram presidentes de economias emergentes da Ásia e da Europa e de economias importantes da África, o governo chinês, através de Wang Yi, ministro das Relações Exteriores, afirmou que a Iniciativa OBOR não é uma ferramenta geoestratégica da China, mas constitui em uma plataforma de cooperação entre os países.

Os países críticos ao programa OBOR tem questionado a China quanto à falta de institucionalização dessa Iniciativa, mencionam os impactos ambientais e as consequências econômicas para o alto endividamento das economias envolvidas. Para dirimir essas dúvidas, embaixadores chineses têm publicado editoriais nas mídias de diferentes países, e o presidente da China, Xi Jinping tem reiterado os objetivos maior dessa proposta de cooperação em seus discursos.

No Brasil, esse trabalho de divulgação e debate começou a ser realizado pela Embaixada da China no Brasil, que organizou o *Fórum de Think Tanks China-Brasil*, realizado em abril deste ano, em Brasília. O embaixador da China no Brasil, Yang Wanming se reuniu a acadêmicos e diplomatas chineses para debater ideias e projetos com profissionais de diversas áreas de atuação e conhecimento sobre as questões sino-brasileiras. No evento teve destaque os projetos da Iniciativa OBOR. Em mensagem enviada pelo ex-embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, foram destacadas as oportunidades que o Brasil pode buscar junto à China, especialmente para a promoção da infraestrutura, “uma chance real de progresso para todos os participantes, num plano que engloba inovação científica e tecnológica e oportunidades estratégicas de desenvolvimento”. Segundo Li, dos mil projetos em andamento hoje pela OBOR, cem estão localizados na América Latina. Nesse encontro também foi tratado os planos de privatização brasileiros e a licitação de projetos de transportes. Ainda nesse evento foi confirmada a primeira visita oficial de Jair Bolsonaro à China, a ser realizada ainda no ano de 2019. (SILVEIRA, 2019)

Assim, a Nova Rota da Seda segue buscando novos membros, o que para as potências econômicas como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e seus aliados, além de outras nações que têm conflitos políticos ou econômicos com a China, tem sido motivo de preocupação, mas para os chineses e para os países que atualmente integram os projetos já em desenvolvimento, a Iniciativa OBOR constitui oportunidade única de modificação profunda do atual cenário da economia global num sentido diferente deste que coloca todo o conjunto dos países no mundo sob o domínio da força militar e econômica da superpotência norte-americana, que atua cada vez

mais buscando controlar a ordem social interna dos países que tentam crescer fora da área de sua zona de poder e influência, como demonstram inúmeras as crises políticas que vêm ocorrendo nesta década, palco das chamadas “guerras híbridas”, isto é, conflitos promovidos por forças capitalistas hegemônicas que usam tanto o aparato do Estado quanto estruturas ocultas do mercado global, para atuarem e desestabilizarem a ordem mundial a fim de obterem ganhos políticos e financeiros, mesclando táticas de guerra política, guerra comercial, *ciberguerra* e outros métodos de influência, tais como *fake news*, diplomacia, *lawfare* e intervenção eleitoral, podendo chegar ao uso da guerra militar.

A forte entrada de capitais nos países do “Sul Global” gerou uma situação favorável na balança de pagamentos, possibilitando arcar com a dívida e acumular divisas. Não por acaso, encabeçada pela China, uma série de acordos e instituições foram criadas em direção oposta ao dólar, com a clara intenção de utilizar desse novo eixo econômico, produtos tecnológicos asiáticos e recursos naturais do “Sul Global”, para emergir um novo padrão financeiro internacional. Contudo, [...] tanto o petróleo quanto o sistema financeiro não representam apenas ganhos monetários comerciais, mas funcionam como a base de sustentação do sistema capitalista das últimas décadas: expansão do consumo via crédito juntamente com imposição de austeridade com cortes salariais e sociais. Para essa engrenagem capitalista atual funcionar é necessário o dólar como padrão monetário inquestionável, o que passa pelas transações mundiais de commodities serem realizadas nessa moeda. Também não por mera causalidade, dois dos maiores produtores de *commodities* mundiais que realizaram grande aproximação com os chineses nos últimos anos, Brasil e Rússia, passam atualmente por severos ataques especulativos com graves crises políticas [...]. A Eurásia tem sido o palco mais quente dessas novas tensões. Com a sua integração cada vez mais eminente, os Estados Unidos têm se colocado de forma contundente, não apenas com seu poderio financeiro, mas também com novos acordos comerciais e novas posturas políticas (tanto declaradas quanto pelos “bastidores”). (COLOMBINI NETO, 2016, p.35)

A sociedade internacional conhece seus atores, e todos estes atores que há um sistema de ordem mundial que se for desequilibrado, haverá conflitos e, para solucioná-los, tradicionalmente as partes usam como recursos as plataformas diplomáticas internacionais criadas para mediar essas diferenças. As relações internacionais contribuem para que diplomaticamente os atores encontrem um ponto de equilíbrio na balança desse jogo do poder no mundo.

No atual cenário, observa-se que um jogo de poder bastante agressivo em andamento e, se imaginarmos a disputa comercial entre as duas maiores economias do mundo como dois polos em conflito, os demais membros dessa sociedade, e que participam deste sistema, sofrerão os abalos de qualquer movimento realizado por um

dos grandes *players*, cujos resultados podem ser bons ou ruins para os demais participantes. Então, é notório que se Estados Unidos e a China não souberem controlar este conflito, isto comprometerá todas as economias a eles relacionadas.

E esta guerra comercial sino-americana têm gerado constrangimentos e tomadas de decisões bastante discutíveis do ponto de vista dos tratados econômicos internacionais estabelecidos pela plataforma da OMC. Como foi citado anteriormente aqui neste estudo, há pressões de toda ordem para que os países se alinhem de um lado ou de outro. Foram publicadas declarações feitas por diplomatas de países latinos, como o México, de que haveria uma recomendação, por parte dos Estados Unidos, para que o país fechasse seu mercado e não comprasse produtos da China, senão poderiam receber as mesmas taxas tarifárias que ela. O que é, definitivamente, uma forma de coação. Entretanto, outros latinos como Argentina, Chile e o próprio México declararam de antemão que continuarão a negociar com os chineses, ignorando as possíveis retaliações estadunidenses.

Foi abordado ainda neste estudo, se o Brasil seria prejudicado por tal guerra comercial e, como pudemos ver, isto ainda é uma incógnita, pois a atual situação brasileira é estar no meio termo. A situação política do Brasil está em crise há cinco anos, desde o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014, os primeiros sinais de guerra híbrida no país, quando estouraram com grandes manifestações populares contrárias aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) sob a acusação de corrupção, que terminaram com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e foi instituído todo um programa de governo mais atrelado aos interesses do neoliberalismo econômico e ao domínio norte-americano. Por outro lado, foram os anos de governo do Lula-Dilma que levaram fortemente à expansão nas relações sino-brasileiras, o que aproximou os dois países e gerou maior confiabilidade para ambos – este foi o auge das relações Brasil-China. A primeira década dos anos dois mil resultou em grandes alianças e acordos, como o BRICS e a COSBAN, esta última, fora interrompida em suas atividades dada a instabilidade política do Brasil, e apenas em 2019 o governo chinês reconsiderou sua retomada. (BORGES, 2019)

Os efeitos da crise brasileira para as relações do Brasil com a China tornou-se objeto de preocupação da diplomacia chinesa desde a campanha do presidente que foi eleito, Jair Bolsonaro, o qual sempre trazia um discurso ideológico e agressivo quanto a outras culturas, governos, gêneros e etnias, remetendo ao que ocorria contra

a China durante o período histórico da Guerra Fria, e isto gerou um desconforto no governo chinês, que piorou quando Bolsonaro levantou suas críticas e acusações no modelo anti-China. As relações diplomáticas ficaram abaladas, e foi necessário que diplomatas de ambos os países se reunissem com cautela para um diálogo a fim de apaziguar os ânimos e buscar melhor entendimento entre as partes – o que ainda está sendo realizado, dada a situação delicada –, e quem tem sido o protagonista desta mediação foi o vice-presidente Hamilton Mourão, quando fez sua primeira visita à China este ano.

Há ainda outra problemática no tocante às relações diplomáticas: é uma outra controvérsia. O presidente do Brasil apresenta uma postura tanto anti-China quanto pró-Estados Unidos, desconsiderando que os países podem ter opiniões diferentes e mesmo assim manter o respeito e as relações comerciais. Essa postura de Jair Bolsonaro, em uma situação de crise diplomática intensifica o problema existente e não favorece sua solução pelo diálogo.

A análise aqui desenvolvida demonstra a importância da integração das economias emergentes e a abertura ao diálogo e negociações, ao invés do isolacionismo entre as nações. O mundo atual e globalizado é movido por dois primórdios indispensáveis: a economia (produção, importação e exportação) e a sociedade internacional, onde os interesses de cada país devem ser defendidos nos foros próprios do debate das relações internacionais para que acordos resultem em benefícios mútuos que sejam equilibrados e institucionalizados nas práticas dos países, sem passar por esse processo de difícil construção de um diálogo entre os governos de cada país, ataques diplomáticos poderão resultar em rompimento de tratados e acordos comerciais, que traz consequências políticas e econômicas que vão além dos governos das nações envolvidas.

Como foi mostrado antes, para a China é muito importante os setores de alimentação e energia, e isso corrobora com as atividades de suas estatais em território brasileiro, por exemplo. Mas, pode-se dizer que são as atividades de exportação chinesa que explicam em grande parte o avanço de sua economia, como demonstram os casos dos conflitos no mercado de alta tecnologia, como é o caso da rede 5G de internet móvel e dos fabricantes chineses de produtos inteligentes como as empresas *Huawei* e *Xiaomi*. Não se pode negar as distinções entre uma potência econômica, como é a China, e potências emergentes menores, como é o Brasil. Os resultado dessas diferenças aparecem no abismo que se observa entre o

desenvolvimento de um e de outro. Isso não quer dizer que não seja importante o papel que o Brasil desempenha no plano da economia global, o que parece ser um problema é o fato de o país concentrar seus esforços de exportação somente em bens primários em larga escala, numa economia pautada pelo curto prazo, sem se importar com a economia também centrada em produtos de maior valor agregado, o que é um problema histórico no Brasil, a necessidade em todos os momentos da história do país de um impulso maior para o desenvolvimento e a diversificação de um linha própria de produção industrial. Caminho tomado pela China desde o final dos anos de 1970.

Embora muitos países passem por crises neste momento, o governo de Xi Jinping tem se esforçado em buscar soluções pacíficas para o conflito com o governo dos Estados Unidos. Também tem atuado por meio de sua diplomacia para que a crise diplomática com o governo de Jair Bolsonaro por ser uma página virada na história das relações entre China e Brasil. Neste aspecto, vale ressaltar que na figura do vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, o governo brasileiro também tem dado os seus passos nesta direção na preservação dos acordos com a China, inclusive manifestando interesse em participar do programa *One Belt, One Road*, iniciativa que poderá se um caminho seguro para que no futuro o Brasil, de ampliar seus negócios internacionais, possa começar a investir de fato no desenvolvimento de sua indústria nacional. E mesmo a curto prazo, sua integração em projetos da Nova Rota da Seda chinesa, poderá ser muito importante não só para a economia chinesa quanto para que o Brasil deixe o estado de estagnação econômica em que se encontra há anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As incertezas sobre o futuro da humanidade dominam o atual cenário de crise mundial, o jogo de poder entre os países acentua, sob qualquer perspectiva ideológica, essa percepção de que existem dificuldades de ordem política, econômica, ambiental, cultural, que devem ser enfrentadas por todos os povos do mundo.

Como foi discutido ao longo deste estudo, a China tem mostrado seu interesse em abrir espaços de diálogo com países de todo o mundo para que possam ser enfrentadas essas dificuldades que afetam a todos, incluindo os chineses. Para falar sobre isso, sendo uma chinesa nativa, busquei nesta dissertação desenvolver uma visão pessoal acerca do tema apresentado, buscando estimular e chamar a atenção de mais pessoas sobre a constituição da Iniciativa *One Belt, One Road* como uma plataforma de cooperação que objetiva benefícios mútuos entre os países, que vão muito além da melhoria de indicadores econômicos, tanto para a China quanto para os países parceiros que integram os projetos OBOR.

Para a China, a Nova Rota da Seda confirma que a questão da integração entre as nações é caminho inevitável para onde segue os rumos da economia globalizada. A imensa capacidade de produção industrial e tecnológica do mundo se encontra hoje localizada em países asiáticos, por isso, mais cedo ou mais tarde, os desafios do escoamento da produção dessa região terão que ser enfrentados. O mercado interno chinês está próximo de atingir o limite de crescimento, portanto é urgente construir novos mercados que possam absorver a produção chinesa, intensificando os fluxos de importação e exportação de *commodities* ou de produtos manufaturados de alto valor agregado. Essa integração necessária para a sobrevivência da economia global está no plano chinês de criar uma grande comunidade de destino comum. Para isso, a OBOR se constitui em estratégia econômica voltada a cooperação entre os países e em plataforma política da diplomacia chinesa, visto que envolve acordos bilaterais e multilaterais entre a China e diversos países ao redor do mundo. Ao mesmo tempo em que se influencia as propostas de desenvolvimento dos países, estimula-se a melhoria das empresas para garantia da competitividade no mercado internacional. O que se espera desse esforço são ampliações das relações internacionais entre os países, que favoreçam as trocas comerciais, mas também as trocas culturais e de conhecimento, o que remete à experiência histórica da antiga Rota da Seda Chinesa.

No presente estudo, buscou-se indícios de que o Brasil, embora geograficamente distante dos propósitos imediatos da integração euroasiática e da África, por vias terrestres e vias marítimas, conforme apresentado nos projetos dos Corredores Econômicos que serão construídos no plano da Iniciativa OBOR, o país brasileiro possa vir a integrar-se futuramente, dada a relevância de seu papel de liderança regional na América Latina, e principalmente por ter um mercado com grande potencial de crescimento e desenvolvido, o que é reconhecido pelos chineses.

Observou-se neste trabalho que o caminho inclusão do Brasil na Iniciativa OBOR passa pelo crescimento das relações econômicas entre a China e o Brasil, uma parceria sólida que completou 45 anos, em 2019. Por isso, a pergunta feita neste estudo foi indagar sobre a não participação do Brasil neste programa chinês. Por que isso ainda não aconteceu?

Obviamente, não existe uma simples resposta para esta questão, mas com este estudo buscou-se imaginar essa possibilidade, buscando indícios apontados nas discussões entre as relações entre Brasil e China, especialmente sob a perspectiva econômica, que esse há uma possibilidade real de haver a participação do país em projetos da Nova Rota Chinesa. Como foi visto ao longo deste estudo, a entrada do Brasil para o programa é algo possível, mas ainda não está na lista de prioridades do governo chinês. Contudo, as exportações sino-brasileiras são ainda insuficientes para que justifique o empenho de um grande esforço de investimento chinês. Logo, não há urgência em incluir o país sul-americano nessa estratégia chinesa. As relações econômicas entre os dois países, como foi demonstrado, tem um peso maior de importância para o Brasil, que é dependente das importações chinesas, com quem mantém saldo positivo bastante considerável na sua balança comercial. Os acordos mais interessantes para os chineses, vão para além de entrada e saída de produtos, e os projetos desenvolvidos na Iniciativa OBOR mostra isso.

Trata-se, portanto, de um projeto bastante ambicioso da China, que se apresenta ao mundo com toda a imensidão que possui, emergindo com uma nova superpotência, onde a imagem do passado recente de país subdesenvolvido e poluído, vem sendo transformada em uma nova imagem, agora de um país que valoriza suas conquistas econômicas, o valor de seu povo e sua cultura milenar. Uma China do século XXI.

A ousadia dos governos chineses que levou o país a essa transformação e à sua ascensão como liderança regional e mundial, parece causar muita preocupação

a um mundo ainda preso ao ordenamento do século XX. O grande salto, em cerca de 40 anos, de uma economia em desenvolvimento para um expressivo crescimento econômico contínuo por décadas, com a entrada de produtos chineses nas maiores economias do mundo, tem gerado muita tensão e um olhar mais desconfiado por parte das demais potências, a ponto de nos últimos anos a China ser alvo não simplesmente de críticas, mas de um verdadeiro combate pela via da guerra comercial, que culminou com a crise comercial entre China e Estados Unidos.

Com os dados que foram apresentados, mostraram que a relação sino-brasileira traz as marcas de instabilidades tanto econômicas quanto diplomáticas, especialmente no último ano, quando houve um acirramento por diferenças ideológicas do atual presidente do Brasil e com aquilo que ainda se acredita que a China representa ao mundo, isto é, um projeto de dominação socialista. Por conta de um discurso ideológico anacrônico, que desconhece a transformação chinesa, as relações entre os dois países foram afetadas, mas puderam seguir sem danos irreparáveis para ambos os países.

Ficou demonstrado que Brasil e China permanecem sendo importantes um para o outro, contudo, as relações entre os dois países ainda têm fragilidades que terminam não possibilitam ir além dos acordos comerciais de exportações e importações que já existem. Observou-se que para o Brasil ampliar seu potencial exportador, é importante que faça uma opção pelo investimento em seu próprio território, para movimentar e crescer a sua economia. Seu plano de desenvolvimento não pode ser interrompido a cada eleição. A China do século XXI é exemplo de um país próspero que se constrói de forma planejada e que para isso fez contínuos investimentos a longo prazo, colhendo hoje os seus resultados.

O Brasil, um país de grande dimensão como é também a China, possui um território de muita riqueza em recursos naturais, mas se sua economia e política permanecerem presas ao passado, isso não irá atrair investimentos estrangeiros e os investidores chineses atuam em economias com potencial de dinamizarem as relações da China com o mundo. A China, pela sua imensa população, seguirá importando produtos de alimentação e energia – dada sua grande população e seu baixo plantio – e sempre dependerá de outros países para levar itens básicos para seus habitantes. Assim, a Iniciativa OBOR vai colaborar com isso e muito mais, pois o que está em jogo é o futuro das nações. O Brasil pode e deve contribuir para este debate.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; MUGGAH, Robert. Expansão comercial chinesa: a Nova Rota da Seda e o Brasil. **Le Mond Diplomatique Brasil**, São Paulo, 12 jun. 2017. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/a-nova-rota-da-seda-e-o-brasil>. Acesso em: 24 ago. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Exportações para a China devem ser menores em 2019, aponta FGV. **Agência Brasil**, Brasília, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/agronegocio/exportacoes-para-a-china-devem-ser-menores-em-2019-aponta-fgv>. Acesso em: 20 jun. 2019.

AMORIM, Lucas. Quem diria: a China virou a maior defensora do ambiente. **Revista Exame**, São Paulo, 27 jul 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/quem-diria-a-china-virou-a-maior-defensora-do-ambiente>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ARAGÃO, Thiago de. **Relação Brasil-China chega a uma encruzilhada. Gazeta do Povo**. 12 Abr. 2019. Vozes. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/thiago-aragao/relacao-brasil-china-encruzilhada>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; TOLEDO, Demétrio; ZANCUL, Eduardo. Made in China 2025 e Industrie 4.0: a difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. **Tempo social**, São Paulo, v. 30, n. 3, p.143-170, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.144303>. Acesso em 24 ago. 2018.

BARBOSA, Alexandre de F. A ascensão chinesa e os desafios da política externa brasileira. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, out. 2008. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-ascensao-chinesa-e-os-desafios-da-politica-externa-brasileira>. Acesso em: 24 ago. 2018

BARBOSA, Manuely P.; LIMA, Marcos Costa; FONSECA, Pedro A.; JÚNIOR, Robson A. M. Gomes; ALVES, Vítor L. Nova Rota da Seda e a ascensão pacífica chinesa. **NEARI em Revista**, Recife, v. 4, n. 5, p. 32-51, 2008. Disponível em: <https://www.faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/388>. Acesso em: 9 set. 2018.

BARRANTES, Filipe João Pinto. **A política externa da República Popular da China e o papel da vertente militar na consecução dos seus objectivos**. 2015. Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) FCSH Departamentos FCSH: Departamento de Estudos Políticos Universidade Nova Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/18315>. Acesso em: 9 set. 2018.

BENVENUTO, Laura Martucci. A nova Rota da Seda: conquistas e controvérsias. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA*, 10., 2018, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Departamento de Geografia FFCLH-USP, 2018. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535670696_ARQUIVO_artigoENABED2018.pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

BODDE, Derk. (1986). The State and Empire of Ch'in. *In: TWITCHETT, Denis; LOEWE, Michael (Eds). Cambridge History of China: Volume I: the Ch'in and Han Empires, 221 B.C. – A.D. 220*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BORGES, João. Brasil e China decidem reativar comissão bilateral. **Blog do João Borges**, [s.l.], 31 jan. 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/blog/joao-borges/post/2019/01/31/brasil-e-china-decidem-reativar-comissao-bilateral.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRICS POLICY CENTER. **Sobre os BRICS**. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2018. Disponível em: <http://www.bricspolicycenter.org/programas/brics/#publicacoes>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRUNO, Flávio M. R.; RIBEIRO, Marilda R. de Sá. One Belt, One Road: novas interfaces entre o comércio e os investimentos internacionais. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 14, n. 2, 2017 p. 192-213, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4676> Acesso em: 12 set. 2018

CAETANO, Guilherme. **Investimentos diretos da China no Brasil caem 75% em 2018**. **Suno**, São Paulo, 9 jan. 2019. Economia Internacional. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/noticias/investimentos-diretos-china-brasil-caem>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CASSIOLATO, José E. As Políticas de ciência, tecnologia e inovação na China. **Boletim de Economia e Política Internacional**, IPEA, Brasília, p. 65-80, abr. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3928>. Acesso em: 12 set. 2018.

CHINA HOJE. 740 milhões de pessoas saíram da pobreza na china desde 1978. **CHINA HOJE**, Beijing, 5 set. 2018. Disponível em: <http://www.chinahoje.net/740-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-na-china-desde-1978>. Acesso em: 12 set. 2018.

CLOVER, Charles; HORNBY, Lucy. China's Great Game: Road to a new empire. **Financial Times**, Londres, Oct 12, 2015. Disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/2/6e098274-587a-11e5-a28b-50226830d644.html#axzz3t10gh4JZ>>. Acesso em: 12 set. 2018.

COLOMBINI NETO, Iderley. **A dinâmica capitalista dos investimentos chineses no Brasil**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2016.

D'ATRI, Fabiana. One Belt One Road: uma iniciativa geopolítica e econômica da China. **Destaque DEPEC- Bradesco**, [s.l.], v.14. n. 180, 29 jun. 2017. Disponível em:

https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/destaque_depec_bradesco_29_06_17_v3.pdf. Acesso em: 31 de jun. 2019.

DAHLMAN, Carl J.; AUBERT, Jean-Eric. China and the knowledge economy : seizing the 21st century. **WBI Working Papers**, Washington, World Bank, 2001. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/597311468221378343/China-and-the-knowledge-economy-seizing-the-21st-century>. Acesso em: 31 de jun. 2019.

DENG, Yong. **China's Struggle for Status: the realignment of international relations**. Cambridge University Press: New York, 2008.

DEVONSHIRE-ELLIS, Chris. Who is Financing the New Economic Silk Road?. **Silk Road Briefing**, [s.l.], Jun 10, 2019. Dezan Shira & Associates. Disponível em: <https://www.silkroadbriefing.com/news/2019/07/10/financing-new-economic-silk-road>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DUARTE, Luíza. "Brasil não pode ser só uma loja onde a China compra itens", diz Mourão em Pequim. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mai. 2019 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/brasil-nao-pode-ser-so-uma-loja-onde-a-china-compra-itens-diz-mourao-em-pequim.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2019.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. USP, IEA, 2010. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

FRANKE, Luciane. **Efeito China: impacto da China sobre as exportações de países selecionados da América Latina**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola de Gestão e Negócios, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7017>. Acesso em: 28 nov. 2018.

FRANKOPAN, Peter. **As rotas da seda: uma nova história do mundo**. Lisboa: Relógio d'Água, 2018.

FREEDLAND, Jonathan. EUA, a Roma do século XXI. **Público**, 14 de Outubro de 2002. Disponível em: <https://www.publico.pt/2002/10/14/jornal/eua-a-roma-do-seculo-xxi-175444>. Acesso em: 28 jul. 2018.

HUNTINGTON, Samuel P. ¿Choque de civilizaciones? **Teorema: Revista internacional de Filosofía**, Oviedo, v. 20, n. 1-2, p. 125-148, 2001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4249132> Acesso em: 15 jun. 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). China's Economic Outlook in Six Charts. **IMF Country Focus**, IMF News, Jul 26, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2018/07/25/na072618-chinas-economic-outlook-in-six-charts>. Acesso em: 28 jul. 2018.

JAGUARIBE, Ana (Org.). **Direction of Chinese Global Investments -Implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1232-CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KOTZ, Ricardo Lopez. **A nova Rota da Seda**: entre a tradição histórica e o projeto geoestratégico para o futuro. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193931>. Acesso em: 24 abr. 2019.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p.24-59, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LIN, Justin Yufi. The economics of china's new era. **Project Syndicate**, [s.l.], Dec 1, 2007. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/the-economics-of-china-s-new-era-by-justin-yifu-lin-2017-12?barrier=accesspaylog> Acesso em: 15 jun. 2019.

LIU, Xinru. **The Silk Road in world history**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. Sob as Asas do Dragão: globalização comercial liderada pela China. *In*: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABRI, 2016. Disponível em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1473877416_ARQUIVO_A_BRI-SobasAsasdoDragaoChinaGlobalizacaoComercial.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, set. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572006000300004>. Acesso em: 12 mar. 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Relações econômicas entre Brasil e China**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2018. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/2018/apresentacao_-_relacoes-economicas-entre-brasil-e-china_.pdf. Acesso em 02 mar. 2019.

MINISTRY OF COMMERCE (China). **China FTA Network**. Beijing: China International Electronic Commerce Center, 2019. Disponível em: <http://fta.mofcom.gov.cn/english/index.shtml> Acesso em 24 abr. 2019. Acesso em: 12 mar. 2019.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as negociações multilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p.119-137, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-7329200000100006>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MOROSINI, Fabio; XAVIER JÚNIOR, Ely Caetano. Regulação do investimento estrangeiro direto no Brasil: da resistência aos tratados bilaterais de investimento à emergência de um novo modelo regulatório. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 420-447, 2015. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/3586> Acesso em: 30 ago. 2019.

NASCIMENTO, Lucas Gualberto do; MAYNETTO, Monica Esmeralda Bruckmann. One Belt, One Road: a iniciativa chinesa de infraestrutura e a sua repercussão no BRICS. **Brazilian Journal International Relations - BJIR**, Marília, v. 8, n. 1, p. 117-141, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/7776>. Acesso em: 30 ago. 2019.

NEVES, Laura. II Fórum China-CELAC: prosperidade compartilhada ou dependência? **BRICS Policy Center**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bricspolicycenter.org/ii-china-celac>. Acesso em: 03 set. 2019.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.197-229, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292013000100007>. Acesso em: 03 set. 2019.

NUNES, Dimitria. A nova rota da seda e a relação com a América Latina. **ALAI**, Quito, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/196337>. Acesso em: 15 mai. 2019.

OECD. **The Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape**. OECD Business and Finance Outlook 2018, Paris: OECD, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/Chinas-Belt-and-Road-Initiative-in-the-global-trade-investment-and-finance-landscape.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.

OLIVEIRA, Henrique A. **Cooperação Sul-Sul e Parceria Estratégica**. Belo Horizonte: Traço, 2012.

PALUMBO, Daniele; COSTA, Nicolaci da Ana. Guerra comercial: 5 gráficos para entender a disputa entre EUA e China. **BBC News**, Londres, 13 mai. 2019. BBC Brasil. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48228954>>. Acesso em 20 jun. 2019.

PEDROZO, Gustavo Erler. As relações China-América Latina pelo prisma da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 5, n. 9, jan./jun., 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/5857/2999>_Acesso em: 02 mar. 2019.

PIRES, Marcos C.; PAULINO, Luís A. As novas rotas da seda e seus impactos sobre a economia mundial. **Debate Acadêmico**, São Paulo, 16 mai. 2017. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/debate-academico/as-novas-rotas-da-seda-e-seus-impactos-sobre-a-economia-mundial>. Acesso em :02 mar. 2019

POMERANZ, Kenneth. **A Grande Divergência**. Princeton University Press, 2000.

RENNKAMP, Britta. “Desenvolvimento em primeiro lugar” no G20 e nos BRICS? - Reflexões sobre a política externa do Brasil e a Sociedade Civil. IN: Bartelt, Dawid Danilo (Org.). **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro, Heinrich-Böll-Stiftung, 2012 Disponível em: <http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/britta_reannkamp.pdf>. Acesso em: 02 de mar. 2019.

RIBEIRO, Erik H.; HIRAIWA, Magnus K. O governo Xi Jinping e a evolução das relações exteriores da china na Ásia. **Boletim de Conjuntura Nerint**, Porto Alegre, v.3, n. 9, p. 31-45, abr – jun, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2019/03/00393145.pdf>. Acesso em: 02 de mar. 2019.

SALATI, Paula. Comércio do Brasil com a China bate recorde e relação deve se fortalecer. **DCI**, Brasília, 19 jan. 2019. Disponível em: <https://www.dci.com.br/economia/comercio-do-brasil-com-a-china-bate-recorde-e-relac-o-deve-se-fortalecer-1.677816>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SHU, Liang (Karl) Yan. Can China link the Belt and Road Initiative by rail? **E-International Relations**, [s.l.], Mar 29, 2019. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2019/03/29/can-china-link-the-belt-and-road-initiative-by-rail>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SILVEIRA, André Filipe Reynolds Castel-Branco da. As Zonas Económicas Especiais da República Popular da China. **Administração**, [s.l.], v. 14, n. 53, p. 1147-1183. Disponível em: https://www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM_004299. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVEIRA, Janaína Camara da. Fórum de Think Tanks Brasil-China busca estreitar laços e cooperação. **Xinhuanet**, Beijing, 30 abr. 2019. Disponível em http://portuguese.xinhuanet.com/2019-04/30/c_138024307.htm Acesso em 20 de jun. 2019.

SOUZA, Ana T. L. Marra de. **Relações Brasil-China: interesses, questões e resultados**. 2016. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2016.

STATE INFORMATION CENTER (China). Guidance under the Office of the Leading Group for the Belt and Road Initiative. **Belt and Road Portal**. Beijing, 2019. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn>. Acesso em: 28 jul. 2019.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. Inovações tecnológicas na China: lições e perspectivas. **Panorama Internacional**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2017. Disponível em: <http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/inovacoes-tecnologicas-na-china-lico-es-e-perspectivas>. Acesso em: 17 ago. 2019.

TREVISAN, Claudia. Trump ameaça a ordem comercial global. **Estadão**, São Paulo, 16 jun. 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trump-ameaca-a-ordem-comercial-global,70002353036>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ULLRICH, Danielle R.; MARTINS, Bibiana V.; CARRION, Rosinha M. A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: análise dos governos Lula e Dilma. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 37., Rio de Janeiro, 2013. **Anais [...]**. Maringá, ANPAD, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ESO911.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

WANG, Yiwei. China's "New Silk Road": a case study in EU-China relations. *In*: AMIGHINI, Alessia; BERKOFISKY, Axel (Orgs.). **Xi's policy gambles: the bumpy road ahead**. Milano: ISPI, 2015. p. 92-109. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14781158.2015.993958>. Acesso em: 13 set. 2019

WORLD BANK. Belt and Road Economics: opportunities and risks of transport corridors. **Report WORLD BANK**, Jun 18, 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/publication/belt-and-road-economics-opportunities-and-risks-of-transport-corridors>. Acesso em: 11 ago. 2019.

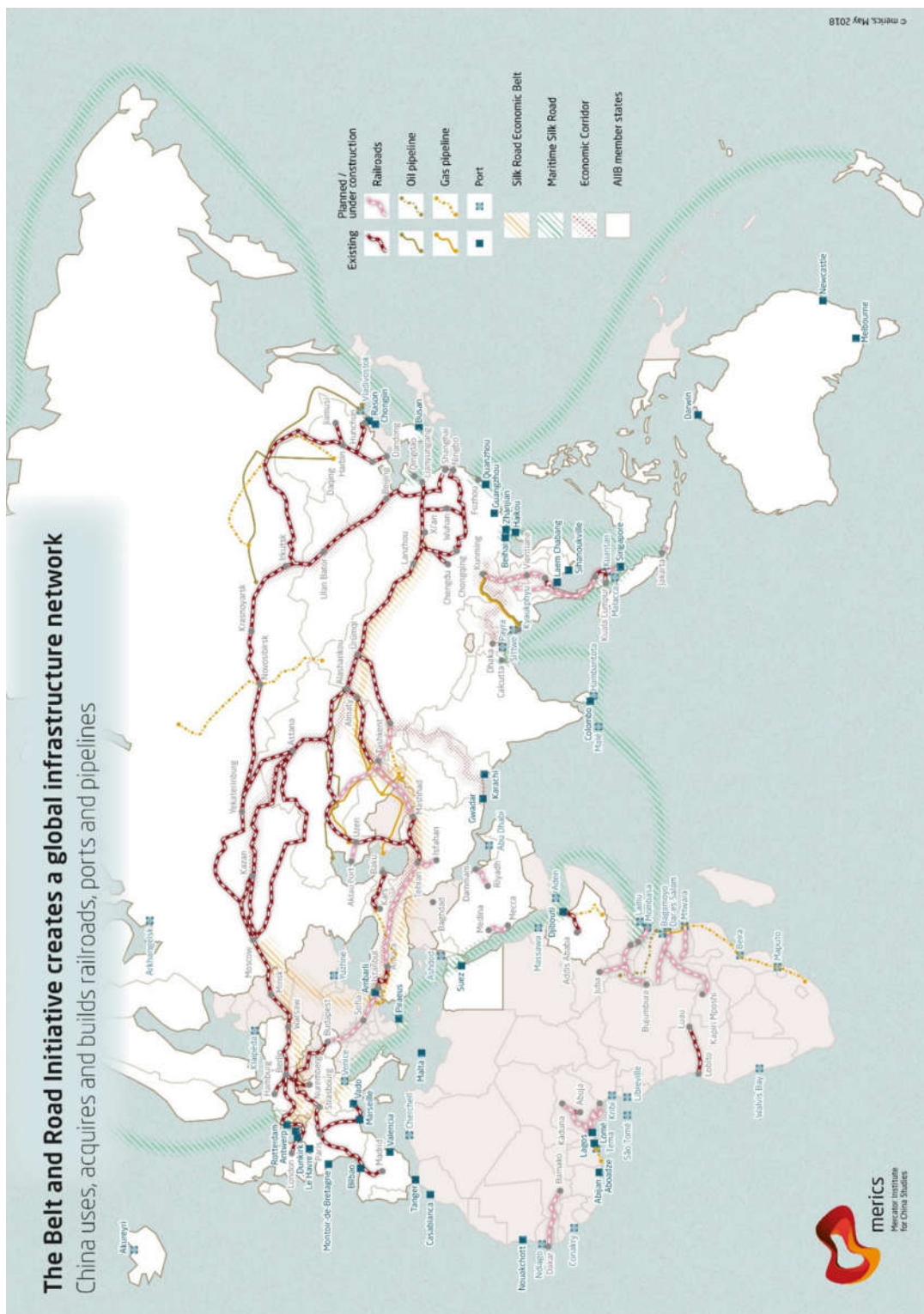
XI, Jinping. **The Governance of China**. Beijing: Foreign Language Press, 2014.

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'? **Global Change, Peace & Security**. v. 27, n. 1, p. 5-19, Feb, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14781158.2015.993958>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ZHANG, Jie. BRI economies contributing 13.4% of global trade volume. **China Daily**, Beijing, Sept. 8, 2019. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201905/08/WS5cd271b8a3104842260ba855.html> Acesso em: 13 set. 2019

ZHOU, Zhiwei, Visita de Hamilton Mourão sinaliza o reforço do novo governo brasileiro para cooperar com a China. **People**, Beijing, 27 mai. 2019. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2019/0527/c309814-9581869.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ANEXO - MAPA DOS CORREDORES ECONÔMICOS DA INICIATIVA OBOR



Fonte: THOMAS, Eder. Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand. Mercator Institute for China Studies, 07 jun. 2018. Disponível em: <https://www.merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 13 set. 2019.